



— Conhecimento e Inovação

Estudos sobre
Metodologias de
Monitorização e Avaliação

RELATÓRIO DO ESTUDO

Monitorização e Avaliação de Impactos Territoriais das
políticas públicas através de uma plataforma: Impact-
WEB-SIG

POAT-01-6177-FEDER000063

Programa Operacional de Assistência
Técnica 2020

Dezembro de 2022

RELATÓRIO DO ESTUDO: Monitorização e Avaliação de Impactos Territoriais das políticas públicas através de uma plataforma: Impact-WEB-SIG

Composição da Equipa

Coordenador:

Eduardo Medeiros, DINÂMIA' CET - Gestão executiva do projeto; Pesquisa e análise bibliográfica e documental; Orientação dos bolsiros do projeto (SIG e Relatório); Revisão crítica de estudos; Elaboração do relatório; Elaboração/submissão de artigo(s) científico(s).

Membros:

Vasco Gonçalves, DINÂMIA' CET – Análise da Sensibilidade Regional. Revisão do Relatório. Elaboração de artigo científico. Vice coordenação do projeto.

Paula Castro, CIS-IUL (Centro de Investigação e de Intervenção Social) - Apoio ao bolsiro do Relatório; Análise da Sensibilidade Regional. Revisão do Relatório. Elaboração de artigo científico.

José Miguel Dias, ISTAR-IUL – (Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura) - Apoio aos especialistas SIG (Frontend e Backend). Elaboração de artigo científico.

Bolsiros / Especialistas:

Bernardo Valente – Apoio à elaboração do relatório: realização de entrevistas; análise da base de dados dos projetos; recolha e tratamento de dados estatísticos; elaboração dos relatórios e sumários; elaboração da síntese gráfica; elaboração dos posters; elaboração do filme relativo ao funcionamento da plataforma; e apoio à elaboração de artigos científicos.

Especialista contratado para a elaboração do Frontend e Backend (Dr. Ricardo Pinto) da Plataforma Impact-WEB-SIG: Preparar website no servidor para aceder à plataforma SIG; preparar plataforma em WEB-SIG para visualizar scores de impactos a várias escalas territoriais; Preparar os menus de acesso ao utilizador; preparar o Layout da plataforma no menu das intervenções a avaliar; programar 3 níveis de segurança/acesso; ligar automaticamente as bases de dados da plataforma a fontes estatísticas e de projetos

Consultores externos: Pedro Costa e Nuno Bento (ISCTE).

Índice Geral

Sumário Executivo	7
Executive Summary.....	10
Introdução	13
Enquadramento e contexto do objeto do estudo	14
O estudo	16
<i>A metodologia proposta e usada</i>	<i>16</i>
<i>A avaliação do PO SEUR.....</i>	<i>19</i>
<i>Principais questões de avaliação.....</i>	<i>20</i>
<i>Intensidade Política (investimento).....</i>	<i>22</i>
<i>Sensibilidade Regional.....</i>	<i>22</i>
<i>Principais impactos do PO SEUR.....</i>	<i>30</i>
<i>A causalidade com base em dados quantitativos.....</i>	<i>42</i>
Principais conclusões	47
Referências Bibliográficas e Eletrónicas.....	49
ANEXOS	51
<i>ANEXO 1</i>	<i>51</i>
<i>ANEXO 2.....</i>	<i>54</i>
<i>ANEXO 3.....</i>	<i>145</i>

Índice de Quadros

Quadro 1. Classificação dos scores de impactos usados nas Matrizes de Avaliação	16
Quadro 2. Classificação dos scores de impactos usados nas Matrizes de Avaliação	22
Quadro 3. Evolução de indicadores estatísticos associados às dimensões escolhidas – 2013-2021	43
Fonte: Estatísticas regionais.	43
Quadro 4. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – Portugal Continental	44
Quadro 5. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Norte	44
Quadro 6. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Centro	45
Quadro 7. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Área Metropolitana Lisboa	45
Quadro 8. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Alentejo	46
Quadro 9. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Algarve.....	46

Índice de Figuras

Figura 1. O TARGET_TIA: elementos e fórmulas. Fonte (Medeiros, 2014c – adaptado)	17
Figura 2. Base esquemática da metodologia da avaliação	20
Figura 3. Plataforma Impact_WEB-SIG (https://websig.iscte-iul.pt/). Avaliação do POSEUR. ..	47
Figura 4. Plataforma Impact_WEB-SIG (https://websig.iscte-iul.pt/) – Avaliação do Interreg V.	48



Sumário Executivo

Como é fácil de perceber pelo título deste relatório, este estudo teve por objetivo elaborar, testar e aperfeiçoar uma plataforma de monitorização e avaliação de impactos territoriais de políticas públicas denominada Impact-WEB-SIG. Como o nome indica, esta plataforma pretende apresentar os scores de impactos espacializados, às escalas territoriais escolhidas, numa página de internet, através de um software de sistema de informação geográfica (WEB-SIG). Esta plataforma é particularmente inovadora em vários domínios: (i) pode ser utilizada na avaliação e monitorização qualquer projeto, programa ou política que produza impactos num determinado território; (ii) permite a identificação de impactos gerais e impactos em cada uma das dimensões de análise estudadas; (iii) disponibiliza um acesso rápido e compreensivo aos decisores interessados dos impactos do tema analisado; (iv) está associada a uma metodologia de avaliação de impactos territoriais devidamente testada, fiável e robusta; e (v) facilita a automatização da bateria de dados qualitativos e quantitativos obtidos no processo de avaliação, reduzindo assim o custo e o tempo requerido neste processo.

Para testar a plataforma Impact-WEB-SIG, foi escolhido fazer a avaliação do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR - 2014-2020), nas cinco NUTS 2 de Portugal Continental, e em cinco dimensões de análise distintas: (i) Economia com baixas emissões; (ii) Adaptação às Alterações Climáticas; (iii) Prevenção e Gestão de Riscos; (iv) Proteção Ambiental e (v) Eficiência dos Recursos. A obtenção dos scores de impactos respetivos, para cada uma das NUTS 2 (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa - AML, Alentejo e Algarve) a apresentar na plataforma, requereu a obtenção de um conjunto elevado de informação qualitativa (entrevistas, literatura) e quantitativa (estatísticas e análise de projetos). A leitura dos scores de impacto obtidos segue a seguinte classificação: + 4 = Impactos positivos muito significativos; + 3 = Impactos positivos significativos; + 2 = impactos positivos medianos; + 1 = impactos positivos pouco significativos; 0 = impactos nulos; - 1 = impactos moderadamente prejudiciais; - 2 = impactos mediamente prejudiciais; - 3 = impactos prejudiciais; - 4 = impactos fortemente prejudiciais.

Seguindo os passos requeridos pela metodologia de avaliação de impactos territoriais usada (TARGET_TIA), as informações recolhidas pelo conjunto das entrevistas permitiu ter uma noção aproximada dos principais impactos da implementação do PO SEUR nas dimensões de análise escolhidas, bem como do grau de relevância, coerência, causalidade, eficiência, eficácia, eficácia operativa, e valor acrescentado do Programa. O ajuste desta avaliação qualitativa teve em conta outros três elementos adicionais. Em primeiro lugar produziu-se uma análise aprofundada à

sensibilidade regional dos investimentos do PO SEUR em cada uma das dimensões de análise escolhidas, para cada uma das cinco NUTS 2, com base em literatura existente. Em segundo lugar, foi analisada a intensidade dos investimentos feitos em cada uma das dimensões de análise com base na base de dados dos projetos do PO SEUR aprovados. Finalmente, utilizaram-se alguns dados estatísticos associados a cada uma das dimensões de análise para verificar uma potencial causalidade do Programa na evolução dos mesmos em dois períodos: antes e depois da implementação do PO SEUR. Os scores de avaliação final do PO SEUR em cada NUT 2 e respetiva dimensão de análise foram obtidos após a inserção de todos os scores obtidos em cada um dos elementos de avaliação supracitados nas respetivas matizes de avaliação.

Em síntese, a avaliação produzida no âmbito deste estudo concluído que, em geral, o PO SEUR teve um impacto positivo na sustentabilidade e eficiência no uso de recursos em Portugal Continental no período de 2014-2020. Contudo, esse impacto variou, de forma geral, entre os impactos baixos em moderadamente positivos. Neste particular, destaca-se os impactos positivos mais elevados na dimensão ‘adaptação às alterações climáticas’, e menos positivos na dimensão ‘economia com baixas emissões’. Ao nível das NUTS 2, ressalva-se que o Norte apresentou, em geral scores de impactos mais positivos enquanto o Alentejo os menos positivos.

Há que ressaltar que os resultados da avaliação foram condicionados pela escolha das unidades territoriais de análise (NUTS 2), que são necessariamente muito heterogéneas do ponto de vista das suas características, desafios de desenvolvimento e sensibilidade regional aos investimentos nas cinco dimensões de análise escolhidas. Por exemplo, a região Norte tem uma área Metropolitana vasta com sensibilidade às questões ambientais relativamente distintas a algumas das vastas áreas menos povoadas da região. Como tal, os scores de impacto resultam de uma apreciação média que tem, necessariamente, uma avaliação pessoal inerente. Tal é, aliás, algo que é transversal a todo o tipo de avaliações similares. Por outro lado, há que ressaltar o facto de que teve de se obter uma avaliação ajustada à recolha de várias opiniões distintas nas entrevistas. Aqui, por exemplo, alguns entrevistados centraram a sua opinião em projetos muito focalizados, e em temáticas muito particulares. Em contrapartida, outros entrevistados apresentaram uma visão mais panorâmica das intervenções e respetivos impactos do PO SEUR. Como tal, houve necessidade de se proceder a uma análise detalhada do conteúdo das entrevistas de modo a que os scores de impacto resultantes das mesmas fossem os mais ajustados possível à realidade da intervenção do PO SEUR.

No que concerne à elaboração da plataforma Impact-WEB-SIG, podemos concluir que a mesma funciona como previsto. Por outras palavras, esta plataforma está preparada para apresentar os scores de impactos resultantes da monitorização ou avaliação de um grupo muito alargado de estratégias/políticas (e.g. da estratégia 2030/Política de Coesão), programas (e.g. PO SEUR, PO Capital Humano, etc.), e projetos (e.g. Aeroportos, ferrovias, Hospitais, etc.), em diversas fases de avaliação (ex-ante, mid-term, e ex-post), e nas diversas dimensões de análise escolhidas. Esta plataforma está assim disponível para a realização de um grupo muito alargado de processos de avaliação e monitorização e apresenta várias vantagens em relação a outros métodos de avaliação de impacto:

1. Os scores de avaliação/monitorização podem ser acedidos e visualizados a qualquer momento numa página de internet após inclusão dos respetivos códigos de acesso;
2. Os scores de avaliação/monitorização para cada uma das unidades territoriais e dimensões de análise podem ser visualizadas com um clique do rato;
3. Ao contrário de outras plataformas similares, os scores de impactos visualizados são relevantes;
4. A plataforma está ligada a uma base de dados estatísticos e de projetos com uma atualização constante que permite uma ligação automatizada do backend com o frontend da plataforma, e assim uma maior fiabilidade dos resultados e maior velocidade na obtenção dos scores de impacto;
5. A plataforma permite aceder de um conjunto de avaliações distintas perante a devida requisição, por parte de entidades interessadas na sua validação.

Executive Summary

As can be seen from the title of this report, this study aimed to develop, test and improve a platform for monitoring and evaluating the territorial impacts of public policies denominated Impact-WEB-SIG. As the name implies, this platform intends to present the spatialized impact scores, at the chosen territorial scales, on a website, through a geographic information system software (WEB-GIS). This platform is particularly innovative in several areas: (i) it can be used in the evaluation and monitoring of any project, programme or policy that has an impact on a given territory; (ii) it allows the identification of general impacts and impacts in each of the analyzed dimensions; (iii) it provides quick and comprehensive access to decision-makers interested in the impacts of the analyzed topic; (iv) it is associated with a properly tested, reliable and robust methodology for assessing territorial impacts; and (v) it facilitates the automation of the battery of qualitative and quantitative data obtained in the evaluation process, thus reducing the cost and time required in this process.

To test the Impact-WEB-SIG platform, the study evaluated the Operational Program for Sustainability and Efficiency in the Use of Resources (PO SEUR - 2014-2020), in the five NUTS 2 of Mainland Portugal, and in five different analytical dimensions: (i) Economy with low emissions; (ii) Adaptation to Climate Change; (iii) Risk Prevention and Management; (iv) Environmental Protection and (v) Resource Efficiency. Obtaining the respective impact scores, for each of the NUTS 2 (North, Center, Lisbon Metropolitan Area - AML, Alentejo and Algarve) to be presented on the platform, required obtaining a high set of qualitative information (interviews, literature) and quantitative information (statistics and project analysis). The reading of the obtained impact scores follows the following classification: + 4 = Very significant positive impacts; + 3 = Significant positive impacts; + 2 = median positive impacts; + 1 = insignificant positive impacts; 0 = null impacts; - 1 = moderately harmful impacts; - 2 = moderately harmful impacts; - 3 = harmful impacts; - 4 = strongly harmful impacts.

Following the steps required by the used territorial impact assessment methodology (TARGET_TIA), the information collected by the set of interviews allowed for an approximate notion of the main impacts of the implementation of the PO SEUR in the chosen analysis dimensions, as well as the degree of relevance, coherence, causality, efficiency, effectiveness, operational effectiveness, and added value of the Programme. The adjustment of this qualitative assessment considered three additional elements. Firstly, an in-depth analysis of the regional sensitivity of PO SEUR investments was produced in each of the chosen analytical dimensions, for each of the five NUTS 2, based on

existing literature. Secondly, the intensity of investments made in each of the analytical dimensions was analyzed based on the database of approved PO SEUR projects. Finally, some statistical data associated with each of the analytical dimensions were used to verify a potential causality of the Programme in their evolution in two periods: before and after the implementation of PO SEUR. The PO SEUR final assessment scores in each NUT 2 and respective analytical dimension were obtained after inserting all the scores obtained in each of the aforementioned assessment elements in the respective assessment matrices.

In summary, the assessment produced within the scope of this study concluded that, in general, the PO SEUR had a positive impact on sustainability and efficiency in the use of resources in mainland Portugal in the period 2014-2020. However, this impact generally ranged from low to moderately positive impacts. In this particular case, the highest positive impacts were registered in the 'adaptation to climate change dimension', and the least positive in the 'economy with lower emissions' dimension. From a regional perspective, it should be noted that, in general the Norte NUT 2 presented more positive impact scores than the remaining mainland NUTS 2, and the Alentejo region presented the less positive impact scores.

Critically, the results of the evaluation were conditioned by the selection of territorial units of analysis (NUTS 2), which are necessarily very heterogeneous in terms of their geographical characteristics, development challenges and regional sensitivity to investments in the five chosen analytical dimensions. For example, the Norte region has a vast Metropolitan Area with sensitivity to environmental issues relatively distinct from some of the vast and less populated areas in the remaining region. As such, impact scores resulted from an average assessment that necessarily has an inherent personal judgement.. This is, moreover, something that is transversal to all types of similar impact assessment processes. On the other hand, it should be noted that it was necessary to obtain an assessment adjusted to the collection of different opinions in the interviews. Here, for example, some interviewees focused their opinion on very focused projects, and on very particular themes. On the other hand, other interviewees presented a more panoramic view of the interventions and respective impacts of the PO SEUR. As such, it was necessary to carry out a detailed analysis of the content of the interviews so that the resulting impact scores were as closely adjusted as possible to the reality of the PO SEUR intervention.

Regarding the development of the Impact-WEB-SIG platform, we can conclude that it works as expected. In other words, this platform is prepared to present the impact scores resulting from the

monitoring or evaluation of a very broad group of strategies/policies (e.g. the 2030 Strategy/Cohesion Policy), programmes (e.g. PO SEUR, PO Human Capital, etc.), and projects (e.g. Airports, Railways, Hospitals, etc.) in the chosen analytical dimensions. This platform is thus available for carrying out a very wide range of evaluation and monitoring processes and has several advantages over other impact assessment methods:

1. The evaluation/monitoring scores can be accessed and viewed at any time on a website after including the respective access codes;
2. The assessment/monitoring scores for each of the territorial units and analysis dimensions can be viewed with a mouse click;
3. Unlike other similar platforms, the displayed impact scores are relevant and not dirty;
4. The platform is linked to a statistical and project database with constant updating that allows an automated connection of the backend with the platform's frontend, and thus a more reliable results and greater speed in obtaining impact scores;
5. The platform allows access to a set of different assessments upon due request, by entities interested in their validation.

Introdução

O âmbito deste projeto assenta em duas premissas principais. A primeira é que as metodologias ‘*mainstream*’ de avaliação de impactos de políticas/programas/projetos, que têm uma forte componente econométrica, não são suficientemente robustas, flexíveis e multidimensionais (Rice, 2020). Da mesma forma, grande parte das metodologias de avaliação de impactos territoriais (TIA) não têm tido os resultados esperados, dado que foram inicialmente construídas para avaliar os impactos *ex-ante* de diretivas da União Europeia (UE) (ESPON, 2006). Neste contexto, neste projeto, foi utilizada uma metodologia TIA preparada para avaliar os impactos *ex-ante*, *mid-term*, e *ex-post* de políticas/programas/projetos, que entra em conta com vários elementos de avaliação contrafactual e elementos de ajuste de impactos (sensibilidade regional e intensidade política), bem como elementos quantitativos e qualitativos que avaliam a causalidade da intervenção a avaliar: a metodologia TARGET_TIA (Medeiros, 2020).

Em segundo lugar, pretendeu-se facilitar o acesso e a interpretação dos resultados (scores de impacto) da avaliação, para uma audiência mais vasta que o público académico, através da criação de uma plataforma Impact -WEB-SIG. Em suma, essa plataforma permite aceder aos resultados da avaliação dos scores de impactos da intervenção a avaliar nas escalas territoriais pretendidas (cartografia desde o nível de freguesia ao nível das NUTS 3 Europeias), através de uma página de internet, que pode ser acedida em qualquer parte do mundo, com as devidas permissões de segurança. Para além da facilidade de visualização automática da cartografia dos scores de impactos, nas dimensões escolhidas, a plataforma Impact -WEB-SIG apresenta a possibilidade de poder ser utilizada para avaliar os impactos de qualquer tipo de programa, política ou projeto, nas dimensões de análise que se pretendam, e no período de avaliação pretendido (*ex-ante*, *mid-term* e *ex-post*).

Neste contexto, a metodologia proposta foi utilizada para avaliar os impactos *ex-post* do PO SEUR (2014-2020) nas cinco NUTS 2 de Portugal Continental, e em cinco dimensões de análise escolhidas: 1 - Economia com baixas emissões; 2 - Adaptação às alterações climáticas; 3 - Prevenção e gestão de riscos; 4 - Proteção ambiental; 5 - Eficiência dos recursos. Com esta escolha, é possível demonstrar as potencialidades, flexibilidade e vantagens da utilização da plataforma Impact -WEB-SIG, para apresentar de modo atrativo e eficaz os scores de impactos de políticas, programas e projetos no conforto dos gabinetes de quem ‘*encomenda a avaliação*’. Por outro lado, a plataforma que resultou deste projeto pode ser igualmente utilizada para monitorizar os impactos de políticas, programas e projetos.

A proposta de associar uma metodologia TIA à plataforma Impact-WEB-SIG assenta no pressuposto largamente reconhecido (ESPON, 2012) de que as políticas públicas produzem impactos em várias dimensões do desenvolvimento territorial, tais como a competitividade económica, a coesão social, a sustentabilidade ambiental, a governança territorial e o ordenamento do território. Nesse pressuposto, a abordagem metodológica desta candidatura tem um enfoque na identificação dos principais impactos territoriais das políticas públicas, numa lógica de avaliação da relevância (sensibilidade regional), intensidade do investimento (intensidade política), eficácia, eficiência e causalidade das intervenções, numa lógica integrada através da produção de scores de impactos gerais e por cada uma das dimensões de análise pretendidas.

Nesta conformidade, o projeto teve como principal objetivo adaptar, desenvolver e ajustar uma metodologia inovadora e holística de avaliação de impactos territoriais de políticas, programas e projetos a uma plataforma WEB-SIG, que pode ser utilizada quer para monitorização quer para a avaliação de impactos. Por exemplo, a metodologia proposta pode ser ajustada para monitorizar e/ou avaliar vários domínios de intervenção como a implementação da estratégia 2030 ou a Política de Coesão em geral, ou cada um dos seus eixos de intervenção, e mesmo de componentes específicos associados aos mesmos (e.g. acessibilidade, biodiversidade), nas escalas territoriais escolhidas (concelhos, NUTS 3 e NUTS 2, etc.), na fase de avaliação (ex-ante, mid-term, ex-post) pretendida.

Em acréscimo, será importante referir que, para além da produção de scores de impactos com base nas fórmulas matemáticas que suportam a metodologia selecionada, (descrição mais adiante), de modo a espacializarem/georreferenciarem os scores de impacto de modo automático, a plataforma Impact-WEB-SIG foi construída com a possibilidade de incorporar, de modo automático dados estatísticos, recolhidos de entidades conhecidas como o INE e a PORDATA, que possam ser igualmente visualizados pelos utentes das plataformas, através da cartografia, nas escalas territoriais pretendidas. Da mesma forma, pretende-se que as bases de dados de projetos estejam associadas à base de dados da plataforma, e possam ser cartografadas nas escalas territoriais pretendidas. Como já foi sublinhado, a metodologia de avaliação proposta, suportada pela construção de uma plataforma inovadora 'Impact-WEB-SIG' de visualização cartográfica dos scores de impactos foi testada.

Esta metodologia entra em conta com elementos como a sensibilidade regional, a intensidade de investimentos, elementos de avaliação contrafactual (efeitos positivos/negativos + efeitos multiplicadores/substituição + efeitos exógenos/endógenos + efeitos de curto prazo/longo prazo), bem como a análise da eficiência, eficácia e valor acrescentado da operação avaliada. Esta metodologia poderá ser utilizada na avaliação de um número ilimitado de projetos, programas e políticas, a várias escalas: a Política de Coesão da UE no seu todo, ou programas operacionais em particular. Em resumo, este projeto aplicou a metodologia proposta e a plataforma 'Impact-WEB-SIG' através da avaliação dos principais impactos territoriais (NUTS 2 – Portugal continental) do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR - 2014-2020).

Enquadramento e contexto do objeto do estudo

A opção pela utilização de uma metodologia inovadora de monitorização e avaliação de impactos territoriais associada a uma Plataforma WEB-SIG que apresenta a cartografia de scores de impactos de políticas, programas e projetos, está fundamentada pela possibilidade de permitir uma avaliação holística e multidimensional de políticas e respetivas estratégias com esse perfil, com é o caso da Estratégia Portugal 2020 e dos Objetivos de Política definidos na proposta de Regulamento das Disposições Comuns para o período 2021-2027 da Política de Coesão. Tal resulta do enquadramento desses referenciais estratégicos e objetivos em cinco dimensões de análise principais, que abaixo discriminados:

1: Competitividade económica: Um país competitivo, inovação, promoção da sociedade do conhecimento, afirmação no mercado ibérico. Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente;

2: Coesão social: Maior inclusão e qualificação. Uma Europa mais social que aplica o Pilar Europeu dos Direitos Sociais;

3: Sustentabilidade ambiental: Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos, integrando diversas áreas de política fundamentais à prossecução do objetivo de atingir uma sociedade e economia descarbonizadas, que utilize eficientemente os recursos e maximize o potencial dos seus recursos endógenos. Uma Europa mais verde, hipocarbónica e resiliente, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos;

4: Governança territorial: Uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando o desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras e as iniciativas locais;

5: Ordenamento territorial: Um país coeso internamente, melhor equilíbrio demográfico, competitividade das redes urbanas; a projeção da faixa atlântica; a promoção das potencialidades específicas dos territórios de baixa densidade. Uma Europa mais conectada, fomentando a mobilidade e a conectividade regional em matéria de TIC.

Nesta conformidade importa salientar as vantagens associadas à utilização de uma plataforma flexível de monitorização e avaliação de impactos como a que resultou da implementação deste projeto (Impact-WEB-SIG) permite não só escolher os potenciais impactos das intervenções das políticas mencionadas à escala nacional, mas também em escalas territoriais mais finas (e.g. municípios, NUTES 3 e/ou NUTES 2), no caso de existir informação que permita a avaliação de impactos nestas escalas. Tão importante como isso, é a possibilidade de analisar dimensões de análise distintas associadas à política/estratégia a avaliar. Importante porque, por exemplo, a Estratégia 2030 comporta várias agendas temáticas, e respetivos eixos de intervenção, que importa avaliar (impactos) em separado: (i) As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade (ii) Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento (iii) Transição climática e sustentabilidade dos recursos e (iv) Um país competitivo e coeso. Noutro exemplo concreto, quanto for requisitada a avaliação dos impactos da implementação da Política de Coesão (2021-2027), a metodologia e respetiva plataforma (WEB-SIG), criada no âmbito deste projeto, permitirá avaliar os impactos territoriais, nas várias dimensões de análise (multidimensionais – e.g. coesão social, competitividade económica, sustentabilidade ambiental, governança e cooperação territorial, e ordenamento e coesão territorial), às várias escalas territoriais pretendidas, e apresentar os respetivos scores de impacto cartografados na plataforma.

O estudo

A metodologia proposta e usada

A metodologia proposta para a obtenção dos scores de impactos a apresentar na Plataforma Impact-WEB-SIG tem um suporte metodológico na conhecida metodologia de avaliação de impactos territoriais (TIA) denominada TARGET_TIA, que já foi devidamente testada na avaliação de impactos territoriais (ex-post) da política de coesão em Portugal às escalas nacional (Medeiros, 2014a) e Regional (Medeiros, 2014b), em Espanha (Medeiros, 2017a) e na Suécia (Medeiros, 2016a) Por outro lado, o TARGET_TIA mostrou a sua flexibilidade na avaliação do um programa Interreg-A (Medeiros, 2017b; Medeiros et al., 2021).

Como se pode ver na Figura 1, o TARGET_TIA, para além de permitir a avaliação de projetos/programas/políticas em todas as fases de avaliação (ex-post/mid-term/ex-ante)~, permite igualmente se estimem os impactos de várias dimensões de análise, com base, quer numa avaliação de cariz qualitativo (entrevistas e leitura de relatórios/artigos), quer numa avaliação de cariz quantitativo (normalmente um indicador sintético de coesão territorial - sobre a construção deste indicador e sobre o conceito de coesão territorial ver Medeiros, 2016b). Ambas as avaliações têm um peso semelhante e da sua média aritmética resultará o valor dos impactos estimados da intervenção a avaliar. Relativamente à estimativa da avaliação qualitativa, esta será balizada através de uma escala de classificação que varia entre -4 a + 4 (Quadro 1).

Quadro 1. Classificação dos scores de impactos usados nas Matrizes de Avaliação

Score	Classificação
+4	Impactos positivos muito significativos
+3	Impactos positivos significativos
+2	Impactos positivos medianos
+1	Impactos positivos pouco significativos
0	Impactos nulos
-1	Impactos moderadamente prejudiciais
-2	Impactos mediamente prejudiciais
-3	Impactos prejudiciais
-4	Impactos fortemente prejudiciais

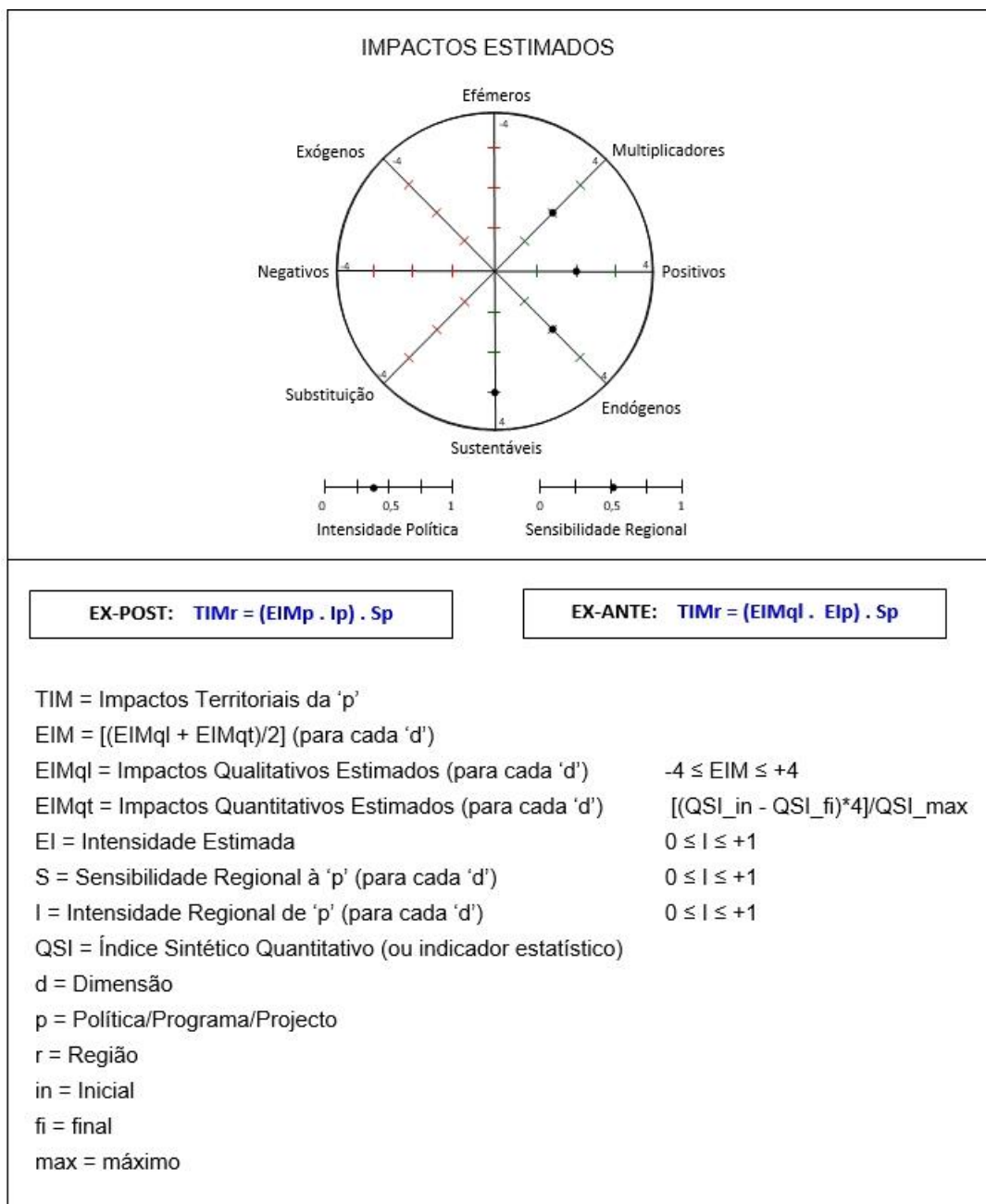


Figura 1. O TARGET_TIA: elementos e fórmulas. Fonte (Medeiros, 2014c – adaptado)

A atribuição dos scores de impacto obtidos por meio da fórmula do TARGET_TIA dependerá necessariamente do que está a ser avaliado. Um racional que poderá guiar a avaliação é um enfoque claro no conceito de 'desenvolvimento territorial' que, de modo simplificado, assenta em três premissas fundamentais: (i) criação de riqueza; (ii) retenção de riqueza e (iii) distribuição de riqueza num dado território (Medeiros, 2019). Esta avaliação qualitativa de '4 scores' sairá de uma média aritmética dos valores atribuídos aos quatro vetores que estruturam a avaliação de impactos territoriais:

- Positivos vs Negativos: valorizará essencialmente os valores de criação de emprego bem remunerado;

- Multiplicadores vs Substituição: valorizará essencialmente a capacidade de multiplicação de efeitos positivos na criação de emprego bem remunerado e sustentável, por oposição à substituição e deslocação de postos de trabalho noutro território;
- Longo-Prazo vs Curto-Prazo: valorizará o grau de sustentabilidade do projeto/programa/política a avaliar, nomeadamente no que toca à criação de emprego sustentável a médio/longo prazo;
- Endógenos vs Exógenos: valorizará o grau de retenção de riqueza na região onde o investimento é efetuado.

Como já foi referido, esta avaliação ex-post tem um cariz dual. Assim, é por um lado qualitativa, ou seja, é fortemente baseada na leitura de relatórios de avaliação disponíveis e na recolha de opiniões de peritos sobre a temática que se está a avaliar. Por outro lado, são incorporados elementos cariz mais quantitativo que, no fundo, se baseiam na evolução de valores estatísticos relativos a dois períodos de análise. De preferência, o primeiro período de análise será próximo do início da implementação do projeto/programa/política, enquanto o segundo período será, normalmente, uma data situada entre um e cinco anos após o seu término.

O passo seguinte passa pela valorização dos componentes e dimensões mais apoiadas no âmbito da concretização dos projetos/programas/políticas a avaliar (o fator de intensidade política). Esta valorização depende essencialmente do volume financeiro consignado a cada uma das componentes e dimensões, à falta de um outro elemento mais abrangente. Este processo passa pela escolha de um valor que se situa entre 0 (apoio nulo) e 1 (apoio máximo).

Finalmente, a fórmula de avaliação de Impactos Territoriais deverá incluir um elemento de sensibilidade regional. Este é um elemento determinante na avaliação de impactos de políticas dado que os territórios têm valores distintos de sensibilidade regional a um determinado investimento, consoante o grau em que este se apresenta numa dada região, no momento de partida da implementação do projeto/programa/política. Assim, os impactos territoriais esperados serão mais significativos em regiões onde o grau de ‘necessidade regional’ para um determinado investimento se apresenta mais intenso. Por exemplo, uma região com elevados níveis de poluição é particularmente sensível aos investimentos do domínio da sustentabilidade ambiental.

O resultado final dessa operação constituirá o valor do impacto territorial da política/programa/projeto avaliado. Esse valor poderá variar entre -4 e +4, sendo que quanto mais próximo de +4, maior serão os impactos territoriais positivos obtidos. Há que ter em atenção, porém, que quanto mais vasto for o território em análise e quanto mais pormenorizada for essa análise, no número de componentes utilizados, maior será a tendência para o afastamento do valor final dos extremos da classificação. Em seguida apresenta-se os principais passos para a obtenção dos scores finais de impactos territoriais:

1º Passo:

- Estimar os Impactos qualitativos (entrevistas + leitura de relatórios);
- Utilizar as fichas de avaliação do TARGET_TIA para cada uma das dimensões do conceito de Coesão Territorial e os respetivos componentes;
- O resultado dos Impactos Estimados (EIM) resultará da média obtida (de -4 a 4) nos quatro vetores de impactos analisados (Negativos/Positivos; Substituição/Multiplicadores;

Exógenos/Endógenos; Longo-Prazo/Curto-Prazo) em cada uma das dimensões do conceito de Coesão Territorial;

2º Passo:

- Estimar os Impactos quantitativos: obtenção e tratamento de dados estatísticos associados com as dimensões de análise escolhidas para dois períodos de análise distintos (antes e após a intervenção);

3º Passo:

- Estimar os impactos (média de qualitativos + quantitativos);

4º Passo:

- Estimar o valor da intensidade regional: tratamento da base de dados de projetos;

5º Passo:

- Estimar o valor da sensibilidade regional: análise documental, entrevistas e dados estatísticos;

6º Passo:

- Obter o valor dos impactos contractuais nas três dimensões apresentadas na Fig. 1.

7º Passo:

- Obter o valor dos impactos territoriais através da fórmula.

A avaliação do PO SEUR

Em conformidade com os desafios anteriormente elencados, a base concetual para a avaliação proposta foi fortemente assente numa análise detalhada da base de dados dos projetos do PO SEUR implementados até 30 de Setembro de 2021, com base nos dados disponíveis na plataforma do PORTUGAL 2020, dado que só assim será possível distinguir os efeitos da intervenção do PO com a contribuição de outras intervenções no domínio do crescimento e desenvolvimento sustentável em Portugal: as questões da causalidade e do valor acrescentado europeu.

A análise de projetos foi pela recolha de dados qualitativos e quantitativos obtidos através de entrevistas individuais com especialistas e stakeholders relevantes (incluindo promotores dos projetos) na matéria, da leitura de literatura relevante (relatórios relativos ao PO SEUR, aos planos/programas nacionais associados ao mesmo e outra literatura relativa a processos de crescimento e desenvolvimento sustentável), e da análise de dados estatísticos comparativos relativos às dimensões de análise escolhidas (Fig. 2).

Na base esquemática da metodologia de avaliação é possível identificar cinco dimensões de análise específicas que sustentam a metodologia de avaliação proposta. A primeira (economia com baixas emissões) está associada ao Eixo 1 do PO SEUR. Por seu lado, as segunda e terceira (adaptação às alterações climáticas + prevenção e gestão de riscos) estão associadas ao Eixo 2. Por fim, as últimas duas dimensões (proteção ambiental + eficiência dos recursos) estão associadas ao Eixo 3. Assim sendo, as mesmas englobam as componentes centrais de intervenção política do PO SEUR no seu propósito central de fomentar processos de crescimento e desenvolvimento sustentável em Portugal.

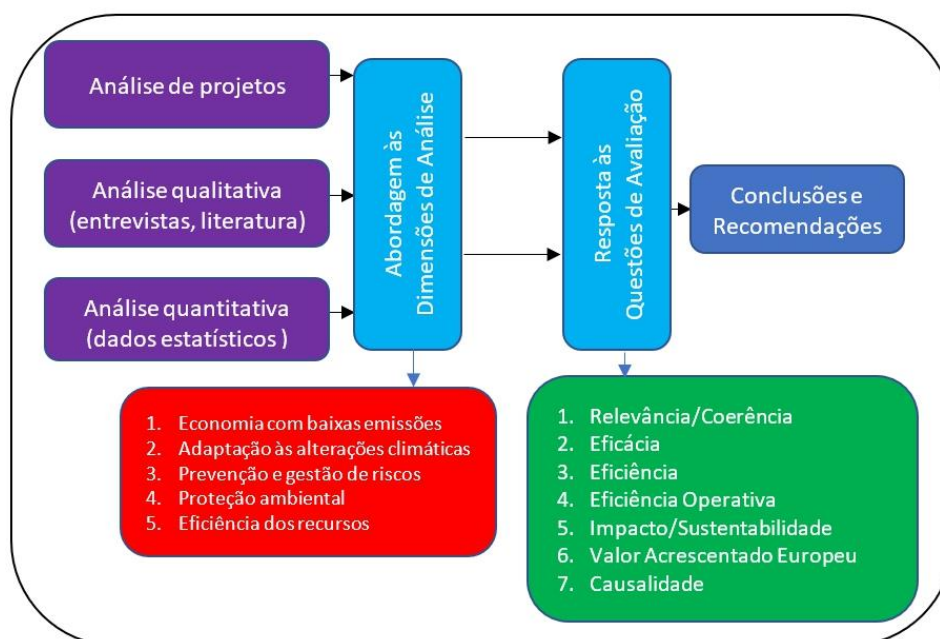


Figura 2. Base esquemática da metodologia da avaliação

A fundamentação para esta identificação de cinco dimensões de análise distintas tem duas bases: em primeiro lugar, existe uma clara distinção entre as cinco temáticas centrais do PO SEUR, cada uma das quais com objetivos temáticos concretos, embora de natureza complementar. Em segundo lugar, esta escolha fundamenta-se pela facilidade de análise centrada na base de dados dos projetos do PO SEUR, dado que na primeira dimensão de análise todos os projetos estão associados ao Eixo 1, e nas restantes dimensões de análise duas delas estão associadas a cada um dos outros dois Eixos de intervenção do PO.

Por seu lado, a opção metodológica centrada na resposta adequada e ajustada às questões de avaliação mais específicas (ver ponto seguinte e entrevista completa em anexo 1) justifica-se pela necessidade de apresentar um quadro metodológico integrado que reflita diferentes opções de aprofundamento presentes na 'Consulta Prévia', e também pelas vantagens associadas à informação obtida por meio de respostas a questões concretas relativas à implementação do PO SEUR.

Principais questões de avaliação

Como já foi referido, a metodologia proposta assenta, em larga medida, na recolha e tratamento de dados qualitativos. Um dos meios privilegiados de obtenção destes foi através de várias entrevistas a peritos e membros de entidades envolvidas na implementação do PO SEUR. Aqui, houve preocupação e recolher opiniões sobre os impactos do PO SEUR nas cinco dimensões de análise escolhidas com base nos scores de impacto usados na metodologia proposta. Em acréscimo, houve a preocupação em apurar a causalidade, a eficácia, a eficiência, a eficácia operativa o valor acrescentado e a relevância/coerência do PO SEUR:

Guião simplificado da entrevista:

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...? ... para as seguintes cinco dimensões de análise: A: Economia com baixas emissões; B: Adaptação às alterações climáticas; C: Prevenção e gestão de riscos; C: Proteção ambiental; D: Eficiência dos recursos.

- 4 = Impactos positivos muito significativos
- 3 = Impactos positivos significativos
- 2 = impactos positivos medianos
- 1 = impactos positivos pouco significativos
- 0 = impactos nulos
- - 1 = impactos moderadamente prejudiciais
- - 2 = impactos mediamente prejudiciais
- - 3 = impactos prejudiciais
- - 4 = impactos fortemente prejudiciais

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR? ... em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

Intensidade Política (investimento)

O tratamento da base de dados dos projetos do PO SEUR por cada uma das cinco dimensões de análise (Quadro 2) revelou uma concentração evidente no domínio da eficiência dos recursos em todas as NUTES 2 de Portugal continental, logo seguido da concentração dos investimentos na dimensão da proteção ambiental. No sentido inverso encontra-se a alocação dos investimentos do PO SEUR nas dimensões da economia com baixas emissões e na adaptação às alterações climáticas.

Quadro 2. investimento do PO SEUR (2014-20) por dimensão de análise (%)

Dimensão de Análise - DA	NUTES 2 PT CONTINENTAL				
	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
A: Economia com baixas emissões	5	2	10	5	3
B: Adaptação às alterações climáticas	1	9	0	2	8
C: Prevenção e gestão de riscos	10	17	9	10	10
D: Proteção ambiental	32	22	16	22	13
E: Eficiência dos recursos	52	50	65	61	67
Total	100	100	100	100	100

Sensibilidade Regional

A análise da sensibilidade regional foi feita para cada uma das NUTES 2 de Portugal Continental e respetivas dimensões de análise, sobretudo recorrendo a bibliografia recente que analisa a dimensão da sustentabilidade de modo territorializado (DGT, 2018a; DGT, 2018b, DGT, 2018c):

A: Economia com baixas emissões

Região Norte

Dados os recursos energéticos endógenos abundantes de energias renováveis (hídricas e eólica em particular e também o potencial de utilização de biomassa florestal), existe margem para procurar aumentar a capacidade de produção de energia com o estudo e a

realização de novos projetos e a ligação das instalações produtoras à rede. A implementação de contratos de gestão e de projetos de eficiência energética nas infraestruturas públicas e no setor habitacional e de racionalização dos consumos nos transportes permitirá também a redução do consumo de energia e a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa - SR: 1.

Região Centro

Nas regiões de baixa densidade, projetos de produção de energias alternativas a partir dos recursos endógenos (como a floresta e a silvo pastorícia), com o aproveitamento da biomassa e o armazenamento do carbono nos povoamentos florestais, podem potenciar a implementação de estratégias de investimento com sustentabilidade económica que possam contribuir para atenuar o esvaziamento populacional - SR: 0,5.

Área Metropolitana de Lisboa

Grande relevância da Região para a procura da melhoria dos indicadores de consumo e de eficiência de energia (doméstica, não doméstica, industrial) e a consequente redução de emissões de gases com efeito de estufa. Estudos e projetos que promovam a utilização de combustíveis mais limpos e o recurso a tecnologias menos poluentes, em particular nos setores de tráfego rodoviário (com a conversão de frotas de transportes coletivos e a promoção da mobilidade elétrica), da produção de eletricidade e da indústria e construção permitirão contribuir também para a redução da dependência fóssil e da importação de energia no país - SR: 1.

Região Alentejo

Região onde existe potencial para desenvolver o aproveitamento das energias renováveis, em particular da energia solar, já amplamente concretizado pela instalação de diversas unidades fotovoltaicas - SR: 0,5.

Região Algarve

A valorização, entre os recursos ambientais endógenos, das energias renováveis e o uso de tecnologias energéticas mais sustentáveis e eficientes poderá contribuir, entre outros projetos, para ultrapassar desequilíbrios do modelo de crescimento regional resultantes da grande dependência do setor turístico - SR: 0,5.

B: Adaptação às Alterações Climáticas

Região Norte

Os impactos regionais das alterações climáticas estão associados à forma como este fenómeno irá previsivelmente conduzir a um agravamento da exposição regional a riscos naturais, nomeadamente riscos de erosão dos solos e costeira, instabilidade de vertentes, desertificação do solo e incêndios florestais. Nas zonas interiores, os distritos de Bragança e Vila Real são vulneráveis ao aumento das temperaturas médias, particularmente no Verão, e à diminuição da precipitação média, ambos fatores associados à desertificação. Por outro lado, no inverno, também poderão vir a ocorrer episódios de ondas de frio, com temperaturas mínimas atípicas. A região também possui algumas áreas com risco de cheias e inundações, algumas delas zonas críticas. No litoral, têm vindo a ser registados episódios

de inundação oceânica e de erosão que acarretam perigo para pessoas e bens, afetando a dinâmica costeira e condicionando atividades como a pesca - SR: 0,5.

Região Centro

A região Centro é particularmente afetada pelas alterações climáticas em termos de erosão costeira e subida do nível do mar, uma condicionante forte neste litoral. Também é vulnerável a incêndios florestais. Este risco, embora se trate de um risco sazonal, é particularmente agudo pelo tipo de coberto vegetal e condições climáticas existentes e pela sua repercussão grave para segurança de pessoas e bens. A nível regional são igualmente expressivas as ondas de calor, sobretudo nas zonas do interior, bem como os efeitos da desertificação, com impactos importantes no que diz respeito à degradação dos solos e dinâmicas associadas - SR: 1.

Área Metropolitana de Lisboa

A região apresenta vulnerabilidades a eventos climáticos extremos e riscos naturais, como a subida do nível do mar e o risco associado de galgamentos oceânicos; cheias e inundações; ondas de calor e temperaturas elevadas. No contexto das alterações climáticas, estas suscetibilidades são agravadas perante a previsão de um aumento da frequência e intensidade dos fenómenos extremos, com consequente aumento do seu potencial destrutivo. Enquanto grande polo sociodemográfico, responsável por parte considerável do PIB nacional, o território tem uma especial sensibilidade social e económica aos impactes esperados da mudança climática. Isto é, a vulnerabilidade regional a eventos extremos, conjugada com a elevada concentração de pessoas, infraestruturas e atividades económicas resulta numa forte exposição às alterações climáticas, que torna prementes os esforços de adaptação - SR:1.

Região Alentejo

O Alentejo é uma das regiões mais afetadas pelas alterações climáticas na Europa devido ao efeito combinado dos aumentos de temperatura e diminuição da precipitação numa região já caracterizada por um clima exigente. A estas vulnerabilidades ambientais adicionam-se vulnerabilidades de cariz social e económico, uma vez que a economia regional é fortemente dependente do sector primário, que previsivelmente será um dos mais fortemente afetados pelas alterações climáticas. Por outro lado, o índice de competitividade regional abaixo do valor nacional representa um fator negativo para a capacidade de adaptação das comunidades. Outro fator que poderá afetar negativamente a resiliência climática do território é sua muito baixa densidade e forte envelhecimento populacional. Em concreto, entre os impactes esperados das alterações climáticas na região conta-se o aumento da temperatura média anual, o incremento da frequência e intensidade das ondas de calor e a diminuição da precipitação média anual. Estas tendências acarretam consequências para a saúde pública, têm implicações sobre qualidade e disponibilidade de recursos hídricos e, em particular, traduzem-se em riscos muito graves associados ao agravamento dos processos de desertificação e degradação dos solos - SR: 1.

Região Algarve

No Algarve, em resultado das alterações climáticas, espera-se um aumento não só da temperatura média, mas também da temperatura mínima e máxima, bem como o aumento

na frequência de eventos extremos, como ondas de calor. Especialmente relevante na região é o risco de escassez hídrica. A redução da recarga dos aquíferos, associada à diminuição da precipitação e aos aumentos de temperatura causados pelas alterações climáticas, implicará o aumento da frequência, da intensidade e da duração das secas. O Algarve já enfrenta atualmente períodos de seca e a situação deverá agravar-se com consequências tanto para a agricultura como, potencialmente, para o abastecimento público. As zonas costeiras, onde se encontram algumas áreas urbanas de grande dimensão, estão também particularmente vulneráveis aos efeitos da subida do nível médio do mar e ao aumento do risco de cheias. Além do perigo que representam para a segurança de pessoas e bens, prevê-se que a subida do nível do mar impacte a evolução da linha de costa, com implicações para a atividade turística - SR: 0,75.

C: Prevenção e gestão de riscos

Região Norte

Região muito afetada por riscos naturais de erosão costeira, com o assoreamento das principais barras e acessos marítimos aos Portos de Pesca, e com algumas zonas críticas de inundação, com situações de risco para pessoas e bens sobretudo em frentes urbanas. Os distritos do interior são vulneráveis ao aumento da temperatura e ao decréscimo da precipitação sendo muito suscetíveis à desertificação do solo. As áreas com uso florestal têm reduzido com o elevado número de incêndios, a reduzida dimensão da propriedade e o abandono da atividade agroflorestal. Ações de reforço da proteção costeira, contra inundações e contra incêndios florestais, com a aquisição de meios operacionais e a aplicação de tecnologias e dispositivos que melhorem a capacidade de intervenção, serão muito relevantes - SR: 0,75.

Região Centro

Região com elevada erosão costeira e uma orla costeira que constitui um dos maiores desafios do litoral nacional em termos da minimização de riscos associados à ação do mar sobre pessoas e bens. Assim, importa assegurar na região a contenção da expansão dos núcleos urbanos, o condicionamento adequado do uso do solo e a estabilização dos sistemas dunares litorais. A Região é também uma das áreas do país mais afetada pelo risco de incêndios florestais, potenciados pelo tipo de coberto vegetal e pelas condições climáticas, com expressivas ondas de calor nas zonas do interior e com efeitos de desertificação do solo. Ações de reforço da proteção costeira e contra incêndios florestais serão por isso muito relevantes - 1.

Área Metropolitana de Lisboa

Território exposto a um amplo leque de elevados perigos naturais, como fenómenos de erosão costeira, cheias rápidas (com zonas críticas identificadas), sismos, e riscos tecnológicos associados a acidentes industriais, encontrando-se algumas infraestruturas estratégicas localizadas em áreas de perigosidade moderada ou elevada. Assim, as intervenções de reforço da proteção costeira e contra inundações e as ações de prevenção face a acidentes graves e catástrofes são muito relevantes. Estas intervenções preveem a aquisição de meios operacionais e a aplicação de tecnologias e dispositivos que melhorem a capacidade de intervenção - SR: 1.

Região Alentejo

Região menos exposta a riscos de recuo da linha de costa e a erosão costeira. Com algum risco de inundação por cheias, associado a precipitações intensas concentradas em curtos espaços de tempo. A Região apresenta graves riscos associados ao processo de desertificação (em cerca de 60% da Região). Nesta Região, a ocupação agroflorestal contribui de forma determinante para o baixo risco de incêndio. A Região está também menos exposta a riscos sísmicos - SR: 0,5.

Região Algarve

O litoral é o elemento mais marcante da Região, necessitando a faixa costeira de proteção, requalificação e valorização, para o que o Programa Polis Litoral já tem contribuído. Estão identificadas cinco zonas críticas de inundação nas ribeiras do Algarve. Ações de reforço da proteção costeira e contra inundações serão por isso muito relevantes - SR: 0,5.

D: Proteção Ambiental

Região Norte

A região é caracterizada por fortes contrastes entre um litoral denso, urbanizado e industrial e um interior em processo de despovoamento, de matriz rural e com um capital natural de elevado potencial. Cerca de 25% do território regional é ocupado por áreas de conservação da natureza, localizadas sobretudo em zonas rurais e de baixa densidade. Estas áreas englobam, nomeadamente, o único Parque Nacional e as Reservas da Biosfera Transfronteiriças do Gerês–Xurés e da Meseta Ibérica, concentrando um capital natural que importa preservar, nomeadamente pelos serviços de ecossistemas que lhe estão associados. A nível regional, destaca-se, por exemplo, a produção de produtos locais de elevada qualidade resultantes de sistemas agro-silvícolas de alto valor natural. Em particular, a origem de produtos de excelência registados como DOP em Trás-os-Montes, Douro e Minho está associada à presença de áreas protegidas e classificadas e sua coexistência com sistemas tradicionais agroflorestais e pecuários, que permitem o desenvolvimento de nichos de qualidade. A área florestal na região tem registado um decréscimo, resultado da ocorrência de elevado número de incêndios, conjugada com fatores como a forma de distribuição da propriedade ou a tendência de abandono das atividades económicas associadas à floresta. Neste contexto, identifica-se também uma necessidade regional de proteção ambiental das florestas. No que diz respeito aos recursos hídricos, nas Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, Douro e Cávado, Ave e Leça diversas massas de água superficiais ainda não atingiram o objetivo de qualidade ambiental e mantém-se uma necessidade de investimento na drenagem e tratamento de águas residuais, pelo que existe ainda a trabalhar neste âmbito - SR: 0,75.

Região Centro

Sendo um território muito diversificado do ponto de vista dos recursos naturais, 16% da região está afeta à estrutura de conservação da natureza, cujos valores naturais são fundamentais do ponto de vista da proteção da biodiversidade, mas também enquanto capital potenciador do desenvolvimento de áreas de mais baixa densidade, como a Serra da Malcata. Vários outros locais na região devem ser alvo de políticas e intervenções que tenham como foco a articulação adequada de preservação e valorização. No Centro, a água é outro recurso que importa proteger, uma vez que a região concentra as principais

reservas de água exclusivamente nacionais. Considerando que as massas de água regionais, em particular as superficiais, registam níveis elevados de poluição, fica patente a urgência de uma intervenção no sentido da minimização de impactos ambientais. As mais importantes pressões são registadas no Centro Litoral, estando associadas à coexistência de um desenvolvimento urbano-industrial difuso com exploração agropecuária intensiva. No litoral, regista-se a elevada vulnerabilidade dos sistemas dunares, expostos a intensa erosão costeira e aos impactos da ocupação humana, sendo necessária uma intervenção cuidada capaz de conter a pressão antropogénica e preservar a qualidade das paisagens. O Centro possui uma mancha florestal de elevada importância para o país, a qual enfrenta desafios de gestão estruturais que potenciam de forma gravosa o risco de incêndio. Esta situação surge como uma problemática de proteção ambiental relevante a nível nacional - SR: 0,75.

Área Metropolitana de Lisboa

Apesar da presença de áreas muito urbanizadas, a região possui também espaços de grande interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, incluindo áreas integradas na Rede Natura 2000 e outras com estatuto de proteção internacional, como o Estuário do Sado ou a Serra de Aires e Candeeiros. No que diz respeito às pressões sobre estes espaços naturais, na região destaca-se a forte ocupação populacional, considerando que 1/8 do território nacional concentra 1/3 da população. A esta questão adicionam-se outros impactos, nomeadamente no Oeste e Vale do Tejo, os associados à agropecuária. Do ponto de vista ambiental, há também que referir a exposição deste território a perigos ambientais de diferentes tipos, como acidentes industriais. Outra questão digna de nota é a qualidade do ar. A utilização de combustíveis e tecnologias menos poluentes e a aplicação de medidas de redução de emissões vem contribuindo para a redução das concentrações atmosféricas de vários poluentes. No entanto, ainda persistem algumas situações de concentrações elevadas de alguns poluentes, sobretudo na proximidade de grandes vias de tráfego ou na envolvente de zonas industriais - SR: 0,75.

Região Alentejo

Este é um território com uma qualidade ambiental acima da média nacional, sendo que os sistemas mediterrânicos e as paisagens agrícolas associadas constituem pontos focais de biodiversidade europeia, onde a Rede Natura 2000 representa cerca de 20% do território. A conservação deste capital natural exige esforços continuados no domínio da proteção ambiental, considerando não só os impactos esperados das alterações climáticas, mas também os efeitos associados a dinâmicas de alteração dos usos do solo. Um dos fatores por trás da preservação de uma elevada qualidade ambiental na região prende-se com a manutenção de usos agrícolas e florestais associados a práticas tradicionais sustentáveis. Mais recentemente, estes usos tradicionais do solo, baseados em sistemas agroflorestais e silvo-pastoris, têm vindo a ser alterados, fruto da dinâmica de desenvolvimento da agricultura de regadio, no âmbito do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva. A par de alterações nas formas de exploração tradicional do Montado favorecidas pelos apoios financeiros à pecuária, o regadio, apesar do seu grande potencial para alavancar a competitividade da região, pode na presença de uma gestão inadequada ter efeitos cumulativos sobre o tipo de equilíbrio homem-natureza tão característico deste sistema agro-silvo-pastoril de referência. No litoral alentejano, um dos mais bem preservados da Europa, também se registam novas dinâmicas resultantes do interesse crescente na

exploração das potencialidades agrícolas do território, nomeadamente para a produção de hortícolas, e do aumento da procura turística. Este contexto, tem vindo a determinar um potencial conflito de usos e atividades, nomeadamente entre a conservação da natureza e biodiversidade e a intensificação agrícola. As potencialidades da região no domínio das energias renováveis, sobretudo no que diz respeito à produção de energia solar fotovoltaica, também pode gerar alguns conflitos do mesmo tipo - SR: 0,75.

Região Algarve

O território é marcado por fortes contrastes, entre um litoral denso e fortemente urbanizado e um interior com baixa densidade, de matriz rural e com forte potencial natural. A região possui várias áreas com valor de conservação e estatuto de proteção, nomeadamente áreas protegidas e áreas integradas na Rede Natura 2000. Nas zonas do interior de maior sensibilidade ecológica é verificada uma tensão entre a necessidade de travar o despovoamento, através da dinamização económica, e de respeitar as restrições que decorrem das normas de proteção ambiental. No litoral, marcado pela forte urbanização, a que corresponde a uma elevada concentração de usos, regista-se também a necessidade de promover a proteção e requalificação da faixa costeira e áreas naturais que lhe estão associadas. A competitividade económica a nível regional passa pela dedicação de um maior nível de atenção à proteção ambiental, com vista combater algumas dinâmicas ligadas aos diversos desequilíbrios associados a uma exploração intensiva dos fatores territoriais com base num modelo de crescimento assente no turismo - SR: 0,5.

E: Eficiência dos recursos

Região Norte

Os indicadores de recolha seletiva de resíduos urbanos pelos habitantes têm-se mantido relativamente estáveis nos últimos anos e a reciclagem e a valorização orgânica de resíduos são ainda insuficientes na Região, como na generalidade do país. Investimentos para o apoio a iniciativas de recolha seletiva de resíduos urbanos e a sua valorização são, por isso, necessários. A Região apresenta uma elevada disponibilidade de recursos hídricos superficiais (nas Regiões Hidrográficas de Minho e Lima e Douro), com situações pontuais de escassez em Trás-os-Montes. Nas três RH identificam-se diversas massas de água superficiais ainda sem qualidade ambiental, pelo que são necessários investimentos para a melhoria da qualidade da água em zonas ainda com problemas. O território regional apresenta uma boa cobertura da população em infraestruturas de abastecimento de água, mas a drenagem e o tratamento de águas residuais exigem ainda um esforço muito significativo de investimento. Cerca de 25% do território da Região corresponde a áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade, essencialmente em zonas rurais e de baixa densidade. No interior raiano encontram-se áreas suscetíveis à desertificação. A Região possui uma riqueza paisagística assinalável e um património cultural classificado de elevada expressão e valor, que importa continuar a conservar e potenciar como capital nacional e regional. Existem na Região recursos geológicos diversos, recursos geotérmicos hidrominerais e águas de nascente, sendo a sua exploração, e também a sua proteção e ordenamento, um importante fator de desenvolvimento. A Região detém passivos ambientais, em particular em antigas áreas de exploração mineira, e passivos de

urbanização e edificação com expressão em alguns locais. Ações de reabilitação e regeneração são necessárias - SR: 0,75.

Região Centro

A Região dispõe das principais reservas de água com origem exclusivamente nacional. Os recursos hídricos registam, no entanto, níveis elevados de poluição, nomeadamente no Centro Litoral, em resultado do desenvolvimento urbano-industrial difuso e da prática de uma agricultura e pecuária intensivas. Os investimentos previstos para a melhoria da qualidade da água são por isso necessários. A maioria das massas de água subterrâneas, no entanto, encontra-se em bom estado de conservação. Região com perda de biodiversidade em resultado dos efeitos da desertificação na capacidade de uso do solo, nomeadamente nas zonas fronteiriças. A Região apresenta uma elevada diversidade de paisagens, cujo ordenamento constitui um instrumento essencial nas estratégias de desenvolvimento rural e litoral. A Região possui ainda uma grande riqueza patrimonial, dispersa por todo o território. A Região detém elevadas reservas de recursos minerais, com características bastante diversificadas, e de recursos hidrominerais e atividade industrial associada com forte expressão. Importa, assim, continuar a assegurar a sua proteção e ordenamento - SR: 0,75.

Área Metropolitana de Lisboa

A Região tem procurado monitorizar o crescimento da recolha seletiva de resíduos urbanos, a diminuição do depósito de resíduos em aterro e a valorização de resíduos perigosos. Importa, no entanto, prosseguir a implementação dessas medidas, hoje ainda muito insuficientes. No domínio da utilização da água são elevadas as pressões existentes na Região nos diferentes setores (agrícola, urbano, industrial). Importa, assim, continuar a monitorizar a perda de água no abastecimento com vista a eliminá-la tendencialmente e a garantir a qualidade do serviço prestado às populações. Apesar da presença de áreas muito urbanizadas, a região acolhe igualmente espaços de grande interesse e valia para a conservação da natureza e a biodiversidade. Na Região existe uma grande diversidade de recursos geológicos, em particular rochas e minerais industriais, cuja proteção importa assegurar. O património geológico é também importante na região. Medidas de melhoria ambiental introduzidas nos últimos anos (combustíveis mais limpos, tecnologias menos poluentes e redução de emissões, em particular nos setores do tráfego rodoviário, produção de eletricidade e indústria e construção) contribuíram para a redução das concentrações de vários poluentes no ar ambiente, mas persistem ainda situações, que importa corrigir, de concentrações elevadas de alguns poluentes, sobretudo na proximidade às principais vias de tráfego de Lisboa e na envolvente próxima de zonas industriais - SR: 1.

Região Alentejo

Território rural de baixa densidade em termos de povoamento e de usos e atividades, a Região apresenta muito boa qualidade da biodiversidade, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e baixo consumo do solo. Existem, no entanto, tendências regressivas da qualidade das terras e suscetibilidade à desertificação em resultado, em particular, da influência das alterações climáticas. Importa, assim, desenvolver ações de proteção e reabilitação dos solos. Os sistemas ecológicos mediterrânicos e as suas paisagens agrícolas constituem pontos focais de biodiversidade europeia, onde a Rede Natura 2000 representa

cerca de 20% do território. O território da Região é marcado por um troço litoral regional dos mais bem preservados da Europa, onde ocorrem valores naturais de relevância notável, que importa continuar a proteger. As indústrias extrativas regionais e o património geológico-mineiro representam um importante ativo da economia regional. A existência de uma zona de reconversão industrial na Região (Sines) e de áreas de exploração mineira abandonadas e contaminadas torna desejável a adoção de medidas que garantam a continuidade dos processos de recuperação desses locais - SR: 0,5.

Região Algarve

Com investimentos de melhoria nos últimos anos, a recolha seletiva de resíduos apresenta atualmente um nível muito superior à média nacional e a água disponibilizada à população da Região é controlada e de boa qualidade. Atenção particular está a ser dada à qualificação dos recursos hídricos, de modo a superar os défices hídricos e controlar a sobre-exploração dos recursos subterrâneos. A paisagem constitui um pilar fundamental da sustentabilidade regional, com áreas significativas com valor de conservação e recursos paisagísticos com estatuto de proteção. Existe, no entanto, suscetibilidade à desertificação em resultado da influência das alterações climáticas e das atividades humanas. O desenvolvimento de ações de proteção e valorização da biodiversidade e dos solos são, por isso, relevantes - SR: 0,5.

Principais impactos do PO SEUR

Com base nas entrevistas efetuadas foi possível retirar as seguintes ideias fundamentais dos principais impactos do PO SEUR em Portugal continental e nas respetivas NUTS 2:

Seguindo a seguinte escada de avaliação:

- 4 = Impactos positivos muito significativos
- 3 = Impactos positivos significativos
- 2 = impactos positivos medianos
- 1 = impactos positivos pouco significativos
- 0 = impactos nulos
- - 1 = impactos moderadamente prejudiciais
- - 2 = impactos mediamente prejudiciais
- - 3 = impactos prejudiciais
- - 4 = impactos fortemente prejudiciais

Norte

Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

Três dos entrevistados identificaram, na generalidade, o impacto como muito positivo e significativo. A CIM do Cávado avaliou como impacto positivo baixo, relevando o reduzido número de projetos na região. Como principais impactos, as entidades entrevistadas destacaram o aumento de população coberta pelo abastecimento de água, a criação do PROTEC Georisk (gestão de riscos à escala da paisagem), gestão integrada das florestas, a proteção contra a erosão costeira em Esposende e a recolha seletiva de resíduos em Santa Maria da Feira.

Dimensão de análise	Impacto
Economia com baixas emissões	3
Adaptação às alterações climáticas	3
Prevenção e gestão de riscos	3
Proteção ambiental	3
Eficiência dos recursos	3
Média	3

Causalidade

Todos os entrevistados acreditam que existe uma relação de causalidade muito importante e vinculada. Todos destacaram os resultados positivos da implementação do POSEUR no território, com especial ênfase na conservação do meio ambiente e da sustentabilidade ambiental. Encaram como importante a complementaridade entre o POSEUR e o PO Norte. Reforçam a ideia de que sem o investimento do POSEUR seria muito difícil concretizar os projetos a que se propuseram. O aumento da taxa de cobertura ao nível do abastecimento e do saneamento é uma das evoluções que merece destaque.

Eficácia

As entidades entrevistadas consideraram que as tipologias do POSEUR estavam adaptadas às necessidades do território e que os objetivos foram, na sua maioria, concretizados com impactos visíveis. No entanto, há uma dificuldade generalizada no cumprimento dos prazos, devido aos constrangimentos resultantes da conjuntura nacional e global, nomeadamente a pandemia. Uma das entidades realçou a necessidade do POSEUR ajustar as métricas da população, pois vilas e aldeias com pouquíssima densidade populacional não obtiveram o impacto positivo que outras regiões com maior densidade populacional registaram.

Eficiência

É transversal a ideia de que poderia ter sido feito mais com os recursos disponíveis (exceção feita à CIM do Ave, convicta que não poderia fazer melhor), não obstante o programa suprimiu muitas das necessidades no terreno. Apesar disso, aqueles que acreditam que poderia ter sido feito mais fazem um “*mea culpa*” com a entidade de gestão do POSEUR. Apontam como possíveis melhorias para próximos programas – o reforço da flexibilidade burocrática e técnica para criar sinergias com vários organismos e agilizar prazos. Para além disso, é também referido, novamente, a dificuldade ao nível da construção associada à crise que se avizinha.

Eficácia Operativa

As entidades realçaram como principal catalisador da relação com o POSEUR o papel fundamental do gestor de projeto, que acompanhou cada uma das candidaturas, funcionando como principal ponto de contacto entre os beneficiários e a autoridade de gestão. Destacaram também a criação de um *roadmap* de avisos que permitiu tomar conhecimento dos timings de candidatura e execução. Para além disso, foi importante a metodologia de sistema de informação geográfico, que permitia a elaboração de um boletim de report da execução física e financeira. Os beneficiários notaram que existe uma tentativa de equilíbrio entre a regulação europeia e a tentativa de desburocratização. A

centralização numa plataforma facilitou o trabalho de pesquisa e submissão das candidaturas.

Valor acrescentado

Está alinhado com os desafios da Europa na área da eficiência dos recursos, ambiente e recursos naturais. É importante que possa fazer a transição do POSEUR para a dimensão de coesão territorial. Devido ao POSEUR se ter focado mais no nível micro do que nas grandes obras permitiu responder a situações muito específicas que eram necessárias no território, ao dar prioridade a essas áreas chegou a sítios a que outros programas anteriores não tinham chegado. Há um valor acrescentado prático e palpável. Ainda bem que a Europa estabelece metas mínimas nas prioridades de investimento, se assim não fosse o nosso país era pouco ambicioso ao nível da sustentabilidade.

Relevância/Coerência

De forma geral, consideram que está alinhado nas diversas áreas com os documentos e estratégias nacionais, apoiados no parecer prévio da tutela do meio ambiente ou da proteção civil. Alguns projetos fora do POSEUR podiam ter maior ligação com o mesmo, como é o caso do fundo ambiental, o fundo florestal e o fundo dos transportes. Há a sensação, por parte dos entrevistados, que os municípios da região necessitam destes programas para fomentar o investimento. No entanto, as opiniões dividem-se quanto ao potencial de mudança efetiva, a maior parte dos entrevistados considera que é um passo sólido no caminho da mudança, outros (principalmente a CIM Cávado e a CM Santa Maria da Feira) consideram que é uma “migalha” que exige escalas diferentes para promover alterações reais. No ponto de vista dos que exigem escalas diferentes, o programa fica aquém da mudança efetiva porque a maior parte dos avisos para candidaturas são demasiado específicos, deixando algumas regiões, que não cumprem esses requisitos, de parte.

Centro

Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

Dimensão de análise	Impacto
Economia com baixas emissões	3
Adaptação às alterações climáticas	4
Prevenção e gestão de riscos	3
Proteção ambiental	3
Eficiência dos recursos	4
Média	3,40

A APIN chama a atenção para o peso da eficiência dos recursos, nomeadamente recursos hídricos, neste POSEUR. Duas entidades destacam a aquisição de câmaras de videovigilância e novos canais de abastecimento para proteção florestal. A CIM de Coimbra focou-se na regularização das margens do Mondego. Há a preocupação também de reduzir as perdas de água. Na generalidade, todos acreditam que o impacto foi bastante significativo nas diferentes áreas temáticas.

Causalidade

Há causalidade e coloca o serviço à população num patamar elevado. Ao nível da água, saneamento e resíduos, se não fossem estes apoios estaríamos a pagar um valor bastante superior àquele que estamos a pagar e não teríamos uma taxa de cobertura tão elevada. A redução do passivo ambiental, a proteção costeira e o investimento massivo na prevenção de incêndios são exemplos muito significativos desta causalidade. É importante também para a segurança da população e de espécies animais, como a abelha europeia, através do combate à invasão da vespa velutina. A nível urbano, há um impacto significativo e de causalidade na renovada eficiência energética no IPO e no politécnico de Coimbra. Sem o POSEUR os municípios não seriam capazes de levar a cabo este tipo de investimentos.

Eficácia

Ao nível da água e dos esgotos vão atingir os objetivos claramente. Na gestão de riscos e na redução do CO² também. Muito desse sucesso pode explicar-se pela existência das CIM que simplifica a comunicação e retira pressão aos municípios. Os parceiros destas CIM são também essenciais no lançamento de pareceres e sugestões que nos ajudam a adaptar o POSEUR às necessidades do território. Salienta-se que devido às alterações climáticas, estes objetivos são sempre trabalhos inacabados. As principais entropias ao cumprimento dos objetivos são: a mentalidade do tecido social, que não acompanha as mudanças promovidas pelo POSEUR, principalmente ao nível da seleção de resíduos; A falta de capacidade de resposta das empresas, seja por falta de mão de obra, pelo custo da matéria-prima, o que dificulta o processo de contratação pública pois o mercado não responde às necessidades do investimento.

Eficiência

Caso o mercado oferecesse resposta, havia a possibilidade de fazer melhor, ou pelo menos, de forma mais rápida. Há um desfasamento temporal que faz os entrevistados olharem a posteriori para os projetos e conceber novas formas de os executar, no entanto há um consenso quando consideram que dada a informação e recursos disponíveis, na altura, seria difícil fazer melhor. Com menos recursos, os entrevistados, acreditam que estariam bem pior, acusam, no entanto, a entidade de gestão de algum imediatismo e de não terem atendido a alguns projetos que teriam sido de fácil execução para ambas as partes.

Eficácia Operativa

A centralização de candidaturas num balcão único é interessante e facilita, no entanto, é importante garantir soluções para quando esse balcão entope. Na plataforma, as questões de criação e gestão de utilizadores foram um aspeto negativo que podia ser mais flexível. É dos programas mais exigentes em matéria de contratação pública, caso haja um engano (num cêntimo que seja) tem de ser enviado um email a autoridade de gestão e isso pode ser demoroso, mas tem uma comunicação eficaz. Algum atraso nos projetos, no ponto de vista dos entrevistados, pode dever-se a uma falta de reforço da contratualização inicial por parte do POSEUR. Apesar destas dificuldades, existe unanimidade quanto à competência da estrutura do POSEUR e à sua tentativa de agilização dos processos.

Valor acrescentado

Este valor europeu é uma mais-valia e é uma forma exigente de chegarmos a metas que não seriam possíveis doutra forma. Obrigam-nos a balizarmo-nos pelos níveis de exigência

dos países europeus mais desenvolvidos. Ao preço das faturas dos cidadãos comuns, não seriam possíveis estes investimentos sem os programas operacionais, nesta questão o valor acrescentado é inequívoco. É importante que os cidadãos tenham consciência disto no seu dia-a-dia. O POSEUR permitiu chegar a temas de pequena dimensão, mas fraturantes, aos quais não tínhamos tido a oportunidade de chegar em programas anteriores, por isso é com muita pena que vejo os quadros comunitários futuros a dedicarem-se quase exclusivamente às grandes obras. Há, de facto, um valor acrescentado importantíssimo, mas a CCDR do Centro defende que não devemos olhar para eles de um ponto de vista orçamental, mas sim estrutural.

Relevância/Coerência

A política pública nacional e internacional está alinhada na questão ambiental e na maximização dos recursos, no entanto, reforçar a contratualização inicial irá conduzir a uma utilização mais eficiente dos recursos do POSEUR. Há um foco na contribuição do POSEUR para a mudança, como é exemplo a substituição de contadores da água para sistemas mais modernos e digitais. O nível de exigência colocado pela autoridade de gestão do POSEUR é alto e com toda a certeza que irá promover uma mudança nas dinâmicas de desenvolvimento da sustentabilidade ambiental a nível nacional. A articulação entre programas específicos do centro e do POSEUR permitem colmatar lacunas na articulação entre o POSEUR e a política pública nacional, como é exemplo a questão da eficiência energética nas habitações.

AML

Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

O SMAS de Sintra demonstrou a sua insatisfação por ficar de fora de algumas candidaturas devido aos 90% de cobertura de custos. Há uma expectativa considerável quanto ao projeto de energia renovável de Setúbal, que consiste numa central de produção de hidrogénio verde. A CM Palmela mostrou-se agradada pelo trabalho do POSEUR nas encostas do castelo e na implementação de um projeto de recolha de bio resíduos. As Águas do Tejo Atlântico congratulam o POSEUR por ter aceitado candidaturas de obras já a decorrer, o que permitiu financiar obras de grande envergadura para transporte de águas na zona de Alcântara.

Dimensão de análise	Impacto
Economia com baixas emissões	4
Adaptação às alterações climáticas	4
Prevenção e gestão de riscos	3
Proteção ambiental	3
Eficiência dos recursos	3
Média	3,40

Causalidade

A maioria dos entrevistados concordam que a neutralidade carbónica, a sustentabilidade ambiental e o abastecimento e saneamento têm apresentado melhorias com um nível

causalidade enorme. Quanto à CCDD-LVT, considera que a AML é prejudicada neste tipo de programas, pois por ser uma área desenvolvida nunca obtém a dotação financeira de outras regiões do país. Para além disso, o SMAS Sintra destaca que se deveria canalizar as taxas que são cobradas ao município para promover a eficiência das várias instituições, ao invés de financiar os próprios serviços.

Eficácia

O POSEUR controla aquilo que é feito, portanto entre a definição dos objetivos, a sua monitorização e a respetiva concretização, isso corre sempre bem. Alguns projetos tiveram de ser adaptados durante o processo, mas as metas foram cumpridas na mesma, apesar de serem mais reduzidas em termos de números do que a proposta original. Os resultados foram, em suma, alcançados devido a uma solução técnica capaz e um apoio financeiro do POSEUR muito importante.

Eficiência

A maioria dos entrevistados defende que não seria possível obter melhores resultados com os mesmos recursos. O SMAS de Sintra declarou que se tivesse tido maior apoio financeiro teria rapidamente chegado ao patamar desejado de água não faturada. A CCDD-LVT lembrou que uma injeção de mais dinheiro não corresponde necessariamente a uma melhoria no serviço prestado.

Eficácia Operativa

Como pontos positivos a nível operativo, os entrevistados destacaram: a existência de um único canal de comunicação, a criação de um gestor de projeto que facilita a interação célere, publicitação eficaz dos avisos transversal a todo o período em que o POSEUR vigorou, criação de grupos de trabalho informais e específicos atentos às necessidades da região e uma tentativa de agilização do processo de forma a torná-lo \menos burocrático. Como pontos negativos, os entrevistados apontaram: uma necessidade de maior participação no terreno da autoridade de gestão do POSEUR para perceberem a perspetiva e as alterações propostas pelos beneficiários, a plataforma de candidatura era um pouco lenta, alguns documentos geravam dúvidas, até à atribuição do gestor de projeto as relações foram bastante protocoladas.

Valor acrescentado

Há 5 ou 6 agendas europeias que estão a pressionar a eficiência. Há um *boost* do POSEUR, quando olhamos para os indicadores ambientais nos anos anteriores. Ficamos todos muito mais próximos da Europa. Contribui para a Europa ser mais independente energeticamente. Dá-se uma melhoria enorme nas questões da água não faturada, na água para reutilizar para uso público, no entanto na temática das incineradoras estamos longe da Europa, faltam incineradoras porque só temos 2 para Portugal Continental.

Relevância/Coerência

Todos os entrevistados acreditam que está alinhado, principalmente no que concerne a estratégia nacional do hidrogénio, o fomento e adaptação a pequenos projetos, nas questões da água e da eficiência energética. Alertaram para a necessidade de fazer algum trabalho na renovação de infraestruturas, preparando-as para as novas dinâmicas de descarbonização e digitalização. Para isso, destacam como fundamental estabelecer

dinâmicas de competição ao nível da procura e oferta. Declararam ainda que Portugal, no seu todo, foi mais beneficiário do que patrocinador e que o alinhamento com a comissão europeia promove esse alinhamento da política pública nacional. Retiram as culpas ao POSEUR em questões que tenham corrido menos bem a nível de planeamento, porque um período de 7 anos torna muito imprevisível toda a conjuntura e, consequentemente, as necessidades de adaptação que daí advém.

Alentejo

Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

Os entrevistados deram especial importância aos impactos relacionados com o ciclo da água, seja pela renovação de infraestruturas de saneamento, seja pelo abastecimento de água aos grandes e pequenos aglomerados ou na construção das ETARs. É bastante significativo também o alinhamento do POSEUR com o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações climáticas, que também se enquadra no eixo da prevenção e gestão de riscos. Mencionar ainda a reestruturação de taludes em zonas críticas de movimentos de vertentes e os esforços para evitar inundações, nomeadamente nas margens do Tejo.

Dimensão de análise	Impacto
Economia com baixas emissões	3
Adaptação às alterações climáticas	3
Prevenção e gestão de riscos	3
Proteção ambiental	3
Eficiência dos recursos	4
Média	3,20

Causalidade

Na maioria dos casos, os entrevistados concordam na causalidade entre o POSEUR e as alterações no domínio da sustentabilidade na região. A CM de Coruche destaca o POSEUR como o programa que mais impacto teve na região. O Baixo Alentejo explica que o POSEUR tem sido importante para a economia de baixas emissões, na adaptação às alterações climáticas e na prevenção e gestão de riscos. Por outro lado, a CM de Odemira afirma que por haver demasiados programas a nível local, o POSEUR pode não ter tido o impacto que se previa, enquanto as Águas Públicas do Alentejo defendem que para a causalidade ser maior é necessário estimular a ideia do “utilizador pagador”.

Eficácia

As opiniões dividem-se quanto à eficácia do POSEUR. Duas das entidades consideram que não foi tão eficaz como se esperava porque os antecedentes precários de infraestruturação no Alentejo, tornam estruturalmente difícil a execução dos investimentos do POSEUR na região. Para além disso, a CM de Odemira considerou que muitas das metas propostas não são atingíveis de forma realística e o processo é demasiado complexo. As restantes entidades consideram que os objetivos foram atingidos e que o POSEUR tem sido impecável no acompanhamento dos projetos. Realçaram ainda a capacidade das entidades para executarem os projetos. Por último, a CIM do Baixo Alentejo acredita que os objetivos

foram atingidos, mas houve lacunas na integração dos instrumentos de gestão territorial a nível municipal.

Eficiência

A CIM do Baixo Alentejo defende que seria possível fazer melhor, principalmente ao delinear estratégias mais integradas de desenvolvimento nas diferentes áreas temáticas, as Águas do Alentejo realçaram que é preciso criar um incentivo à estruturação dos fundos comunitários. Na linha das respostas anteriores, a CM de Odemira disse que era necessário baixar a complexidade do programa e reduzir a exigência dos objetivos. Por outro lado, a CIM Alentejo Litoral não teve qualquer entrave.

Eficácia Operativa

No geral, quase todas as entidades se mostraram satisfeitas com o modelo de governação do POSEUR, revelando que raramente tiveram problemas com o programa. Entre os principais motivos destacaram: a agilização de pagamentos, o balcão 2020 foi muito importante em termos de governação, o facto de existir um interlocutor facilitou o processo e a plataforma única permitia fazer a gestão de todos os projetos. Um dos entrevistados revelou que este modelo de governação não contribuiu para a implementação porque há uma panóplia muito grande de plataformas e programas que dificultam a acessibilidade.

Valor acrescentado

No computo geral, esse valor acrescentado existe e o POSEUR é fundamental para traçar um caminho para “Uma Europa mais verde e hipocarbónica”. Para além disso, há a preocupação por parte das entidades gestoras com o facto da população não se aperceber deste valor acrescentado. Este programa serviu, também, para criar uma maior sensibilização da comissão europeia para as diferentes especificidades geográficas do território português. Há uma necessidade em termos de barragens e albufeiras que começa agora a ganhar voz na Europa. Um dos entrevistados revelou que a dotação era muita, mas que isso não garante que tenha sido atingida em termos de execução no terreno.

Relevância/Coerência

Todas as entidades concordam que o POSEUR responde de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública. Deram-se passos muito importantes e adequados para uma maior especialização na área do ambiente. O Alentejo tem uma área muito verde e o POSEUR tem vários eixos para a preservar. O Alentejo é uma região muito rural e precisa do POSEUR para se desenvolver. Caminhamos para um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, segundo o ENAAC 2020, e o POSEUR contribuiu para a implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas. Deixa-se a ressalva que para aumentar a execução do programa deve-se fazer algumas alterações de forma a tornar-se mais acessível aos beneficiários.

Algarve

Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

Como principais destaques da intervenção do POSEUR, os entrevistados selecionaram os seguintes: A ajuda no Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, especialmente por ter

permitido a arborização do espaço público, a melhoria dos sistemas de recolha de resíduos e a sensibilização para o uso eficiente de água. Também contribui em grande medida para a construção da ETAR da Companheira e para a nova ETAR de Faro-Olhão, o que ajudou a atingir uma taxa de qualidade de água no Algarve de quase 100%. Os entrevistados defenderam que a comparticipação a fundo perdido facilita a rapidez de implementação. A Universidade do Algarve, na pessoa do Prof. Thomas Panagoupoulos, considera o impacto positivo, no entanto, acusa alguns projetos de nunca terem saído do papel ao nível da sensibilização para as alterações climáticas.

Dimensão de análise	Impacto
Economia com baixas emissões	3
Adaptação às alterações climáticas	3
Prevenção e gestão de riscos	3
Proteção ambiental	3
Eficiência dos recursos	3
Média	3

Causalidade

Causalidade muito relevante devido à questão das ETARs que impacta diretamente nas praias e na ria formosa. Têm vindo a ser implementados projetos estruturantes na área dos resíduos que não seriam possíveis sem o apoio dos programas operacionais, rapidamente passámos para sistemas modernos de gestão de resíduos e sem o POSEUR, não seria possível. O salto qualitativo enorme nas estações de tratamento de águas residuais foi decisivo. Disponibilidade hídrica e minimizar as perdas de água também tem sofrido grandes avanços devido ao POSEUR. Permitiu envolver stakeholders nas discussões sobre as debilidades e vulnerabilidades do território. Colocou o problema das alterações climáticas nas agendas locais, regionais e nacionais. Duas ressalvas saltam à vista: primeiro, tal como afirmou na pergunta anterior, a Universidade do Algarve acredita que houve uma dificuldade em sair do plano teórico para o prático, já se verificava com programas anteriores e continua a verificar-se com o POSEUR. Para além disso, seria importante fazer mais para prevenir o aumento médio das águas no algarve.

Eficácia

É consensual a ideia de que os objetivos foram cumpridos. A CCDD do Algarve defende que os investimentos foram adequados e que respondem a problemáticas que eram sentidas na região. No entanto, há a necessidade de ainda mais investimento, pois no Algarve é preciso minimizar a quantidade de resíduos que vão para aterros. Ao nível da execução no terreno e da execução financeira foram alcançadas, na generalidade, como desejado, apesar de terem existido derrapagens temporais relacionadas com o início da pandemia. Teve um grande impacto ao nível da sensibilização da opinião pública para algumas problemáticas na região, também permitiu uma melhoria das ETARs e de outras infraestruturas municipais que participam no ciclo da água. Existe ainda a ideia, por parte de uma das entidades entrevistadas, que os objetivos foram cumpridos, mas que foram nivelados por baixo.

Eficiência

Duas das entidades entrevistadas acreditam que os recursos disponibilizados foram otimizados na medida do possível. No entanto, as restantes entidades identificaram condicionalismos próprios da região do Algarve que dificultaram a eficiência do POSEUR na região. Entre estes condicionalismos está a necessidade de garantir que as infraestruturas estão preparadas para o pico de atividade no Verão, mesmo que sejam subaproveitadas durante o resto do ano. Há também uma quota parte de partilha de responsabilidade pela reduzida afetação de verba à região, nomeadamente pela falta de dinâmica dos atores regionais. A CM Faro defende que seria possível obter melhor eficiência se houvesse subprogramas de apoio financeiro à execução das ações preconizadas nos estudos e programas de ação de forma mais direta. Existe ainda a necessidade de estabelecer um foco mais especializado em setores estratégicos da região para obter melhores resultados. Por exemplo, na área da desertificação não houve um esforço para levar a cabo os planos que tinham para a região.

Eficácia Operativa

As opiniões dividem-se quanto à eficácia operativa. Por um lado, há a ideia de que os novos mecanismos contribuíram positivamente. Para além disso, diversas entidades afirmam que a comunicação é muito rápida, rápidos nas respostas, rápidos no pagamento e boa articulação entre a autoridade de gestão e o beneficiário. Isto prende-se com a facilidade de contacto com os técnicos/gestores responsáveis por cada um dos projetos. Por outro lado, a CM Faro relata dificuldades em introduzir documentos em anexo que sejam “pesados”. A CCDR do Algarve defende também que houve uma substituição do canal de comunicação, mas não houve diminuição da carga burocrática. Por último, o calendário atempado de avisos que o POSEUR fez questão de promover, deixou de ser visível na altura que era mais necessário.

Valor acrescentado

A opinião geral acredita que todos os projetos com o POSEUR visam cumprir metas. Que é importante sensibilizar as pessoas para os custos das diferentes operações na água e nos resíduos, para compreenderem a importância destes fundos. Nas escolas, nos centros de saúde, nas universidades, em todos estes é visível o valor acrescentado europeu. O valor acrescentado vem das tipologias que são apresentadas pelo programa. A sensibilização para as temáticas do POSEUR foi importante, motivou reflexões e debates entre stakeholders, especialistas e técnicos. Por outro lado, o professor Thomas Panagopoulos explica que não existiu valor acrescentado porque a região do algarve acaba por sair prejudicada ao nível dos fundos por ser uma das regiões mais ricas do país.

Relevância/Coerência

Praticamente todas as entidades destacam que houve uma melhoria na eficiência dos recursos, na proteção ambiental e que contribuiu muito para ultimar infraestruturas e otimizar processos. Por isso acreditam que o POSEUR está alinhado com as necessidades da política nacional e dos respetivos planos de ação, bem como é um programa que facilita a celeridade de vários projetos. Apesar destes aspetos positivos, também é consensual que o POSEUR não foi suficiente para promover uma mudança efetiva na região. Seja porque outras regiões tiveram maior dotação financeira disponível do que o Algarve, por não ter sido disponibilizado apoio financeiro para a implementação das ações preconizadas, por

ainda haver um longo caminho a percorrer ao nível da economia com baixas emissões e na mitigação dos riscos no litoral. Ou ainda por haver uma lacuna no caráter preventivo das atuações do POSEUR, ou por ser necessária maior dotação para a área dos resíduos. As Águas do Algarve também destacaram que todos estes problemas se colocam porque as alterações climáticas vieram revolucionar o paradigma inicial destes projetos.

Portugal em Geral

Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

Há ideia generalizada de que o impacto foi mais significativo no eixo 2 de atuação do POSEUR e os scores refletem isso. A eficiência energética é uma área ainda com constrangimentos face à contratação pública e é considerada *outlier* porque se prende com questões da administração pública e da habitação particular. Há um especial ênfase a nível das energias renováveis no potencial biomássico para Energia, no impacto do hidrogénio e no investimento para as energias offshore. Foi importante para a elaboração de zonas especiais de conservação e para a modernização da reciclagem de bio resíduos.

Dimensão de análise	Impacto
Economia com baixas emissões	2
Adaptação às alterações climáticas	3
Prevenção e gestão de riscos	3
Proteção ambiental	3
Eficiência dos recursos	2
Média	2,60

Causalidade

As opiniões dividem-se nesta questão. A Agência para a Modernização Administrativa acredita que sem o apoio do POSEUR era difícil encetar estas obras, ainda por mais com a celeridade com que foram concluídas. A própria autoridade de gestão do POSEUR realça que devido ao POSEUR existiu uma mudança de paradigma nalgumas políticas que passavam despercebidas anteriormente. A autoridade de gestão realça a introdução dos instrumentos de planeamento, a utilização da georreferenciação, os trabalhos ao nível das perdas de água, as grandes obras no setor dos transportes e a conservação do ambiente e respetivas espécies. Por outro lado, a Associação Zero defende que o dinheiro é na sua maioria “jogado à rua”, uma vez que não há clareza nos dados estatísticos, não há noção das prioridades. Acusa o programa de gastar dinheiro em ações de sensibilização que são pouco adequadas para a realidade do país.

Eficácia

A generalidade dos entrevistados acredita que existe a capacidade de cumprir os objetivos, no entanto, quase todas as entidades salientam dificuldades sentidas no cumprimento desses objetivos. A DG Energia referiu que os objetivos podem ser teoricamente realizáveis, mas que o sucesso depende do grau de execução. A própria Autoridade de Gestão do POSEUR ressalva as dificuldades em cumprir os objetivos porque tudo o que em 2013 fazia sentido ao nível da energia e eficiência energética, em 2020 com as constantes mudanças e avaliações já estava obsoleto. Acrescentaram ainda que o programa tenta adaptar-se, procura acompanhar essa dinâmica e enquadrar-se com as necessidades da política pública

nacional. Um dos casos mais notórios de adaptação do POSEUR é o plano nacional do hidrogénio. A Associação Zero volta a ter uma opinião dissonante das outras entidades, uma vez que acredita que os objetivos não foram alcançados. Defendem que não temos uma boa gestão de resíduos urbanos, alinhada com a diretiva da gestão de resíduos, muito por culpa das decisões do próprio ministro do ambiente. Apesar de acreditarem que melhorámos ao nível das águas residuais, não adiantou de nada ao nível das perdas de água e abastecimento público, defendem a urgência de passar do planeamento à ação que é algo em que temos tido muita dificuldade.

Eficiência

Os entrevistados salientam o aumento dos custos em todas as dimensões do projeto (matéria-prima, mão de obra, etc), o que faz com que o orçamento estabelecido na altura das candidaturas teria de sofrer alterações obrigatoriamente. A autoridade de gestão corrobora esta ideia, ao realçar que algumas condições de financiamento tiveram de ser ajustadas para que se concretizassem alguns investimentos. Por exemplo, na eficiência energética da administração pública e nos instrumentos financeiros houve uma subvenção reembolsável em moldes diferentes para ajudar a concretização desses projetos. Este tipo de ajuste permitiu manter os resultados adequados ao previsto. A Associação Zero ressalva a má gestão levada a cabo no domínio dos resíduos, nomeadamente devido ao dinheiro gasto no incinerador dos Açores. Destacam a importância de criar uma política de resíduos coerente.

Eficácia Operativa

Este modelo de orientação para resultados leva a que tenham contratualizado com os beneficiários a implementação efetiva de algumas medidas que estão previstas nos planos. Há um nível de compromisso muito elevado com os beneficiários. A georreferenciação também permite ter um conhecimento sem precedentes dos projetos. As regras são bastante apertadas, existe um edifício de obrigações que vem da comissão, por isso o POSEUR não tem culpa disso. Há um conjunto de plataformas informáticas que agilizam o acesso à informação e a introdução de documentos no POSEUR. Do lado das críticas observamos as seguintes: Porque é que o utilizador não faz a contratação pública no âmbito do POSEUR? Todo o processo devia ser mais agilizado, continua a ter muita burocracia. Para além disso, está tudo muito preocupado com a execução. Não se monitoriza a seguir. Os prazos de candidatura por vezes são curtos e em caso de problemas técnicos perde-se muito tempo até a situação estar resolvida.

Valor acrescentado

Nesta temática verificámos uma tendência dos entrevistados para elogiar o trabalho da autoridade de gestão do POSEUR ao enaltecerem a explicação das regras constante por parte da autoridade de gestão, por terem abertura suficiente para a tramitação exigida pelos projetos e por irem ao encontro das recomendações e diretivas europeias. Apesar disso, apontaram o dedo à comissão europeia por não “se querer chatear” com a monitorização dos projetos após a sua conclusão e por algumas restrições comunitárias impedirem a implementação de projetos a um nível ideal. A autoridade de gestão destacou a complementaridade do POSEUR com outros programas de financiamento com enquadramento orçamental na EU diferente (Life ou Elena). Para além disso,

congratularam-se também por terem um alinhamento com as diretivas europeias na área dos resíduos, da eficiência energética e na produção de energias renováveis.

Relevância/Coerência

As opiniões dividem-se neste tópico: Aspectos positivos - Houve uma adaptação da política pública à realidade das várias entidades. Houve uma tentativa de adequar o programa às necessidades, foram adaptando as coisas para serem mais flexíveis. Em matéria de sustentabilidade e uso de recursos está alinhada com a política nacional e europeia, também está na eficiência nos edifícios e no Shift energético dos transportes. Alinhar é uma coisa, conseguir os grandes objetivos é um bocadinho mais trabalhoso. O número de candidaturas também foi satisfatório. Hidrogénio como vetor energético e biomassas residuais foram convertidas em energia. Há uma negociação permanente com a comissão europeia, é bilateral por isso temos de estar de acordo nas várias matérias. Temos convicção na mudança para melhor na qualidade de vida das populações. Algumas coisas mudam, mas vão mudando muito devagarinho.

Aspectos negativos - O funcionamento da administração pública e da forma como gerem estes fundos tem de mudar. Temos de estar atentos ao enquadramento territorial dos municípios e das comunidades intermunicipais. Cada quadro comunitário que vem continuamos na mesma. As instituições da administração pública são frágeis.

A causalidade com base em dados quantitativos

Um dos exercícios mais complexos de realizar neste estudo foi a recolha de dados estatísticos regionalizados, ao nível das NUTS 2 de Portugal continental, que permitisse verificar as tendências de evolução regional das cinco dimensões de análise. Como se pode observar no anexo 3, foram muitos os indicadores estatísticos recolhidos de várias fontes. Como seria de prever, no entanto, não foi fácil encontrar os indicadores mais adequados para analisar as tendências regionais relativas à economia de baixas emissões, à adaptação às alterações climáticas, à proteção ambiental e à eficiência dos recursos. Mesmo assim, escolhemos cinco dos indicadores recolhidos para guiar a inserção dos scores relativos ao campo 'Causalidade – Estado do Território': ver Quadro 3.

Quadro 3. Evolução de indicadores estatísticos associados às dimensões escolhidas – 2013-2021

Dimensão de Análise	Indicador	Norte		Centro		AML		Alentejo		Algarve	
		2013	2021	2013	2021	2013	2021	2013	2021	2013	2021
Economia com baixas emissões	Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (total) MW	98	119,2	439,33	485,4	166	183,2	3	13	3	16
Adaptação às alterações climáticas	Despesas dos municípios em ambiente per capita (Proteção da qualidade do ar e clima) (€)	0	0,7	0	0,5	0,1	2,4	0,1	0,2	0	1,9
Prevenção e gestão de riscos	Área ardida % - Incêndios Rurais com duração superior a 24 horas (Nº)	4,9	1,3	1,7	1,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,6
Proteção ambiental	Despesas dos municípios em ambiente per capita (Proteção da biodiversidade e paisagem)	8,8	14,9	10	21,6	13,9	23,4	10,9	21,2	14,5	43,7
Eficiência dos recursos	Onde se recolhe de forma seletiva, em média, por pessoa, mais e menos lixo? Kg/hab - rácio	52,3	85,1	36,9	78,2	58,8	139,4	50,1	96,7	180,8	270,4

Fonte: Estatísticas regionais.

Quadro 4. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – Portugal Continental

Dimensão de análise	Scores de impacto (-4 / +4) / Contrafactual					Elementos de Afinação (0-1)		Causalidade – Estado do Território (0-1)		Impacto (score) (-4/+4)
	Pos/Neg	End/Exo	Sus/Cur	Mul/Sub	Média	Int/Pol	Sen/Reg	2014	2020	
Economia com baixas emissões	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	0,5	0,5	0,45	0,55	0,681
Adaptação às alterações climáticas	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	0,5	0,85	0,2	0,5	2,231
Prevenção e gestão de riscos	3	3	3	3	3	0,5	0,7	0,25	0,35	1,294
Proteção ambiental	3	3	3	3	3	0,45	0,7	0,25	0,55	1,570
Eficiência dos recursos	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	0,3	0,65	0,3	0,55	0,946
Média	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	0,5	0,5	0,45	0,55	1,345

Nota: Pos/Neg: positivos vs negativos; End/Exo: endógenos vs exógenos; Sus/Cur: sustentáveis vs curto prazo; Mul/Sub: multiplicadores vs substituição; Int/Pol: Intensidade Política; Sen/Reg: Sensibilidade Regional

Quadro 5. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Norte

Dimensão de análise	Scores de impacto (-4 / +4) / Contrafactual					Elementos de Afinação (0-1)		Causalidade – Estado do Território (0-1)		Impacto (score) (-4/+4)
	Pos/Neg	End/Exo	Sus/Cur	Mul/Sub	Média	Int/Pol	Sen/Reg	2014	2020	
Economia com baixas emissões	3	3	3	3	3	0,5	0,5	0,5	0,75	1,625
Adaptação às alterações climáticas	3	3	3	3	3	0,25	0,5	0,25	0,5	0,813
Prevenção e gestão de riscos	3	3	3	3	3	0,5	0,75	0,25	0,75	4,313
Proteção ambiental	3	3	3	3	3	0,25	0,75	0,25	0,5	1,219
Eficiência dos recursos	3	3	3	3	3	0,25	0,5	0,25	0,5	0,813
Média	3	3	3	3	3	0,5	0,5	0,5	0,75	1,575

Nota: Pos/Neg: positivos vs negativos; End/Exo: endógenos vs exógenos; Sus/Cur: sustentáveis vs curto prazo; Mul/Sub: multiplicadores vs substituição; Int/Pol: Intensidade Política; Sen/Reg: Sensibilidade Regional

Quadro 6. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Centro

Dimensão de análise	Scores de impacto (-4 / +4) / Contrafactual					Elementos de Afinação (0-1)		Causalidade – Estado do Território (0-1)		Impacto (score) (-4/+4)
	Pos/Neg	End/Exo	Sus/Cur	Mul/Sub	Média	Int/Pol	Sen/Reg	2014	2020	
Economia com baixas emissões	3	3	3	3	3	0,5	0,5	0,75	0,75	0,375
Adaptação às alterações climáticas	4	4	4	4	4	0,5	1	0,25	0,5	3,500
Prevenção e gestão de riscos	3	3	3	3	3	0,25	0,5	0,25	0,25	0,188
Proteção ambiental	3	3	3	3	3	0,5	0,75	0,25	0,5	2,513
Eficiência dos recursos	4	4	4	4	4	0,25	0,75	0,25	0,5	1,313
Média	3	3	3	3	3	0,5	0,5	0,75	0,75	1.136

Nota: Pos/Neg: positivos vs negativos; End/Exo: endógenos vs exógenos; Sus/Cur: sustentáveis vs curto prazo; Mul/Sub: multiplicadores vs substituição; Int/Pol: Intensidade Política; Sen/Reg: Sensibilidade Regional

Quadro 7. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Área Metropolitana Lisboa

Dimensão de análise	Scores de impacto (-4 / +4) / Contrafactual					Elementos de Afinação (0-1)		Causalidade – Estado do Território (0-1)		Impacto (score) (-4/+4)
	Pos/Neg	End/Exo	Sus/Cur	Mul/Sub	Média	Int/Pol	Sen/Reg	2014	2020	
Economia com baixas emissões	4	4	4	4	4	0,25	0,75	0,5	0,75	0,750
Adaptação às alterações climáticas	4	4	4	4	4	0,5	1	0,25	0,75	3,000
Prevenção e gestão de riscos	3	3	3	3	3	0,5	0,75	0,25	0,25	0,563
Proteção ambiental	3	3	3	3	3	0,75	0,75	0,25	0,5	2,081
Eficiência dos recursos	3	3	3	3	3	0,25	0,75	0,25	0,5	0,656
Média	4	4	4	4	4	0,25	0,75	0,5	0,75	1.332

Nota: Pos/Neg: positivos vs negativos; End/Exo: endógenos vs exógenos; Sus/Cur: sustentáveis vs curto prazo; Mul/Sub: multiplicadores vs substituição; Int/Pol: Intensidade Política; Sen/Reg: Sensibilidade Regional

Quadro 8. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Alentejo

Dimensão de análise	Scores de impacto (-4 / +4) / Contrafactual					Elementos de Afinação (0-1)		Causalidade – Estado do Território (0-1)		Impacto (score) (-4/+4)
	Pos/Neg	End/Exo	Sus/Cur	Mul/Sub	Média	Int/Pol	Sen/Reg	2014	2020	
Economia com baixas emissões	3	3	3	3	3	0,75	0,25	0,25	0,25	0,281
Adaptação às alterações climáticas	3	3	3	3	3	0,5	1	0,25	0,25	0,750
Prevenção e gestão de riscos	3	3	3	3	3	0,75	0,75	0,25	0,25	0,844
Proteção ambiental	3	3	3	3	3	0,5	0,75	0,25	0,5	1,350
Eficiência dos recursos	4	4	4	4	4	0,25	0,5	0,25	0,5	0,500
Média	3	3	3	3	3	0,75	0,25	0,25	0,25	0.858

Nota: Pos/Neg: positivos vs negativos; End/Exo: endógenos vs exógenos; Sus/Cur: sustentáveis vs curto prazo; Mul/Sub: multiplicadores vs substituição; Int/Pol: Intensidade Política; Sen/Reg: Sensibilidade Regional

Quadro 9. Matriz de Avaliação de Impactos – PO SEUR – NUTE 2 Algarve

Dimensão de análise	Scores de impacto (-4 / +4) / Contrafactual					Elementos de Afinação (0-1)		Causalidade – Estado do Território (0-1)		Impacto (score) (-4/+4)
	Pos/Neg	End/Exo	Sus/Cur	Mul/Sub	Média	Int/Pol	Sen/Reg	2014	2020	
Economia com baixas emissões	3	3	3	3	3	0,5	0,5	0,25	0,25	0,375
Adaptação às alterações climáticas	3	3	3	3	3	0,75	0,75	0	0,5	3,094
Prevenção e gestão de riscos	3	3	3	3	3	0,5	0,75	0,25	0,25	0,563
Proteção ambiental	3	3	3	3	3	0,25	0,5	0,25	0,75	0,688
Eficiência dos recursos	3	3	3	3	3	0,5	0,75	0,5	0,75	1,313
Média	3	3	3	3	3	0,5	0,5	0,25	0,25	1.138

Nota: Pos/Neg: positivos vs negativos; End/Exo: endógenos vs exógenos; Sus/Cur: sustentáveis vs curto prazo; Mul/Sub: multiplicadores vs substituição; Int/Pol: Intensidade Política; Sen/Reg: Sensibilidade Regional

Principais conclusões

A ideia subjacente na construção da Plataforma Impact-WEB-SIG (Fig. 3), de facilitar processos de monitorização e avaliação de políticas públicas com potenciais impactos no território foi totalmente concretizada. Com efeito, a plataforma que resultou deste projeto demonstrou ter uma potencial imenso para monitorizar e avaliar projetos, programas políticas e estratégias de desenvolvimento territorial a várias escalas territoriais de um modo ao mesmo tempo célere e eficaz.

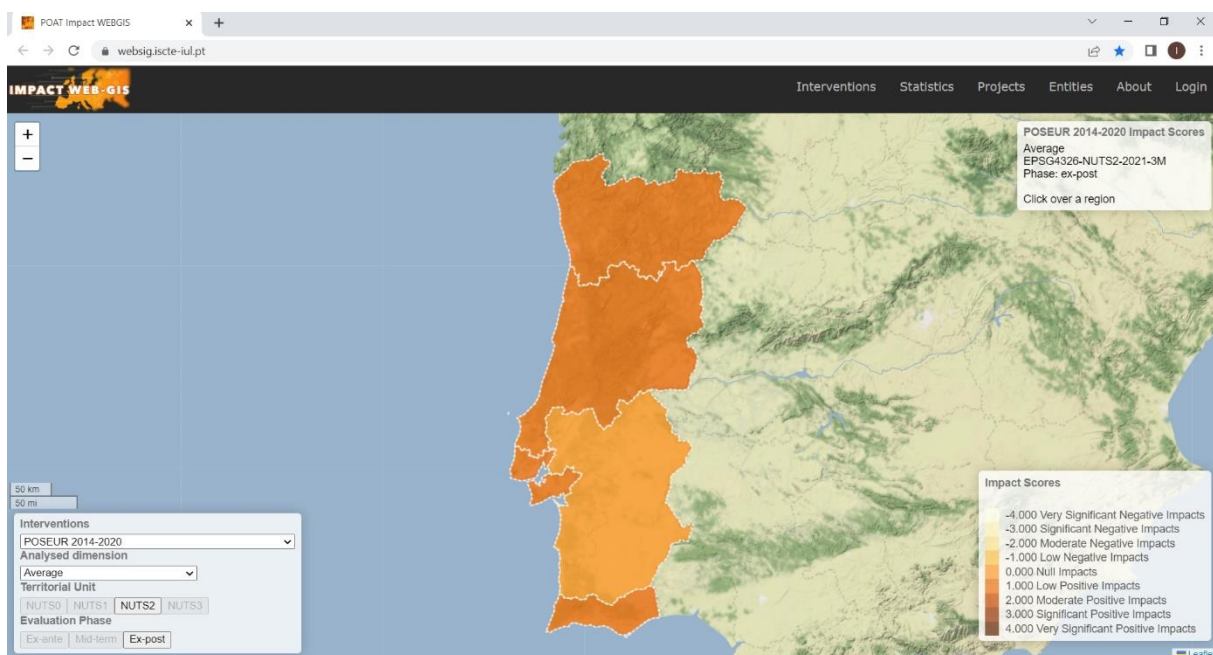


Figura 3. Plataforma Impact_WEB-SIG (<https://websig.iscte-iul.pt/>). Avaliação do POSEUR.

O PO SEUR serviu para testar a plataforma Impact-WEB-SIG, que, como se pode ver na Figura 4, permite avaliar todo o tipo de projetos, programas, políticas e estratégias de desenvolvimento, em várias escalas territoriais, fases de avaliação e dimensões de análise. Foi decidido utilizar as NUTS 2 de Portugal Continental por razões práticas de acesso à informação necessária a um nível territorial não demasiadamente reduzido (e.g. NUTS 3 e Municípios). Nesta conformidade, o processo de recolha de informação qualitativa (entrevistas e revisão de literatura) e quantitativa (análise de bases de dados de projetos e indicadores estatísticos) permitiu a identificação dos scores atribuídos nas matrizes de avaliação dos impactos do PO SEUR nas cinco NUTS 2 de Portugal Continental em somente dois meses (de Março a Abril),

mesmo tendo em conta que se realizaram mais de 30 entrevistas. Aqui, a distribuição do trabalho pela equipa do projeto contribuiu significativamente para a eficácia da análise dos impactos. Como seria de esperar, a construção da Plataforma Impact-WEB-SIG demorou bastante mais tempo, tendo sido necessário o ano de 2022 para que a mesma fosse totalmente concluída.

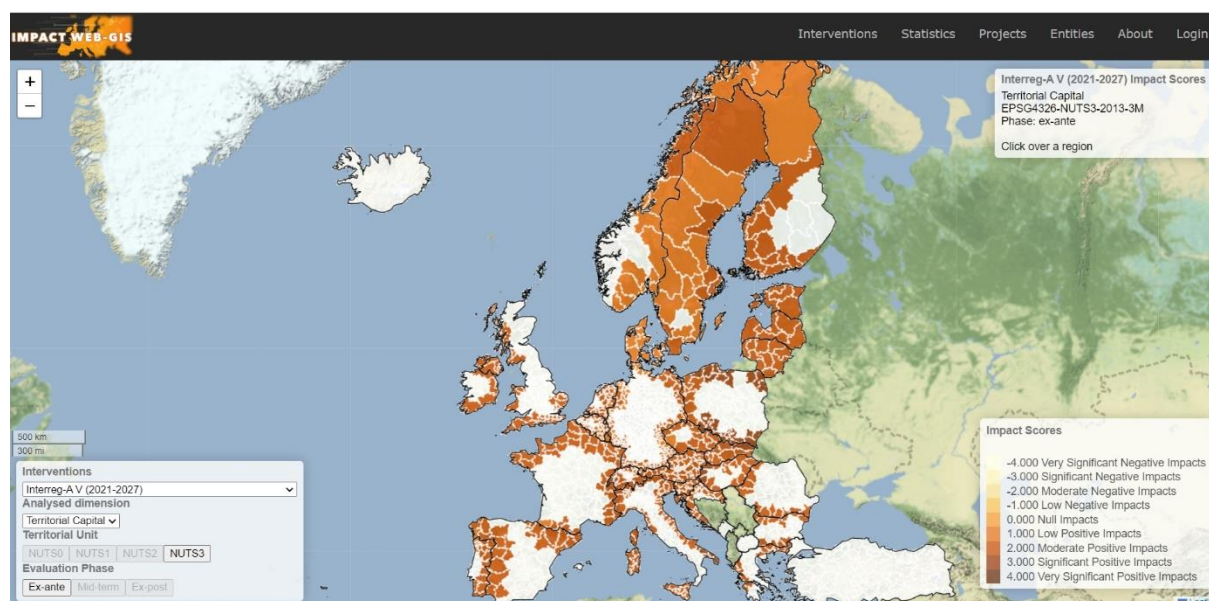


Figura 4. Plataforma Impact_WEB-SIG (<https://websig.iscte-iul.pt/>) – Avaliação do Interreg V.

Sobre os resultados da avaliação dos impactos do PO SEUR, foi possível concluir que os mesmos são positivos em todas as cinco dimensões de análise analisadas e nas cinco NUTS 2 de Portugal continental, mas pouco significativos. Em Portugal Continental, os impactos mais significativos (positivos) do PO SEUR foram registados no domínio da ‘adaptação às alterações climáticas’ e os menos significativos no domínio da ‘economia com baixa emissões’. Mas a conclusão mais relevante é que a implementação do PO SEUR (2014-2020) ficou muito além dos impactos esperados no domínio da sustentabilidade e da eficiência no uso dos recursos. Assim, a análise efetuada sustenta uma recomendação clara da necessidade de aumentar a eficácia na implementação do PO SEUR em curso, nomeadamente da redução do peso burocrático e um crivo mais rigoroso na seleção dos projetos financiados que incidam em domínios que reduzam a dependência externa do país (energias renováveis) e reduzam a pegada ecológica das atividades económicas.

Referências Bibliográficas e Eletrónicas

ANPC (2013) Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil. Autoridade Nacional de Proteção Civil, Lisboa.

APA (2001) Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa

APA (2010) Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030), Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2014) Avaliação nacional de risco. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2015) Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas – ENAAC 2014-2020, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2015) Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020), Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2015) Planos de Gestão de Região de Inundações, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2015) Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2016) Plano Nacional da Água, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2017) O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC). Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2017) Plano de Ação Litoral XXI, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2017) Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2014 – 2020. Relatório de Monitorização 2016. Agência Portuguesa do Ambiente. Lisboa.

APA (2019) Roteiro para a neutralidade carbónica 2050. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2020) O Plano Nacional Energia e Clima 2030. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

Augusto Mateus & Associados; CEDRU (2014a) Relatório da Avaliação Ex-Ante do POSEUR, Lisboa.

Augusto Mateus & Associados; CEDRU (2014b) Avaliação Ex Ante e Avaliação Ambiental Estratégica. Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Lisboa.

Bice, S. (2020) The future of impact assessment: problems, solutions and recommendations, Impact Assessment and Project Appraisal, 38:2, 104-108.

CEDRU (2015) Avaliação ex ante dos instrumentos financeiros de programas do Portugal 2020. Lisboa

DGEE (2013) Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – 2013-2026 (PNAEE), Direção-Geral de Energia e Geologia, Lisboa.

DGEE (2015) Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis - PNAER 2020. Direção-Geral de Energia e Geologia. Lisboa

DGEE (2021) Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos. Direção-Geral de Energia e Geologia. Lisboa

DGRM (2013) Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM). Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Lisboa.

DGRM (2021) Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030. Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Lisboa.

DGT (2015) Estratégia Cidades Sustentáveis 2020. Direção Geral do Território, Lisboa.

DGT (2018a) PNPOT Alteração, Diagnóstico. Versão para Discussão Pública, 30 de Abril, DG Território, Lisboa.

DGT (2018b) PNPOT Alteração, Estratégia e Modelo Territorial. Versão para Discussão Pública, 30 de Abril, DG Território, Lisboa.

DGT (2018c) PNPOT Alteração, Agenda para o Território. Versão para Discussão Pública, 30 de Abril, DG Território, Lisboa.

ESPON (2012) EATIA ESPON and Territorial Impact Assessment, Targeted Analysis 2013/2/9, ESPON, Luxembourg.

ESPON 3.2 (2006) Spatial Scenarios and Orientations in relation to the ESDP and Cohesion Policy, Volume 5 – Territorial Impact Assessment, Final Report, October 2006, ESPON, Luxembourg.

Falcão, J. (2014) Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, Uzinabooks, Lisboa.

ICNF (2006) Estratégia Nacional para as Florestas (ENF). Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa.

ICNF (2013) PAF - Quadro de ações prioritárias da Rede Natura 2000. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa.

ICNF (2017) Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa.

ICNF (2018) Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa.

Medeiros E. (ed.) (2020) Territorial Impact Assessment. Advances in Spatial Science (The Regional Science Series). Springer, Cham.

Medeiros, E. (2014a) Assessing territorial impacts of the EU Cohesion Policy: the Portuguese case, *European Planning Studies*, 22 (9): 1960-1988.

Medeiros, E. (2014b) Assessing Territorial Impacts of the EU Cohesion Policy at the Regional Level: the Case of Algarve, *Impact Assessment and Project Appraisal*, 32(3), 198–212

Medeiros, E. (2016a) EU Cohesion Policy in Sweden (1995-2013). A territorial Impact assessment, *European Structural and Investment Funds Journal*, 3 (4): 209-230

Medeiros, E. (2016b) Territorial Cohesion: An EU Concept, *European Journal of Spatial Development*, 60 – <http://www.nordregio.org/publications/territorial-cohesion-an-eu-concept>

Medeiros, E. (2017a) European Union Cohesion Policy and Spain: a territorial impact assessment, *Regional Studies*, 51(8): 1259-1269.

Medeiros, E. (2017b) Cross-border cooperation in Inner Scandinavia: A Territorial Impact Assessment, *Environmental Impact Assessment Review*, 62(2017):147–157

Medeiros, E. (2019) Spatial Planning, Territorial Development and Territorial Impact Assessment. *Journal of Planning Literature*, 34(2): 171-182

Medeiros, E. (ed.) (2014c) Territorial Impact Assessment (TIA). The process, Methods and Techniques (ed.) Centro de Estudos Geográficos, Lisbon University, Lisbon

Medeiros, E.; Guillermo-Ramírez, M.; Ocskay G.; & Peyrony, J. (2021) Covidfencing effects on cross-border deterritorialism: the case of Europe. *European Planning Studies*, 29(5): 962-982.

PNEC (2019) Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030. Portugal Energia. Lisboa.

PO SEUR (2020) Relatório Anual de Execução de 2020 do PO SEUR, Portugal 2020, Lisboa.

ANEXOS

ANEXO 1

GUIÃO DA ENTREVISTA COMPLETO

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...? ... para as seguintes cinco dimensões de análise: A: Economia com baixas emissões; B: Adaptação às alterações climáticas; C: Prevenção e gestão de riscos; D: Proteção ambiental; E: Eficiência dos recursos.

- 4 = Impactos positivos muito significativos
- 3 = Impactos positivos significativos
- 2 = impactos positivos medianos
- 1 = impactos positivos pouco significativos
- 0 = impactos nulos
- - 1 = impactos moderadamente prejudiciais
- - 2 = impactos mediamente prejudiciais
- - 3 = impactos prejudiciais
- - 4 = impactos fortemente prejudiciais

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

2. Causalidade

2.1 - Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental em Portugal nos últimos anos? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

2.2 – Se possível, concretize efeitos: A: multiplicadores/substituição; B: exógenos/endógenos; de curto prazo / longo prazo, da implementação do POSEUR na região

2.3 - Identifique o grau de causalidade positiva vs negativa do PO para os processos de sustentabilidade ambiental na estada de impactos apresentada (-4 a +4);

2.4 - Identifique o grau de causalidade endógena vs exógena do PO para os processos de sustentabilidade ambiental na estada de impactos apresentada (-4 a +4);

2.5 - Identifique o grau de causalidade multiplicadora vs substituição do PO para os processos de sustentabilidade ambiental na estada de impactos apresentada (-4 a +4);

2.6 - Identifique o grau de causalidade longo-prazo vs curto-prazo do PO para os processos de sustentabilidade ambiental na estada de impactos apresentada (-4 a +4);

3. Eficácia

3.1 - Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos?

3.2 - Qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

3.3 - As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo PO foram ou têm condições para ser atingidas?

- 3.4 - Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos?
- 3.5 - Verificam-se efeitos não esperados?
- 3.6 - Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos resultados esperados/observados?
- 3.7 - Como se avalia o PO em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação?
- 3.8 - No caso do Eixo IV – Assistência Técnica, considerando a trajetória das realizações e dos resultados esperados, traduzidos pelos indicadores previstos na programação ou outros considerados relevantes, as metas definidas para o objetivo deste eixo têm condições para ser atingidas?
- 3.9 - Os indicadores de realização e de resultado do PO SEUR cobrem de forma adequada e suficiente os principais objetivos e prioridades temáticas, permitindo medir o desempenho do Programa?

4. Eficácia

- 4.1 - Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:
- 4.2 - Seria possível atingir os objetivos do PO com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente?
- 4.3 - No Eixo IV Assistência Técnica do Programa, como se avaliam os resultados atingidos ou a atingir neste Eixo, considerando a alocação de recursos humanos e financeiros que se verificou para o desenvolvimento das tarefas cometidas à Autoridade de Gestão?

5. Eficácia Operativa

- 5.1. De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR? ... em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:
- 5.2 - Em que medida o processo de cumprimento das condicionalidades ex-ante por Objetivo Específico, visando o alinhamento das operações com os instrumentos legislativos, regulamentares e estratégicos exigidos no âmbito das referidas condicionalidades, influenciou a implementação eficiente e a eficácia do Programa?
- 5.3 - A simplificação administrativa, como um dos vetores da redução dos custos públicos de contexto, traduziu-se num mecanismo facilitador para a implementação das operações, nomeadamente no que respeita à verificação da conformidade com legislação ambiental e instrumentos de gestão territorial?
- 5.4 - A concretização do princípio da orientação para resultados na contratualização de metas de indicadores e resultados ao nível das operações tem contribuído para garantir o cumprimento: i) dos objetivos das operações; ii) dos objetivos específicos do PO?
- 5.5 - Em que medida os resultados das intervenções estão a contribuir para os objetivos das políticas públicas setoriais, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus, nomeadamente aqueles com tradução na Estratégia da União?
- 5.6 - Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo Programa? E em que domínios o seu contributo é menor?

5.7 - Em que medida os processos e mecanismos associados à implementação do PO contribuíram para a integração do Princípio Horizontal do Desenvolvimento Sustentável? Qual o impacto da integração deste princípio nos resultados do PO?

5.8 - Os resultados do PO são sustentáveis, ou requerem uma intervenção continuada?

5.9 - De que forma as intervenções apoiadas contribuíram para a coesão territorial?

6. Valor acrescentado

6.1 - Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

6.2 - Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções apoiadas pelo PO são potenciadas pelo facto de serem financiadas pelo Fundos Comunitários?

6.3 - Quais os principais fatores, quer de natureza económica quer de natureza política e de governança, indutores desse valor acrescentado?

6.4 - Quais as áreas de intervenção do PO onde o valor acrescentado europeu é mais expressivo?

7. Relevância/Coerência

7.1 - A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

7.2 - O PO está a dar resposta adequada e proporcional aos requisitos dos destinatários, às necessidades do país, às prioridades nacionais / regionais / setoriais, tendo em conta a evolução do contexto socioeconómico?

7.3 - Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções avaliadas e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território ou entre as operações? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI e outros instrumentos de política nacional/setorial?

7.4 - Os resultados da implementação do PO evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do PO?

7.5 - A implementação do PO apresenta um elevado ou reduzido grau de sensibilidade regional tendo em conta as necessidades do país nos investimentos nas cinco dimensões de análise escolhidas?

ANEXO 2

Entrevistas

Autoridade de Gestão POSEUR

Nota Prévia: Apresentação dos 3 representantes do POSEUR na entrevista.

Quero deixar três notas:

A primeira é que as nossas particularidades no conjunto dos PO's do PT2020 mereciam uma abordagem prévia da vossa equipa para tentarem tomar o pulso do objeto do estudo. Em segundo lugar, o vosso guião de entrevista é muito alinhado com as questões de avaliação que nós estamos neste momento a propor a concurso, já há algum tempo que estamos a tentar impor este procedimento a que chamamos avaliação intercalar. As questões que nos colocam são de facto muito próximas àquelas que estamos a pedir à equipa que ganhará o concurso para fazer a avaliação intercalar, ou seja, nós temos umas ideias relativamente ao que nos querem perguntar, mas nós também vamos pedir a uma autoridade independente para fazer uma avaliação de qual foi o papel do POSEUR na mudança das políticas públicas e respetivos territórios. Nós, neste momento, não temos respostas muito científicas para vos dar porque nós também estamos à procura de respostas para essas perguntas.

Por último, não sei se a vossa abordagem é mais virada para a avaliação ou para a monitorização ou se para ambas. A questão é que, de facto, nós temos um percurso desde 2018, no sentido de abordarmos todas as questões que se prendem com a georreferenciação dos investimentos que realizamos, com muitos objetivos principalmente de ter informação mais robusta sobre o financiamento nos territórios. Portanto, nós tratamos a georreferenciação numa perspetiva de monitorização e, claro, como fonte de informação para as avaliações que se queiram fazer destas matérias, tanto em termos de políticas públicas como numa perspetiva mais territorial. Por isso, quando vimos esta questão do websig foi muito interessante porque para nós é uma matéria que nos diz muito e na qual estamos a investir muito para desbravar caminho. Nunca tinha acontecido antes deste programa, há sempre muitas entidades ligadas a estes fundos a reclamarem a importância da georreferenciação e, felizmente, conseguimos dar um grande salto nessa matéria, claro que há ainda um longo caminho a percorrer. Esse investimento culmina na disponibilização de um websig no site do POSEUR, que ainda não está disponível, mas que está na fase final de elaboração.

Seria interessante haver uma articulação de ambas as equipas, das várias pessoas envolvidas no estudo, para que houvesse um enquadramento com o objeto de estudo. Para entenderem como é gerido o programa, quais são os instrumentos de gestão, para falarmos de indicadores e georreferenciação, como se fosse um enquadramento prévio. Sentimos que falta esse “chapéu”, da equipa do vosso projeto falar connosco, com a autoridade de gestão que gere o PO que é o objeto de estudo, para podermos explicar o nosso enquadramento. Se não for assim podem-se gerar equívocos, tirar conclusões que não são ajustadas porque não existiu esse enquadramento. O nosso papel vai muito além de um stakeholder, é de facto o papel da entidade que gere o programa e que está disponível e sedenta para ter resultados relativamente a este estudo que nos permita implementar o atual PO e o futuro de uma forma que corresponda ao que se pretende. Falo das políticas nos territórios e, também, da forma que temos a informação estruturada para dar resposta aos desafios das avaliações das políticas públicas. Deixo esta sugestão e a nossa disponibilidade para o que precisarem, seria muito importante este enquadramento para nos conhecerem melhor.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R(1): Tenho muita dificuldade em responder a estas questões. O que podem ser as nossas respostas tem a ver com a sensibilidade que temos face ao estado de execução do programa. Ou seja, face à perspetiva das metas que temos e aquilo que já conseguimos executar com as intervenções apoiadas. Há áreas que estão relacionadas com os nossos eixos de intervenção e estão num estado de execução mais avançado. Estou a pensar que, de uma forma geral, as pessoas responderiam impactos pouco significativos (1) nesta fase. Para estes setores, sendo alvo de apoio do POSEUR, e de financiamento de operações que se encontram em execução ou concluídas, é difícil identificar impactos prejudiciais. O mais ou menos significativo, na escala positiva, tem mais a ver com o estado de execução destas áreas. Por exemplo, a economia com baixas emissões, que está no nosso eixo 1, ainda não nos permite ter um estado muito avançado devido à complexidade das intervenções que apoiamos. A eficiência energética é uma área nova e por ser um setor público tem muitos constrangimentos face à contratação pública, como é exemplo a questão dos edifícios públicos, que é uma das áreas que apoiamos. Se calhar neste ponto não conseguimos ter impactos muito significativos, por isso diria que era 1.

Na área de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos, estamos a falar do nosso eixo 2, no qual apoiámos planeamento na área das alterações climáticas e também projetos de intervenção física, como por exemplo os riscos de incêndios, cheias, inundações e a prevenção de riscos no litoral. Eu diria que aqui já existe um avanço nos impactos, mas não consigo distinguir entre os medianos (2) ou os significativos (3). Aquilo que nos permite situar nesta escala tem mais a ver com os indicadores que estamos a atingir e que nos permitem cruzar informações que, nesta fase, tornam a nossa análise um pouco empírica.

R(2): Cerca de 95% do financiamento que temos aprovado no PO é financiamento que impacta diretamente os territórios. Nós somos um projeto nacional (temático), mas complementamos de forma absolutamente significativa aquilo que os próprios programas operacionais regionais também financiam nos territórios. A montagem do PT2020 em termos de repartição dos investimentos entre programas operacionais temáticos e regionais foi uma decisão que foi feita. Basicamente, como o fundo de coesão, por norma, financia projetos na área do ambiente e nos transportes, entendeu-se que o fundo de coesão do POSEUR iria financiar estas duas áreas, no país e como complemento das diferentes políticas públicas nos territórios.

95% dos nossos investimentos são perfeitamente regionalizáveis e nós sabemos em que territórios é que eles impactam. Muita complementaridade com os PO regionais na área das políticas públicas, respeitante ao ambiente e transportes. Portanto, nós temos um problema, apesar de estarmos em 2022, e agora faremos um relatório anual para 2021, nós temos um programa que está a diferentes velocidades dependendo das áreas de intervenção. Isto tem uma história, está relacionado com as dificuldades iniciais na implementação da economia de baixas emissões, principalmente, porque era uma área nova na questão dos fundos estruturais. Teve de se desbravar caminho que demorou tempo, por isso teve depois impacto no atraso que esta área de intervenção tem na sua implementação efetiva. Portanto, como as áreas relativas aos riscos e alterações climáticas, bem como as áreas da eficiência dos recursos e proteção ambiental já eram financiadas pelos programas anteriores. Já havia um conhecimento grande destas áreas de intervenção, o programa arrancou com um conhecimento muito grande relativamente aos projetos apresentados e às entidades setoriais ligadas a essas políticas públicas. Acaba por ter agora um reflexo, temos o eixo 1, a economia com baixas emissões, que tem um nível de implementação mais baixo. Enquanto a proteção ambiental e a eficiência de recursos têm um nível de implementação mais elevado. Impactos, de facto, sentimos quando as operações estão concluídas, aí conseguimos medir esses impactos nos territórios, embora nós tenhamos indicadores de realização e resultados. Os de realização são os que se preocupam com os outputs. Os de resultados

preocupam-se com a política pública, nestes nem sequer é evidente a relação entre aquilo que o PO financia e a trajetória desses indicadores de resultado. Portanto, estamos agora a elaborar o relatório anual de execução para perceber o que aconteceu em 2021. A ideia, que está em linha com o que tem acontecido em anos anteriores, é que riscos e alterações climáticas são as áreas de intervenção que estão neste momento com um nível de implementação efetivo no território.

A proteção do ambiente e eficiência de recursos já tem um nível bastante elevado, mas um pouco abaixo dos riscos e alterações climáticas. E depois temos toda a dimensão das baixas emissões que está mais atrasado. Se pudéssemos traduzir em impactos no território, eu diria que o eixo 2 e o eixo 3 são os mais impactantes. Na realidade, o que o PO financia são políticas públicas no território. Portanto, tudo o que tem a ver com a prevenção de riscos, quer no litoral quer na questão dos incêndios, são intervenções que já têm um elevado nível de concretização. Diria que, apesar de querer saber com maior detalhe a forma como o POSEUR impacta as políticas públicas, há um impacto bastante significativo no território das ações que já estão concluídas. Há uma melhoria significativa na redução da linha de costa em situação crítica de erosão, já houve um grande avanço, apesar de agora ser mais marginal. Há uma cobertura do POSEUR nacional relativamente à proteção contra riscos de incêndios, houve aqui um investimento que já estava previsto e que foi reforçado. Houve um investimento muito grande e todos os meios de proteção civil estão bem melhor equipados quer nos veículos quer na proteção individual, máquinas pesadas, infraestruturas operacionais das associações humanitárias de bombeiros, tudo isto sofreu alterações positivas. Tudo indica que o território ficou mais resiliente a estes riscos na área dos incêndios e quanto às cheias e inundações, é daquelas coisas que nos faz ser extremamente impactados pelas alterações climáticas (como as secas também), mas também temos intervenções bastante significativas, apesar de um pouco mais atrasadas em termos de conclusão. Estão a melhorar significativamente o risco nas zonas que estão identificadas como elevado risco de inundação, nós financiamos essas zonas para reduzir esses riscos. Isto para dar uma perspetiva do que financiamos na área dos riscos.

Depois temos toda a parte do planeamento, nós tínhamos os diferentes níveis territoriais descobertos no que diz respeito às alterações climáticas, por isso tivemos um papel muito importante na cobertura dos vários níveis territoriais. Fizemos planos de adaptação às alterações climáticas, planos estratégicos de adaptação regional, planos municipais, planos intermunicipais, principalmente ao nível das NUTS 3. Neste momento, temos todo o território equipado com esses mecanismos de planeamento que permitem às autoridades municipais atuarem naqueles riscos que são identificados nos planos como mais vulneráveis. Estão identificadas um conjunto de medidas que os vários atores regionais devem desenvolver para tornar os territórios mais resilientes às alterações climáticas. Portanto, isto é o impacto do POSEUR no território, obviamente com um nível de concretização bastante elevado, mas que não é 100%. Nós acreditamos, pelo que as entidades beneficiárias do programa nos dizem, temos um importante feedback dos principais atores setoriais do país, falo dos municípios (incluindo RAM e RAA), das CIM que são fundamentais no acompanhamento dos projetos, das CCDR que são importantes como órgão de gestão regional. Portanto, o que nos dizem é que faz a diferença. Nós olhamos para o território, para o financiamento e para as concretizações que foram conseguidas até ao momento e acreditamos que o impacto é positivo. Medir isto é outra questão, isso é que é a grande dificuldade, porque mesmo os indicadores do PO não nos dão bem a noção desse impacto. Gostaríamos muito que a avaliação intercalar do PO nos desse essa informação.

O eixo 3, relacionado com a proteção do ambiente e gestão dos recursos, tem duas grandes áreas: o ciclo urbano da água e os resíduos. Trabalhamos imenso e alinhados com todas as metas das diretivas no que diz respeito aos resíduos. Somos mesmo o instrumento mais importante, neste momento, para concretizar a política pública na área dos resíduos e para atingir as metas com que nos comprometemos no âmbito das diretivas. Por isso apostámos neste período de programação em equipamentos de recolha seletiva e melhorar as infraestruturas para tratar os resíduos urbanos. Temos agora, mais recentemente, investimentos na área do bio resíduos, é uma área que está fortemente

territorializada. Portanto, temos um grau de concretização bastante significativo, embora tenhamos algum caminho para percorrer. Se tivermos a falar de potencial, o impacto é muito significativo. Se estivermos a falar do que conseguimos até ao momento, os indicadores na área dos resíduos e os indicadores de Política Pública que mobilizamos para o nosso PO não têm tido uma trajetória significativa. Por isso, acabámos por fazer um redireccionamento daquilo que estamos a financiar, principalmente ao nível dos bio resíduos, portanto vamos ver qual será a informação dos resíduos do ano de 2021, ainda não sabemos bem como esses indicadores se comportaram. No círculo urbano da água, temos também uma abrangência territorial de quase 100%, temos um nível de implementação muito grande com muitos projetos já concluídos. Temos uma área de intervenção que tem a ver com a eficiência dos sistemas, não é só substituir canos como se costuma dizer, já houve um investimento significativo na eficiência dos sistemas e é esse a trajetória que se prevê para o próximo ciclo de programação. A eficiência nos sistemas de abastecimento de água, para além disso no saneamento temos o cumprimento das diretivas comunitárias, temos o fecho de algumas redes porque ao nível de cobertura estávamos mais atrasados do que ao nível do abastecimento de água. Temos de forma genérica investimentos na melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, quer no saneamento quer no abastecimento. É também uma área já bastante desenvolvida, com um grau de implementação bastante significativo.

O eixo 1, é o eixo que tem uma implementação no território mais outlier. O eixo 1 não está tão alinhado com a política pública do território. É, de facto, um eixo que se prende com medidas de eficiência energética no edificado, quer na administração pública quer na habitação particular. Depois temos 3 áreas que são distintas, temos o fomento de energias renováveis, na qual temos aprovados projetos na área do hidrogénio, da biomassa e um grande projeto na Madeira que está relacionado com a produção de energia elétrica através da barragem hidroelétrica da Calheta. Depois, temos também a questão dos autocarros limpos, que é a substituição da frota de veículos públicos a diesel, por veículos elétricos. Isto foca, de facto, as áreas urbanas e temos bastantes rotas de transportes públicos urbanos que beneficiaram desta medida e continuam a beneficiar. Tem um nível de implementação menos ambicioso do que aquilo que se esperaria nesta fase do PO. Depois temos as grandes infraestruturas de transporte e mobilidade urbana sustentável, temos os metros de Lisboa e Porto, o sistema de mobilidade do Mondego e a extensão da linha de cascais. Estes são investimentos estruturantes para o sistema de mobilidade urbana nas regiões do Porto, Lisboa e Coimbra. Desse ponto de vista, impactam o território desses centros urbanos. Realço a dificuldade de arranque destes grandes projetos, que se devem às cadeias das matérias-primas terem sofrido com a pandemia e agora estão a sofrer com a guerra. É uma área de intervenção do programa que está com maiores dificuldades. Se pensarmos ao nível do potencial, obviamente que tem muito potencial de impacto significativo nesses territórios. Ainda não se vê esse impacto porque são projetos que ainda estão em desenvolvimento. Isto para caracterizar o programa nas suas várias áreas.

R(3): Há aqui a questão dos indicadores que usamos para medir o impacto. Por exemplo, pegando na questão dos transportes, nós podemos ter projetos que estão executados a 80% mas que o indicador (por exemplo, número de passageiros transportados) é zero. Esse indicador só vai ter tradução quando o projeto estiver concluído. Se calhar já temos um projeto com taxas de financiamento de 80 milhões de euros, mas neste momento os indicadores de realização e execução não refletem isso. Fica-nos difícil quantificar alguns indicadores. O contexto que a minha colega nos deu agora corresponde muito mais à realidade, podemos ter uma perceção muito mais fidedigna do que são os diferentes projetos do programa.

R(1): Eu pontuaria todas as dimensões de análise entre o 3 e o 4. Só não pontuava no máximo o A porque o estado de execução é mais baixo e são intervenções muito específicas em áreas urbanas e que podem não ter um impacto no território/população tão direto. Complemento também explicando que a lógica dos indicadores de realização que já permitem o output direto, mas existiu também toda

uma lógica de orientação para resultados que medem muito mais do que a concretização física das ações. Baseia-se no impacto, no fundo, é esse o resultado que fica no território, nas populações e nos diferentes setores. Dou o exemplo do círculo urbano da água, que já tem algum histórico e perspetiva dos anteriores quadros, mas aqui o alcance ao nível do resultado e do impacto tem não só a ver com as infraestruturas construídas, mas também com a quantidade pessoas servidas. Ou seja, estamos a falar da melhoria de qualidade. Isso acontece em várias áreas, podem existir indicadores que ainda não tenham resultados quantificados, mas é porque naquele resultado o que importa medir é o impacto a longo prazo e não a curto prazo. Vai muito além da concretização física dos projetos. Só queria fazer esse esclarecimento.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R(1): Acho que aquilo que dissemos na primeira pergunta já responde a isto. Obviamente, mais do que exercícios de avaliação que possam evidenciar e comprovar esta questão do impacto nas diferentes regiões, temos de ouvir o que os atores nas várias regiões têm a dizer, são eles que estão no terreno. Há uma mudança do paradigma nalgumas políticas que não existiria se não fosse o POSEUR. Principalmente, nestas áreas que surgem pela primeira vez como áreas de financiamento. Por exemplo, esta questão dos instrumentos de planeamento é fundamental e era uma área que nos anteriores períodos de programação podia ter algum financiamento pontual, mas desta forma massiva como nós financiamos é paradigmático de uma alteração que permitiu ao território conhecer as suas vulnerabilidades e ter medidas adequadas para combater essas mesmas vulnerabilidades. Para antecipar e para tornar os territórios mais resilientes. Falando um pouco da sustentabilidade ambiental, mais evidente no financiamento do eixo 3, nós temos aquelas prioridades de melhoria do sistema de abastecimento de água, é absolutamente fundamental. As perdas de água que existem no sistema são uma aberração. É necessário intervir na monitorização para identificar de imediato onde é que rompeu, onde é que temos de intervir, e também porque temos infraestruturas com muitos anos que têm de ser substituídas. Esta questão de eficiência é uma área nova e que tem um impacto fundamental para a sustentabilidade e para o contributo destas medidas para as alterações climáticas. Estamos a ter este cruzamento de intervenções que têm um contributo para os objetivos estratégicos absolutamente fundamental. Portanto, estamos também a impactar ao nível das alterações climáticas por financiarmos estes projetos de eficiência nos sistemas de abastecimento de água.

Temos também a área de conservação da natureza e biodiversidade que é uma área que financiamos pela primeira vez com o fundo de coesão. Havia programas comunitários que financiavam estas áreas, que já tem uma tradição bastante grande. Neste quadro, foi construído uma nota indicativa para apoiar ações de melhoria quer ao nível da conservação das espécies em habitats, quer ao nível do conhecimento que são fundamentais para a preservação da biodiversidade. A este nível temos intervenções muito inovadoras nesta área dos fundos que se relacionam com outros princípios, nomeadamente as alterações climáticas. Para tornarem as espécies mais resilientes para nos ajudarem nesta dimensão. Portanto, o PO financiou intervenções que fazem diferença no âmbito da sustentabilidade ambiental. O impacto das medidas de eficiência energética que nós financiamos nos edifícios de administração pública central e nos edifícios particulares é uma loucura em termos de redução de energia. A concretizarem-se as implementações com as medidas que estão previstas vai tornar os serviços da administração pública mais capazes: hospitais, na área da justiça, universidades e politécnicos; eram intervenções que tinham muitos anos de espera e finalmente, com este financiamento foi possível acudir e com impactos que se esperam que sejam muito significativos na redução dos consumos. Assim como a conversão dos veículos a diesel para veículos mais limpos ao nível de emissões. A referência de um veículo elétrico ao nível das emissões é zero, comparado com o diesel,

com os autocarros da carris que víamos a deitar fumo pelo tubo de escape, é uma transformação das frotas das duas maiores cidades do país (Carris e STCP) com um impacto extraordinário na diminuição de CO2.

Os grandes projetos das infraestruturas de transportes que referi há pouco, a grande ambição é a transferência modal, é criar condições para as pessoas se sentirem tentadas a deixar os carros em casa ou nas periferias das cidades e virem de transporte público para Lisboa. Este é o grande desafio destes projetos, por isso estão categorizados de projetos de ambiente, nem sequer são de transportes, sendo da área dos transportes. Nesse ponto de vista, temos de ver quais vão ser os efeitos e a reação das pessoas nestas expansões que estamos a financiar no âmbito do metro de Lisboa e Porto. Portanto, de forma geral, a perceção que temos é que dadas as intervenções concluídas e em implementação, se se concretizar aquilo que temos aprovado, serão investimentos de referência para esta área de sustentabilidade ambiental.

R(2): Aqui não resisto a comentar. Uma componente que o POSEUR utiliza para garantir esta sustentabilidade ambiental desde a fase das candidaturas até à fase de conclusão dos projetos, é a georreferenciação. Existem planos e instrumentos de planeamento que identificam as vulnerabilidades e áreas a necessitar de intervenção, portanto nós sentimos a necessidade de neste período de programação introduzir uma ferramenta de georreferenciação para fazer um cruzamento entre onde as operações ocorrem e o mapeamento da política pública. Estes definem áreas prioritárias de intervenção. Na prevenção e gestão de riscos é muito importante porque existe o mapeamento das áreas em risco de inundação, risco elevado de incêndio, e nós com esta ferramenta que criámos permite ter estes mapeamentos na plataforma e cruzar para entender onde as candidaturas ocorrem. Assim conseguimos perceber se estamos a priorizar os investimentos nas áreas prioritárias. Alguns destes instrumentos ainda estão a acontecer e nós estamos a financiar o aparecimento destes instrumentos de gestão do território, outros já existem e nós introduzimos na própria plataforma. Isto permite identificar e cruzar com os critérios de aprovação das candidaturas. É uma ferramenta que nos permite validar esse enquadramento nos instrumentos de planeamento e no mapeamento existente. Permite-nos também acompanhar a execução das operações e dos projetos dentro dessa característica. Nós vemos isso como uma ferramenta para garantir a sustentabilidade ambiental, principalmente nessas áreas em que é importante garantir que estamos a apoiar de acordo com a necessidade dos territórios.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R(1): Nós somos tributários daquilo que as orientações políticas em determinado momento entendem como opção estratégica para a política pública. Portanto, um programa desenhado para 7 anos, quando começa a ser preparado tem determinados referenciais e opções políticas absolutamente legítimas numa perspetiva de negociação de financiamento para essas opções estratégicas para o país nas várias áreas da política pública. Ou seja, contrata com a comissão europeia a atribuição de um pacote financeiro para apoiar aquelas políticas que terão impacto na trajetória dos resultados que se pretendem para essas políticas, na melhoria dos indicadores que caracterizam essas várias políticas. Quanto ao POSEUR são 7 anos, o que é muito tempo, porque há pelo menos duas legislaturas que acontecem neste período, portanto é difícil manter um PO impecável desde o momento em que é negociado até ser encerrado. Isto acontece sempre, este período de programação não é exceção. Para além disso, temos uma situação absolutamente extraordinária que é a pandemia e agora a guerra que ainda vai ter impactos neste período de programação, isto para dizer que os impactos vão sendo redefinidos. Até porque as próprias políticas comunitárias que depois declinam nas políticas públicas nacionais relativamente às diferentes áreas do PO, por exemplo na área da energia e eficiência energética, têm uma atualização e revisão à velocidade da luz. O que foi negociado em 2013 e 2014,

em 2020 já estava completamente ao lado, principalmente em áreas de grande mudança. Os objetivos vão sendo sempre redefinidos. Dentro daquilo que é a capacidade negocial do estado-membro perante a comissão, nós também vamos fazendo as adaptações dos programas no sentido de acolher novas elegibilidades para dar resposta à prioridades da política pública no momento, seja ela por decisão nacional ou porque a política ao nível comunitário alterou e nós temos que responder.

Obviamente, que nós somos instrumentais, nós financiamos as políticas e aprovamos as operações que correspondem àquilo que são os objetivos do programa, que por sua vez estão alinhados com os objetivos da política pública que estão alinhados com os elementos enquadramentos nacionais. Portanto, nós não financiamos ao lado. Financiamos para aquilo, para cumprir determinado objetivo. O que nós financiamos está alinhado e contribui para os objetivos, nem nos passa pela cabeça ser de outra forma. Não quer dizer que não haja um projeto que às vezes vai um bocadinho ao lado ou um projeto que afinal se depositavam esperanças porque era um projeto piloto e depois a coisa não corre tão bem como estávamos à espera. Isso não é a regra. Nós acreditamos e evidenciamos que os projetos que financiamos são aqueles que dão corpo aos objetivos do programa, apesar dos objetivos do programa irem mudando. Para ter uma ideia, no início do PO existia uma dotação financeira bastante significativa para implementação de computadores inteligentes a nível nacional, uma ambição bastante relevante. Entretanto, a política pública nesta área alterou-se, entendeu-se que os operadores da rede elétrica poderiam fazer essas alterações e que não seria necessário o investimento público para esse efeito e, portanto, essa medida desapareceu do PO. Essa dotação financeira que estava prevista para essa medida foi redirecionada para outros objetivos estratégicos. Isto aconteceu em 2018. Não é possível olhar para um programa como uma coisa estanque do início ao fim. Isso nunca vai acontecer porque há muita coisa que vai alterando. Em 2018 ou 2020 tivemos de abrir o programa para o apoio aos projetos de hidrogénio verde porque, entretanto, a política comunitária deu um salto nesse sentido e nós alinhámo-nos com essa questão e até temos o plano nacional para o hidrogénio, etc. Portanto, tivemos a necessidade de reorientar o programa para esses objetivos. Temos um grande alinhamento com os objetivos da política pública, com as opções estratégicas que são definidas em cada momento, sempre com o acordo da comissão europeia pois são eles que nos financiam. Não tomamos decisões unilateralmente, apresentamos propostas e negociamos. Os projetos que estamos a aprovar e que estão implementados são os que achamos que cumprem os objetivos. Nós, também, somos um programa concorrencial q.b., nós financiamos as entidades públicas que são responsáveis pela implementação das políticas públicas, temos esse elenco de beneficiários. Temos o elenco de beneficiários dos municípios que são responsáveis por uma série de políticas públicas no seu território, enquadradas numa estratégia nacional. O que financiamos, de facto, é o que corresponde às opções que depois são mobilizadas, implementadas e concretizadas pelos atores, na sua maioria públicos, que participam nestas áreas de intervenção.

R(2): O que nós financiamos está alinhado com a política pública, mas verifica-se em alguns setores que entre a programação e a implementação existe uma alteração de contexto. Nós sentimos isso em áreas em que apoiamos como por exemplo os riscos. Esses objetivos por vezes podem estar comprometidos por fatores externos adversos. Na área dos incêndios continuamos a apoiar uma rede de infraestruturas de apoio ao combate e prevenção, a rede de defesa da floresta, mas as condições climáticas num ano específico fazem com que a medição dos indicadores do impacto (p.e diminuir o número de incêndios) não se traduza nesses objetivos porque existiu fatores externos que interferem no cumprimento desses objetivos. Estamos a falar de condições climáticas adversas, o contexto da pandemia que perturbou o cumprimento de alguns objetivos. Existem fatores que não controlamos que ocorrem entre a programação e a implementação para além daqueles que a minha colega referiu, pois as orientações também mudam e nem sempre são coincidentes com os ciclos de programação. Existe também a perturbação pelos ciclos de programação serem mais vastos que os ciclos políticos e as orientações também se podem alterar ao longo do período. Queria só deixar esta nota ao nível da eficácia dos objetivos.

R(3): No exemplo dos incêndios houve alterações, tipos de intervenções que foram acrescentadas e financiadas na sequência dos incêndios de 2017 e 2018, porque as necessidades foram outras. Isso não estava previsto. Esse contexto criou a necessidade de direcionar uma parte do PO para isso. O caso do hidrogénio também apareceu, entretanto. Nós vamos ajustando à medida das necessidades e o período de programação é longo, depende das necessidades e conta sempre com o apoio da união europeia. Nós não fazemos coisas porque nos apetece porque o dinheiro não é nosso. Vamos adaptando consoante as políticas públicas e aquilo que vai sendo definido como necessário.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R(1): A eficiência é mais delicada porque estamos a falar de resultados vs recursos. Nós podemos atingir os resultados, com maior ou menor sucesso. Vamos ser com certeza eficazes. Mas a eficiência é mais delicada. É difícil termos uma ideia dos resultados sem termos uma base científica ou um estudo específico para isso. Não sei até que ponto é que se nós financiámos menos poderíamos obter os mesmos resultados. É uma questão que tem de ser estudada, eu não arriscaria uma resposta porque merece um olhar mais específico e que não vai lá por percepções. Não fizemos nenhum estudo e não sabemos, esperemos que a avaliação intercalar nos dê alguma luz sobre a resposta a isto. Não é uma resposta que consigamos dar neste contexto.

R(2): Eu concordo totalmente. Estamos muito curiosos para saber os resultados da nossa avaliação intercalar, que implica um estudo mais aprofundado e cruzamento de diferentes dimensões de análise. Devo dizer que sentimos que algumas condições de financiamento tiveram de ser ajustadas para que se pudessem concretizar esses investimentos. Estou a falar da eficiência energética na administração pública e os instrumentos financeiros que tem sido difícil de aplicar e houve um reajustamento da subvenção reembolsável porque acreditamos que há determinadas áreas de apoio onde existem muitos obstáculos à concretização, por isso alterámos a modalidade de apoio. Tivemos esse exemplo na eficiência energética que aconteceu com os PO regionais também.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R(1): É aquela questão que há pouco destacávamos. Por exemplo, os indicadores de resultado terem um foco muito para além daquilo que se financia, mas também focarem-se na lógica do impacto. Isto também incrementa a capacidade dos nossos beneficiários de focarem nos investimentos de acordo com os objetivos que se pretendem. Para desenvolver mecanismos internos de acompanhamento e verificação desses resultados que vão além da questão financeira. Este período de programação imprimiu a vontade de focar no impacto, o que é uma mudança grande de paradigma. Normalmente, a verificação situa-se ao nível das questões financeiras, isto ao nível do que as autoridades de gestão seguiam e da própria comunicação dos fundos tem existido um grande foco nos resultados e impactos. Isso colocou-nos desafios como autoridade de gestão que tentámos transpor essa lógica para os próprios beneficiários para seguirem estes objetivos de seguir resultados e impactos. Isso implicou um trabalho de capacitação da autoridade de gestão, de capacitação com os beneficiários (ainda a semana passada tivemos uma reunião com os beneficiários para discutir a medição de resultados na fase de encerramento). Avaliámos juntos dos beneficiários quais eram as condicionantes à partida e queríamos verificar que foram cumpridas. Esse foco foi muito por causa da orientação para resultados que nos levou a criar um sistema de indicadores que, para além do processo de definição, também implicou um processo de acompanhamento, de verificação e concretização física que foi um desafio diferente dos anteriores quadros comunitários. Para estes resultados não basta apresentar os comprovativos de

execução financeira dos projetos para considerarmos que cumpriu, queremos saber concretamente (por isso usamos a ferramenta da georreferenciação) se aquele investimento ocorreu naquela área de intervenção, qual foi a população beneficiada, o território beneficiado e o nível de risco que diminui com a intervenção. A lógica é sempre, nós intervimos aqui, mas o impacto é numa área mais abrangente então vamos medi-la, vamos desenhá-la no território e quantificá-la. Isso implica que os beneficiários nos entreguem um conjunto de comprovativos dessa execução física para medir esses resultados.

R(2): Estes mecanismos inovadores permitem-nos gerir o programa com maior eficiência porque confrontam os beneficiários com uma realidade à qual eles não estavam habituados, a dos projetos serem efetivos e eficazes. Para lhe dar um exemplo dos desafios que tivemos de ultrapassar, os projetos de instrumentos de planeamento na área das alterações climáticas concretizavam-se através da elaboração dos planos, o output era a elaboração do plano. Eventualmente, tem uma sessão de apresentação do plano aos stakeholders relevantes, etc. Este modelo de orientação para resultados leva a que tenhamos contratualizado com os beneficiários deste projeto a efetiva implementação de algumas medidas que estão previstas nesses planos embora não as financemos. O plano tem de ser concretizado. O beneficiário tem de se comprometer a num prazo de 24 meses, depois do plano estar elaborado, tem de ter uma determinada percentagem de medidas que estão nesse plano implementadas, ele propõe e nós aceitamos. Portanto, isto é o nível de compromisso dos beneficiários perante o financiamento que está a ser atribuído, que abriga este modelo para orientação de resultados. Nós achamos que estes mecanismos inovadores tornam os projetos mais eficazes relativamente aos objetivos para os quais o financiamento foi atribuído. O plano tem que ter uma concretização porque planos e estudos andamos nós a financiar há não sei quantos anos. Isso vai ter que servir para alguma coisa porque se o beneficiário não o fizer, não recebe a totalidade do orçamento que está por atribuir. Portanto, é um exemplo, mas temos vários exemplos de compromissos do beneficiário que vão para além do financiamento que é atribuído para ele executar o projeto em variadas áreas. Ele executa o projeto, mas tem de demonstrar concretizações. Acho que por esse motivo somos melhor sucedidos em atingir os objetivos. Neste caso concreto, o planeamento faz-se para conhecer o território e torna-lo mais resiliente. Os mecanismos inovadores permitem-nos ter maior conhecimento daquilo que o PO financia.

Com esta orientação para resultados, complementada pela questão da georreferenciação, nós temos de facto conhecimento que é incomparavelmente maior relativamente ao que financiamos e ao impacto no território do financiamento que nós atribuímos. Também o beneficiário ao ser obrigado a georreferenciar o seu projeto tem mais cuidado em fazer um match entre o desenho da georreferenciação e dizer qual a área do território que será impactado por aquele projeto. Se não fizesse o desenho dizia uma coisa que poderia não ser exatamente a correta, mas quando olha para o território e é obrigado a fazer uma linha para definir onde o projeto vai impactar, por exemplo é aqui que o projeto vai impactar e esta linha tem 2 kms, já sabemos que é um salto quântico face ao que acontecia antes. Permite-nos maior conhecimento, rigor e fiabilidade relativamente àquilo que apresentamos como resultados do PO. Portanto, nós temos a certeza que aquilo é assim, mesmo que ele se tenha enganado a desenhar a linha, essa linha vai ser verificada pelos nossos colegas que estão a analisar a operação e confrontam aquilo com outras informações que estão na candidatura. Se tiverem dúvidas perguntam e ainda pode dar origem ao invés de serem 2 km passarem a ser 2,5 km. Isto é um salto no conhecimento que temos das operações que nos permite dizer que os projetos vão corresponder aos objetivos que eles se propõem e que o programa se propõe na sua globalidade. Em relação a isto, ao contrário da pergunta anterior, não tenho dúvidas que estes mecanismos inovadores nos permitiram ser mais eficientes porque também nos ajuda no nosso papel como autoridade de gestão, se calhar fazemos coisas mais rápido e com muito maior certeza das várias dimensões da cada uma das operações. Deixaram de ser só papéis, isso é muito importante. Não podendo ir a todos os projetos, já temos mecanismos que nos permitem estar mais próximo dos projetos no território. Isso faz toda a diferença.

R(3): É completamente verdade que os beneficiários têm de colocar um “boneco” a acompanhar o número, o que eles fizerem vai ter de bater sempre certo com o “boneco”, por exemplo tantos kms, tantos hectares, etc. Esta dimensão da georreferenciação tornou-nos mais eficientes internamente na análise de candidaturas. Conseguimos verificar muito mais facilmente que um projeto numa zona RAM (por exemplo) tem de ter uma autorização especial. Nós conseguimos com a georreferenciação das operações ver se se sobrepõe a alguma zona RAM, a partir daí o nosso técnico sabe logo se é preciso um determinado papel. Isso é muito mais fácil, não temos de andar a pedir, quando temos informação georreferencial as coisas ficam muito mais rigorosas. Ou o contrário, quando temos projetos que podem ter condições específicas de elegibilidade e o projeto tem de calhar numa área protegida qualquer. Nós temos a informação que tem de calhar numa área protegida, o técnico juntando a informação que o beneficiário envia sobre a área da operação, o técnico pode garantir que calha numa área protegida. Não há dúvidas e é fácil de ver. O técnico facilmente valida aquilo. Isso dá-nos maior segurança na análise, maior eficiência na análise das coisas. Nós temos uma maior certeza nas coisas que aprovamos e nos números que aprovamos, isso dá-nos uma maior conforto e segurança em tudo o que fazemos.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R(1): Acho que nós também precisamos de ajuda para responder a esta pergunta e por isso é que a temos na avaliação intercalar. Temos de ter uma perspetiva mais ampla que não temos. Deveríamos ter mais estudos durante a vida do PO que nos permitisse ter esta perceção. Por outro lado, só poderemos ter numa fase que já existe ter um nível de concretização que nos permita tirar conclusões e não nos sentimos muito à vontade para dar uma resposta mais objetiva a esta questão. De qualquer forma, referir que em muitas áreas de atuação do programa nós financiamos projetos que têm um foco também nos compromissos que o estado-membro atingiu nestas diferentes matérias em termos comunitários. Este alinhamento existe em matérias que este referencial é mais evidente, nomeadamente o cumprimento de diretivas na área dos resíduos, eficiência energética e produção de energias renováveis. É mais evidente para umas áreas do que para outras, mas esse alinhamento existe sempre. Esta avaliação da pergunta é difícil fazermos sem ter um substrato mais robusto”. “ Nós temos uma outra dimensão quanto ao valor acrescentado europeu. Há uma complementaridade com outros programas que têm um enquadramento orçamental na EU diferente, de facto essa complementaridade verifica-se, mas é um bocadinho difícil de conhecer os meandros. Por vezes dizem que temos projetos que também foram candidatas operações relacionadas com as que temos no nosso programa ao LIFE (biodiversidade) ou ao ELENA (Energia), portanto há uma parte que foi financiada por outro programa e depois nós financiamos a outra parte. Nestes casos, será que estas coisas são complementares, qual é o efeito adicional de ter estas duas componentes, de que forma é que os resultados que se atingem são diferentes? Esta questão tem de ser aprofundada porque há diversas complementaridades entre programas de financiamento que temos inventariadas, mas não estudadas. Portanto, essa é uma das questões que seria importante ter resposta na avaliação intercalar.

O segundo aspeto que queria referir é o efeito de adicionalidade dos fundos. Nós, por força das circunstâncias nomeadamente do fenómeno da pandemia, tivemos uma série de medidas adicionais de diminuição do esforço nacional no financiamento de algumas áreas de intervenção. Isto é transversal ao PT2020, não é exclusivo do POSEUR. Tivemos, em determinados períodos, regimes excecionais de financiamento comunitário para as operações de diferentes áreas de intervenção desde que reunissem determinadas condições. Isto para dizer que o efeito de adicionalidade é uma previsão do início dos PO's, mas a realidade confronta os estados-membros com realidades que são necessárias ajustar. Portanto, a questão da adicionalidade é também muito interessante porque os financiamentos em determinado período deste ciclo de programação tiveram de servir de socorro, quase como se

fossem fundos de emergência e não propriamente numa lógica de adicionalidade. Por exemplo, vamos fazer mais este investimento porque temos este financiamento comunitário. Não funciona assim. Nós tivemos de financiar o que era necessário fazer como um todo. Este é um dos aspetos que poderá ser aprofundado após a avaliação intercalar.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R(1): Alinhamento total relativamente às prioridades nacionais que são definidas em cada momento e como comunitárias nalgumas áreas. Naturalmente em negociação permanente com a comissão. Há vários exemplos de opções políticas nacionais que foram propostas e não foram aceites pela comissão europeia. Isto não é unilateral, é bilateral, por isso temos de estar de acordo nas várias questões. Nesse ponto de vista do alinhamento, o que é em cada momento o acordo entre a comissão e o estado-membro em várias áreas do PO, diria que existe a 100%. Em relação à segunda parte da questão, que tem a ver com promover a efetiva mudança nestas áreas e territórios, por tudo aquilo que já foi dito temos uma forte convicção nessa efetiva mudança porque são marcas que ficam no território e que melhoram a qualidade de vida e bem-estar das populações. Se podíamos ter feito melhor, obviamente que sim. É sempre possível fazer melhor. No entanto, este programa não é uma “mão cheia de nada”, não cai em “saco roto”. Faz a diferença, claro que não sabemos medir essa mudança, teremos de aguardar para sabermos. Que o território não seria o mesmo sem a intervenção do POSEUR, não seria com certeza. São cerca de 2 mil milhões de euros que vão ser aplicados e que promovem a mudança. Às vezes temos uma visão um pouco conservadora relativamente a alguns investimentos, andamos a investir nisto há 10 anos e é preciso mais financiamento, por vezes isso é verdade. Temos de ponderar o que é que aconteceu, algumas vezes os investimentos não são devidamente mantidos por condições financeiras, pelas entidades que têm essa responsabilidade, etc. Por vezes, temos de fazer esses investimentos porque (por exemplo) na área do litoral, nós por vezes falamos com os nossos colegas na agência do ambiente, e nós já pusemos não sei quantos metros cúbicos de areia nas praias da costa da Caparica e ainda é preciso investir mais? Eles depois explicam-nos que os ciclos do vento levam a areia que é posta que segue para o fundo do mar, depois as marés trazem apenas uma parte dessa areia e por isso temos de fazer essa alimentação cíclica. Não estamos sempre a fazer os mesmos investimentos, esses investimentos dependem da forma como a Natureza funciona. Às vezes esta perceção de que estamos a dar dinheiro e sempre a financiar as mesmas coisas e elas não mudam, não é verdade. As coisas mudam, mas algumas mudam muito devagarinho por isso é que os investimentos vão continuar a ser necessários. Vamos esperar para que a intervenção intercalar nos traga medidas mais concretas e visíveis relativamente à dimensão destas mudanças.

R(2): Quero deixar a nota que nós somos atores de âmbito nacional, pois o programa tem esta abordagem nacional. No entanto, considero importante a análise por regiões pois nós não temos medidas específicas para determinadas regiões. Mas tendo em conta os setores que apoiamos e análise muito concreta desses setores, de acordo com as orientações que existem com as unidades setoriais que acompanham estes eixos, ao longo da implementação do programa existiram avisos que forma mais direcionados para determinados territórios. Não falo em escolher o município x ou y, mas de territórios em específicas condições. Lembro-me que houve avisos para territórios mais densamente povoados, outros para territórios mais dispersos para suprir necessidades diferentes consoante os tipos de investimento. Isto aconteceu muito na lógica de articulação dos setores com as diferentes necessidades que vão ocorrendo, para que no fundo se possa suprir as necessidades. É interessante que os resultados deste estudo depois possam refletir esse impacto nas diferentes regiões, pois embora não tenha sido um programa dirigido para determinadas regiões, existiu uma orientação de acordo com as necessidades ou vulnerabilidades para conduzir os investimentos para dar resposta às necessidades do território. Considero que é muito relevante existir essa análise por região.

Direção Geral de Energia e Geologia

Nota prévia dos entrevistados: A Direção Geral de Energia, no âmbito do POSEUR, emitiu pareceres às candidaturas no domínio da eficiência energética e transportes. Estamos, agora, numa fase de emitir pareceres quanto aos gases renováveis. Todas as notas que possamos dar são imprecisas do ponto de vista da implementação e apenas podemos dar opinião sobre uma das cinco dimensões da análise. A nossa opinião deve ser vista com alguma reserva porque não somos especialistas nas restantes dimensões e falamos apenas a nível nacional.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...? ... para as seguintes cinco dimensões de análise: A: Economia com baixas emissões; B: Adaptação às alterações climáticas; C: Prevenção e gestão de riscos; C: Proteção ambiental; D: Eficiência dos recursos.

R(1): Impactos positivos significativos (3).

R(2): Se a maioria dos projetos apresentados à Direção Geral de Energia e Geologia obtiver um parecer positivo, na nossa opinião, acaba por ser um 3 ou 4. A parte da implementação já nos ultrapassa.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

Sem resposta.

2. Causalidade

Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R(1) As candidaturas que nos chegaram foram na generalidade positivas, quanto à implementação só o POSEUR vos poderá dar a informação se corresponderam ou não às expectativas.

3. Eficácia

Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R(1) Os objetivos têm condições de ser atingidos. O sucesso no cumprimento dos objetivos depende do grau de execução.

4. Eficiência

Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R(1) Esse espírito crítico não nos cabe a nós, mas sim aos promotores deste esquema de incentivo. No entanto, creio que os resultados se adequam àquilo que estava previsto.

5. Eficácia Operativa

De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R(2) As regras para receber este financiamento continuam apertadas. Os beneficiários têm de entregar um conjunto de documentos enorme para validar as candidaturas, isto decorre de legislação europeia.

Apesar de ser só carregar num botão, continua a ser bastante burocrático, mas efetivamente o POSEUR pode melhorar, só que a culpa não é só deles, existe um edifício de obrigações que já vem da comissão.

R(3) Estamos sujeitos à transposição de legislação europeia que não podemos ultrapassar. Existe um conjunto de plataformas informáticas que agilizam o acesso à informação e a introdução de documentos. De há uns anos para cá tem existido uma simplificação de processos, no entanto, até que ponto queremos aliviar a carga burocrática? Sabendo que podemos entrar em incumprimento com

determinadas matérias e determinada legislação. É difícil de definir uma linha de governação, mas não passa necessariamente por uma desburocratização, se bem que pode ser simplificada no acesso e descarregamento da informação e tem vindo a ser criado esse caminho.

6. Valor acrescentado

Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R(1) Neste momento, não estamos no momento ideal da implementação, devido a imperativos relacionados com o estado da arte ou imperativos comunitários. A tendência é conseguirmos evoluir nesse sentido, a evolução dos processos e dos mecanismos inerentes a estas candidaturas existiu, apesar disso ainda não estamos num ponto ótimo.

7. Relevância/Coerência

A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R(3) A base do POSEUR em matéria de sustentabilidade e uso de recursos está inteiramente alinhada com as prioridades da política pública nacional e europeia. Quanto aos resultados, somente o POSEUR conseguirá dar uma resposta clara e concreta àquilo que foram os objetivos iniciais quando comparados com os objetivos concretizados. Na nossa análise técnica das candidaturas, foram recebidas um número considerável de candidaturas, não houve uma situação de avisos vazios. No entanto, temos aqui várias fases. A fase da candidatura, em que alguém tem que desenvolver uma candidatura, e essa informação chegou lá fora. A fase de análise de candidaturas que também foi realizada. E depois temos uma terceira fase crucial que é a de implementação das candidaturas, em que temos um grande conjunto de variáveis que podem mudar os pressupostos iniciais. Temos, por exemplo, um acréscimo significativo em matérias do custo de materiais e mão de obra que também terá certamente algum peso. Posto isto, somente o POSEUR poderá responder quanto aos objetivos iniciais e de que forma foram correspondidos.

R(2) O alinhamento com a política pública não podia ser melhor. A eficiência nos edifícios é um dos grandes objetivos da política pública europeia, os transportes que analisámos é também uma das áreas nas quais se procura um Shift energético. Em termos de alinhamento está ótimo. Claro que alinhar as coisas é uma coisa, conseguir os grandes objetivos é um bocadinho mais trabalhoso. O que podemos dizer é que, se todas as candidaturas que analisámos e demos o parecer positivo forem para a frente, já é um contributo no bom sentido. Se forem todas é um bom contributo, se forem algumas é um contributo mais parco. Isso já não depende de nós. O POSEUR é que tem essa informação, esse é um dos grandes trabalhos que eles têm de fazer, no sentido de perceber o que é que vai avançar ou não. Caso não avance, o objetivo passa por no futuro criar programas que respondam a esses casos. A DGEG não tem informação se as candidaturas vão avançar ou não. Do nosso ponto de vista, o número de candidaturas foi satisfatório, se são cumpridas ou não já é um assunto que nos ultrapassa.

AMA – Agência para a Modernização Administrativa

Nota prévia: Nós estamos aqui na ótica de um único projeto, que é sobre a eficiência energética na loja do cidadão das Amoreiras. Gostávamos de ter muito mais, mas não temos possibilidade de o fazer, nem técnica nem humana. Estamos a ter alguma dificuldade de concretização por causa dos preços e acabamentos. Já eram caros e agora ainda estão mais caros.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: O impacto é na eficiência energética. A partir do momento que um edifício se torna mais eficiente, é positivo embora seja pequeno pois é só um edifício. Se tivéssemos mais edifícios seria um impacto ainda mais significativo, como sabemos a nível de pegada concentra-se mais nas zonas urbanas. Portanto, eu digo que se o impacto for a redução de CO2 é sim, pois aumenta-se o conforto e reduz-se os consumos. Há também a redução dos gases com efeito estufa porque a AMA ao digitalizar os seus serviços, reduz a necessidade das pessoas se deslocarem às suas lojas. É mais cómodo para todos.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: O nosso projeto é aplicar 5 medidas de eficiência energética na loja do cidadão das Amoreiras. São os AVACs, a energia térmica, painéis fotovoltaicos, o sistema de produção de energia e o GTC, porque era obrigatório acontecer esta última vertente.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Nós temos tido o apoio do condomínio, é importante referir. Sem o apoio do POSEUR, nós nunca teríamos conseguido fazer este investimento. O investimento inicial vai ser cofinanciado e sem esse financiamento nunca conseguiríamos ter tudo pronto com esta rapidez. Foi o terceiro convite que conseguimos no âmbito do POSEUR. Houve uma adequação do programa e dos seus avisos aos beneficiários. Estamos a aproveitar algumas verbas para renovação das lojas, no âmbito de outros programas. O impacto deste projeto foi importante para nós porque estávamos a pensar nas questões de impacto social, e o projeto trouxe para cima da mesa várias outras questões. Nós desenvolvemos o PlanetAMA que é a marca superior a todas as intervenções que a AMA possa ter. Nós já interiorizámos isto, fizemos partilha de conhecimento. Já nos permitiu conceber um plano de utilização de recursos, para promover a eficiência energética. Cada intervenção que fizemos foi para mudar para LEDs e inscrevemos no orçamento de 2022 a aquisição de torneiras. Também podemos dizer que nos serviços centrais gastamos cerca de uma resma de papel por ano devido à tecnologia da chave digital. Com este tipo de coisas conseguimos interiorizar estes procedimentos de sustentabilidade. Na nossa sede temos também uma campanha de comunicação.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R(2): O plano de sustentabilidade estava desenvolvido, mas numa fase muito embrionária. E o projeto do POSEUR nas Laranjeiras deu o mote para desenvolvermos um plano de sustentabilidade, que teremos de fazer com apoios ou sem apoios. No entanto, o projeto ainda não está concluído, por isso não podemos comentar relativamente à concretização dos seus objetivos.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R(2): Não temos ainda o projeto concretizado e dado os constrangimentos que o mundo vive atualmente, se tivéssemos a oportunidade fazer, faríamos de forma diferente. Agora, não sei se a cotação que apresentámos na altura chegaria para os mesmos objetivos.

R(1): A empreitada tem muitos equipamentos que são dispendiosos.

R(2): Na Europa estamos a viver um problema de custos. Os valores que estavam pensados há 1 ano, hoje se quiséssemos fazer a mesma coisa não chegavam. Estamos a viver uma situação que tem a ver com os custos dos recursos, mas há uma crise de mão de obra também. Logo, estas intervenções que são de carácter técnico, precisam que as equipas de especialização tenham técnicos. Se não há técnicos, todo o preço fica mais elevado, quer na parte logística, mão de obra ou custos de produção. Nós vivemos a pandemia e agora temos a questão da guerra. Está a uma cadencia sem precedentes. É muito complexo avaliar hoje sobre se no passado faríamos diferente. A nossa necessidade é a mesma, mas faríamos coisas diferentes certamente porque o projeto hoje está mais maduro. Pelos mesmos valores era impossível. Atualmente lançamos o concurso com o dobro do valor financiado.

R(1): O próprio programa não é tão flexível como isso. Às vezes há necessidades dos beneficiários que têm de ser colocados. A autoridade de gestão percebeu, mas tem as suas regras e as dotações já não são muito grandes, se calhar os 500 mil euros previstos para o nosso projeto não chegam para a empreitada.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R(1): Fizem-nos uns reparos sobre problemas técnicos relacionados com uma calha, só que quando estabelecemos o projeto foi em Outubro, quando a comunicação dessa situação ficou terminada já estávamos em Julho. Perdemos logo ali muitos meses. Ainda por cima a administração pública não é particularmente uma organização muito rica, não podíamos avançar sem certezas do financiamento. Isso foi um constrangimento. Depois disso, tivemos o problema dos anos, depois da contratação pública, a empreitada demorava 5 ou 6 meses, o que já não era suficiente para ficar concluída naquele ano. Os orçamentos são anuais, temos de fazer num ano e pagar no outro. Depois há as regras de contratação pública, a que ninguém se candidata. Há ainda a questão do core da AMA ser a transição digital e as lojas, o que é uma questão acessória. Por isso, temos tido alguma dificuldade em que toda a organização esteja alinhada com a organização nesta matéria.

R(2): Em relação aos fundos, eu entendo que eles devem ter regras rígidas, mas mesmo os que abrem eles dão um prazo de três ou quatro meses. Para uma entidade do estado, é difícil deslocar equipas para tratar desses projetos e lidar com todos os constrangimentos que a contratação pública tem. Quando falamos da eficiência energética, tem de ser uma empresa externa a fazer a avaliação e a passar os certificados energéticos, as soluções, etc, o prazo de candidatura é muito pouco para se conseguir concorrer. Poderia fazer-se muito mais, mas não se consegue porque não conseguimos concorrer. Abriu um prazo do PRR para eficiência que o prazo também eram 3 meses. Para além disso, há outra questão, muitas vezes quando nós tomamos conhecimento do aviso já passou 1 mês ou 2 desde o seu lançamento, depois resta-nos 1 mês para concorrer. Devia-se publicitar mais, quando esses avisos saem devia-se comunicar a todas as entidades da administração pública que há aquele aviso. Porque face ao prazo de candidatura ser reduzido, todos os dias são importantes.

R(1): Sempre houve total abertura da autoridade de gestão para contactos constantes. Abertura e colaboração para apoiar o beneficiário final, sempre.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R(1): Achamos que houve um valor acrescentado porque em termos administrativos, apesar de não ser fácil a tramitação, acabou por haver alguma abertura para essa tramitação.

R(2): No processo administrativo, por ser um programa europeu há regras que não precisam de ser verificadas, são automaticamente verificadas.

R(1): Exatamente, estava garantida a tal verba para o próprio projeto. Isso foi uma grande vantagem. Com a autoridade de gestão sempre houve a explicação dessas regras, que vão ao encontro às regras europeias. As dimensões das empreitadas têm de cumprir estas regras.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R(1): Acho que tem respondido de forma adequada às linhas da política pública nacional, mas acho que pode ainda dar mais. Como disse, este projeto foi no terceiro aviso sobre a eficiência energética, porque no primeiro era impossível, no segundo era muito complicado e no terceiro melhorou. Houve uma adaptação da política pública à realidade das várias entidades. Houve uma tentativa de adequar o programa às necessidades.

R(2): Acredito que as coisas foram evoluindo e que as autoridades gestoras foram percebendo as dificuldades e adaptando as coisas para serem mais flexíveis. No passado tínhamos de baixar ou subir uma classe de eficiência energética. Neste caso, tínhamos de garantir que a medida era elegível se tivéssemos baixado o consumo na leitura executada. É mais acessível e mais fácil. Acho que eles vão aprendendo com as dificuldades, se bem que há regras que não podem ser contornadas.

Hyperion Renewables (AML)

Nota prévia: Este projeto que a Hyperion Renewables tem com o POSEUR está localizado em Setúbal e foi o primeiro em que participei. Ganhámos o ano passado a candidatura aos fundos do POSEUR e, neste momento, estamos a avançar no processo. O projeto ainda não está em operação, estamos na fase da contratação pública.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Eu diria que era um 4 positivo. No caso do nosso projeto, é um projeto estratégico para a própria câmara. A câmara tem-nos ajudado imenso, isto implicará a substituição por uma energia renovável, passará de gás natural para hidrogénio verde. Para além disso, na construção há bastante mão de obra a trabalhar o que também oferece muito movimento à região, daí dizer um 4 positivo.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: O nosso projeto é localizado na região de Setúbal e consiste numa central de produção de hidrogénio verde. Para produzirmos hidrogénio precisamos de eletricidade, essa eletricidade será fornecida no mesmo local por um parque fotovoltaico de 12MW, estes 12MW alimentam o hidrogénio. A ideia é depois fazer o consumo do hidrogénio através da ligação a gás natural, que é uma das streams em que o governo tem investido bastante, a questão do gás natural por hidrogénio. E há outra vertente, que será para potenciais consumidores na área que irão abastecer-se no local. Estamos a falar com algumas entidades para iniciarem esse consumo, substituindo assim produtos de combustíveis fósseis, quer sejam provenientes de hidrogénio cinzento (produzido através de outros combustíveis fósseis) ou quer seja para substituição de gás natural. Nós até já temos isso registado em diário da República.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Eu diria que é na escala máxima. Isto está completamente alinhado com a estratégia do governo e da união europeia. Tanto com a neutralidade carbónica até 2050, como com a estratégia nacional do hidrogénio que foi imitada em 2020. Este projeto está totalmente alinhado.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Até agora nada me leva a indicar que não iremos cumprir essa meta. A nossa meta é a quantidade de hidrogénio produzida por ano. No fundo, é a única meta. Nesta meta nós não podemos falhar mais de 90%, por isso é muito científico de engenharia. Aqui há sempre a incógnita da energia renovável porque ela é variável, mas tendo em conta que temos essa margem de 10%, tudo indica que cumprimos essa meta relativa à quantidade de hidrogénio.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: No nosso caso não se aplica porque nós estruturámos o nosso projeto da melhor forma a nível técnico. Acho que se a quantidade de fundos fosse maior nós teríamos capacidade para estruturar o projeto para algo maior. Tendo em conta o rácio de fundos disponíveis, uma vez que estes projetos ainda precisam de apoios porque um mercado sem apoios não pode acompanhar o nível competitivo de outras tecnologias, estruturámos da melhor forma. Se o apoio tivesse sido o dobro (p.e: em vez de 5 milhões, um apoio de 10 milhões) poderíamos estruturar o projeto para o dobro, o que aceleraria os objetivos do governo.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Neste aspeto há várias vertentes, umas correram melhor e outras correram pior. Relativamente à plataforma, em termos operacionais funciona mal. A plataforma é mesmo muito lenta e às vezes perdiam-se dados e tínhamos que voltar a fazer de novo, o que foi um ponto negativo na altura da candidatura. Em termos burocráticos, achei um pouco pesado em aspetos de documentação, quando comparado com o PRR que está menos pesado, já noto que estão a tentar desburocratizar um bocadinho. Quanto aos pontos positivos, comparados com outras entidades, nós tivemos várias dúvidas e eles (POSEUR) respondiam bastante rápido, já tivemos experiências negativas com outras entidades neste aspeto, o que acaba por depois pôr em causa os prazos de entrega.

Acho que a documentação podia ser mais clara. Dava azo a algumas dúvidas comparativamente a outras candidaturas que fizemos para outros programas de fundos europeus, que não geram tantas dúvidas. Por outro lado, tivemos várias dúvidas, mas houve a capacidade deles de responder a tempo a todas as dúvidas sem pôr em causa o processo de candidatura. Não sinto que nos tenha faltado alguma coisa para que a candidatura ficasse do lado deles. Quanto à plataforma, nesse aspeto nós defendemo-nos porque desde cedo que nos tinham alertado que poderiam haver problemas de plataforma, mas aí é uma questão técnica de velocidade da plataforma, demora mesmo muito tempo, às vezes demora 10 segundos a passar de uma página para a outra o que não faz sentido hoje em dia.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Não estamos muito por dentro de outras candidaturas de âmbito mais regional, etc. Apesar disso acho que este programa deve ser das candidaturas mais alinhadas com a estratégia europeia, sem dúvida. Acho que é das coisas que se fala mais hoje em dia, sobre a Europa ser mais independente energeticamente e sendo o hidrogénio uma dessas ferramentas, sem dúvida que está completamente alinhado este programa.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Acho que está claramente alinhado, no nosso caso, o governo lançou logo a estratégia nacional do hidrogénio e, por isso, está completamente alinhado. Acho também que o nosso projeto por si só não tem projeção suficiente para mudar a região de Setúbal, era preciso mais. Tem um impacto e dimensão relevante, mas precisaríamos de uma dimensão bastante superior, porque Setúbal é uma cidade bastante grande, para que tivéssemos uma mudança estrutural.

Associação Zero

Nota Prévia: Nós somos uma organização que se tem focado naquilo que o POSEUR faz em duas áreas que consideramos críticas, uma delas é a parte dos resíduos e a outra a conservação da natureza. Nós fazemos este acompanhamento numa lógica daquilo que é prioritário ao nível da análise. Avaliámos também um pouco dos investimentos na água, se bem que é uma área que está mais consolidada, no entanto, continuamos com números de perdas de água elevados. Ao início sentimos uma grande resistência na disponibilização dos dados para nós monitorizarmos, mas depois as coisas começaram a tornar-se mais normais e a autoridade de gestão passou a olhar para as perguntas que fazíamos de forma mais normal. Detetámos muita fricção no início. Utilizámos muito a lei de acesso aos documentos administrativos, nunca foi necessário recorrer a ação judicial porque o POSEUR depois começou a responder como manda a lei. As autoridades públicas têm muita dificuldade em ser escrutinadas. Na área do ambiente tem melhorado e acredito que demos um forte contributo para isso. No entanto, ainda há muito a fazer, há pouca transparência, os dados raramente são disponibilizados, é tudo muito a “saca-rolhas”, não há uma apropriada apresentação estatística de consulta pública. É difícil encontrar a própria arquitetura organizacional do próprio projeto.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: 1 – Impacto positivo pouco significativo.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Importante para atualizar o estatuto das espécies e elaboração das zonas especiais de conservação. Estas foram duas vitórias. Na área dos resíduos, há poucos investimentos na recolha seletiva. Há algum apoio para a modernização da reciclagem de bio resíduos e pouco mais. O resto dos fundos foi muito mal gasto.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Estes programas acrescentam muito pouco. Tirando algum investimento infraestrutural no tratamento de águas residuais ou na redução de perdas de água, apesar de achar que ainda estamos a falhar muito neste último ponto. A verdade é que o resto dos fundos é quase dinheiro jogado à rua. Não temos uma noção das muito clara. Temos alguns dados estatísticos, sabemos como estão as coisas, mas depois temos políticas públicas extremamente rígidas e mal orientadas que não permitem estabelecer as prioridades. Depois o dinheiro é gasto em coisas inúteis. No caso do POSEUR, grande parte do investimento dos resíduos é dinheiro deitado à rua. A nível da conservação da Natureza, apesar de serem só 40 milhões de euros, grande parte do dinheiro investido em questões de prioridade muito duvidosa, por exemplo campanhas de educação ambientais e painéis de sensibilização sobre espécies ameaçadas. Isto parece-me uma atitude pouco razoável da parte de quem decide. Já somos um país pobre e utilizamos muito mal o dinheiro. Há a noção que estes programas fazem a diferença em coisas muito concretas e localizadas, mas depois no conjunto (em matéria de sustentabilidade) a diferença é muito pouca. E estamos a falar de muito dinheiro.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Nós temos muitas dúvidas quanto à eficácia do programa e há gestão feita pelo ministro do ambiente. Claramente os objetivos não foram atingidos. Precisávamos de ter uma política de resíduos alinhada com a diretiva de gestão de resíduos que já sabíamos que iria ser revista. Continuamos a não ter uma boa gestão dos resíduos urbanos. Gastou-se dinheiro sem critério na maior parte dos casos. Era a primeira vez que havia dinheiro para a conservação da natureza e as coisas não correram bem na maior parte dos casos. Houve muitos floreios e “corta-fitas” que as câmaras gostam de fazer, por exemplo a educação ambiental, que depois não servem para nada. Ao nível da água, nas águas residuais houve de facto um investimento interessante e Portugal tem melhorado nos indicadores dessa área. Na parte das perdas de água e abastecimento público, se olharmos para os relatórios da FSAR vemos que não houve melhorias a esse nível. Os dados continuam catastróficos e precisamos de ser mais eficientes na forma como utilizamos este recurso devido às alterações climáticas.

O menor sucesso está relacionado com a nossa dificuldade em planear. A administração neste momento tornou-se especialista em fazer planos. As revisões de planos vieram substituir a moda das comissões. Os planos já lá estão só que ninguém os aplica. Se formos ver o plano estratégico para as águas de abastecimento e águas residuais está lá tudo o que é preciso fazer. Se olharmos para a área dos resíduos, é um pouco mais duvidoso, mas também sabemos o que fazer para melhorar as taxas de reciclagem. Estamos com taxas de reciclagem desoladoras. Na conservação da Natureza, temos uma estratégia para a conservação da natureza e biodiversidade, sabemos o que temos de fazer. Temos planos de ação para as espécies. Nós temos planeamento feito, só que depois dos interesses e opiniões dos técnicos, do pequeno poder, não existe uma coerência no que se tem de fazer e as prioridades não são bem definidas. Depois investimos em coisas inúteis e andamos a dizer que estamos atrasados.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Por exemplo, 40% dos resíduos em Portugal são bio resíduos, nós já sabíamos que tínhamos de fazer alguma coisa desde 2015, que a UE nos iria impor metas até 2023 ou 2027. Andámos a engonhar, não fizemos praticamente nada, investimos em ecopontos, tabuletas e sensibilizações ineficazes. No caso da reciclagem tem de se criar modelos mais obrigatórios. O dinheiro, nessa área, foi gasto em “fantomadas” e no incinerador dos Açores, que levou 20% do orçamento e o que faz é queimar os resíduos. 60 dos 300 milhões para resíduos foram para queimar. Agora em 2019, a secretária de estado quis criar uma nova estratégia de bio resíduos, foram elaborados novos planos, principalmente a nível municipal que serviu para captar alguns fundos, mas que nunca saíram da gaveta e não há uma política estruturada que evite que o dinheiro se desperdice. É preciso haver equipas que planeiem de acordo com as prioridades. Não vale a pena trazer fundos para Portugal porque são desbaratados, continuamos na cauda da Europa.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Nessa área houve uma grande evolução. Nos aplicativos informáticos, que facilitam o trabalho, há uma evolução que permite tratar os dados e os indicadores definidos. Foi uma grande mais-valia adotada quando avançou o POSEUR, no entanto, não sei se isso faz as coisas serem melhores. Pode fazer as pessoas perder menos tempo, mas a burocracia mantém-se. Há vários avisos, pedidos, cronogramas, exceções, não percebo porque não se pode fazer tudo informaticamente. Tudo isto devia ser gerido de backoffice. Não percebo porque é que o utilizador não faz a contratação pública no âmbito do POSEUR. Tudo isto devia ser mais agilizado, continua a ter muita burocracia.

Para além disso, está tudo muito preocupado com a execução. Não se monitoriza a seguir, deviam ser feitos mais trabalhos como o vosso. Quase projeto a projeto para encontrarmos informação que permita melhorar os próximos programas. Ninguém vai ver se as obras foram realizadas se os projetos foram concretizados.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais

R: O valor europeu existe, nós conseguimos ir ao encontro das recomendações e diretivas europeias. O problema é que não conseguimos aplicar os fundos de acordo com as orientações da EU. Bruxelas dá uma grande margem a Portugal para gastar o dinheiro como quer e bem lhe apetece e aproveitamos isso para enviar para Bruxelas umas execuções financeiras, mas Bruxelas não está minimamente preocupada para saber se o dinheiro foi bem gasto ou não. A comissão não se quer chatear com muitos dos projetos. Nós (Associação Zero) questionámos muito a comissão europeia sobre determinadas matérias e efetivamente eles não estão minimamente interessados. Há uma discussão antes sobre acordos de parceria, mas depois a comissão não quer saber se os fundos são bem aplicados ou não, remetem para os tribunais portugueses, o que eu acho caricato porque a Comissão europeia devia zelar pela legislação comunitária e pela gestão dos fundos comunitários.

É uma postura muito distante e em Portugal passa-se o mesmo, o que está para trás não interessa, estamos sempre à procura de novos programas, do que vem para a frente. Gastámos 1500 milhões de euros e ninguém sabe o que aconteceu. As taxas de reciclagem não melhoraram significativamente, as perdas de água não melhoraram, a conservação dos habitats não melhorou, na gestão de riscos temos algumas dúvidas sobre se houve melhorias nessa área. Tudo isto sabe a pouco.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Nós (Associação Zero) não acreditamos nisso. Enquanto não existir uma mudança de mentalidades na administração pública e na forma como gerem estes fundos. Muitas vezes, estes programas são construídos de cima para baixo, sem olhar para os diferentes territórios. Normalmente, o POSEUR apesar de ser um programa nacional, tem um âmbito territorial muito forte. Enquanto olharmos para os territórios e não percebermos quais as soluções que devem ser enquadradas com os municípios e as Comunidades Intermunicipais. Deve ser um planeamento acompanhado pela sociedade civil, não devemos trabalhar na lógica do cheque. Mesmo que se saiba quais são as necessidades locais, se isso esbarrar num conjunto de orientações mal definidas a nível nacional, principalmente ao nível das prioridades, as coisas não vão ter o impacto que queremos que tenham. Nem as candidaturas vão aparecer, porque depois as pessoas tentam adaptar as candidaturas e acabam por não estar de acordo com as orientações da política nacional. Há uma série de problemas na forma como gerimos os fundos, temos uma máquina administrativa muito mal preparada para pensar o poder local. Infelizmente isto já não vem de agora.

Acho que muito dificilmente vamos longe, com este programa havia muita esperança, ainda durante o governo PSD, eu estava na Quercus e acompanhei a construção do POSEUR, fizemos várias sugestões de como as coisas deviam ser pensadas. Todas essas coisas acabaram por cair em “saco roto” porque não há interesse na forma como é planeada, as autoridades de gestão e os técnicos e as suas influências, algumas pessoas que lá estão só complicam a vida às pessoas. A administração central tem esta lógica de burocracia pura que ignora o território e o problema, para além disso não gosta de escrutínio. Uma administração se for transparente não precisa de ser muito escrutinada. Era

importante ter os dados disponíveis, os indicadores sempre atualizados, não devia ser preciso andar a zero a perguntar pelos dados e à procura no site. Devia haver uma atualização trimestral dos dados quase automática. Por exemplo, ter os relatórios dos projetos era fundamental, devíamos ter acesso para perceber onde o dinheiro foi gasto, devia haver esta política em Portugal. Despeja-se o dinheiro, “distribui-se o mal pelas aldeias” e os municípios ficam contentes, as pessoas não ficam chateadas e não contribuem para a má publicidade.

A nossa (Portugal) tragédia é que a cada quadro de fundos comunitários, continuamos na mesma. Em termos de indicadores ambientais houve coisas que melhoraram, mas a generalidade das coisas continua “emperrada”, principalmente quanto ao círculo urbano de água. Na conservação da natureza não andaram bem, nem nos resíduos. Destacaria estas três áreas como as de maior dificuldade. Estamos a falar de 40 milhões para a conservação, 300 milhões para os resíduos e perto de 750 milhões para a água. 1000 milhões de euros para estas três áreas que estão no eixo 3, e eu diria que entre os 800 milhões e os 900 milhões tenham ido para o lixo. Eles vão dizer que há muitas pessoas servidas e uns quantos hectares recuperados, mas a mim parece-me um pouco “conversa”, os indicadores são tão vagos que é difícil perceber o que quer que seja. Vamos ver como vai correr o Portugal 2030, mas o que aconteceu foi com o 2020 foi uma desgraça. É uma opinião que a zero têm porque achamos que o programa podia ser melhor gerido. Eu acho que não há má vontade das equipas de gestão. Há um ambiente de gestão que não pensa o território, que não reflete. As autoridades de conservação da natureza, a agência portuguesa do ambiente ou a DGEG estão completamente dilaceradas, estão com dificuldades de funcionamento que as tornam mundos burocráticos que não conseguem agir sobre o que quer que seja. Isto também afeta o POSEUR.

Nós temos a tutela, os organismos tutelados e o POSEUR, tudo o que se gasta é decidido numa relação a 3. O governo, os organismos da administração pública relacionados com as temáticas em causa e, depois, a autoridade de gestão. Ou seja, se temos uma tutela desinteressada sem visão prioritária, com uma administração pública com muitas dificuldades, como é que podemos ter uma autoridade de gestão que aplique os fundos com eficácia? Acredito que possa haver vontade, os culpados até são mais as autoridades a nível nacional, da água, da conservação da natureza, dos resíduos, dos recursos geológicos, etc... Se eles não conseguem cumprir o seu papel é difícil que o resto funcione. A forma como está arquitetado, com instituições extremamente frágeis, fica muito difícil. Se é difícil organizarem-se sem fundos, com fundos ainda fica mais difícil.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia (Contributo obtido por escrito, via e-mail)

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Projeto CONVERTE (2017-2019) - Potencial Biomássico para Energia

O projeto teve como objetivo desenvolver uma metodologia otimizada e uniformizadora que permita determinar o melhor encaminhamento de biomassas residuais endógenas pouco exploradas ou ainda inexploradas em Portugal, para a produção de energia. Tratou-se de um estudo, cujos resultados têm potencial de aplicação em diferentes regiões de Portugal, com impacto na utilização mais eficiente de recursos, cujo grau de implementação dependerá, nomeadamente, da vontade/disponibilidade/vantagem económica dos operadores económicos envolvidos no projeto.

H2_PT (2016-2019) - Avaliação do Potencial e Impacto do Hidrogénio como Vetor Energético_ Potencial Tecnológico Nacional

O projeto teve como objetivo a identificação de barreiras tecnológicas associadas às tecnologias do hidrogénio, propostas de possíveis cadeias de valor e soluções tecnológicas para Portugal desenvolvidas tendo em consideração uma análise do estado da arte das tecnologias, dando como resultado uma seleção prioritária na base do seu desempenho e contribuição para o impacto ambiental e custo.

Projecto OffshorePlan_(2018-2020) - Planeamento do Aproveitamento das Energias Renováveis Offshore em Portugal

Este projeto teve como principal objetivo, potenciar a implementação de sistemas de aproveitamento das energias renováveis offshore na Costa Portuguesa. Para tal, este projeto foi desenvolvido tendo em conta duas fases principais - a primeira onde se caracterizou com detalhe o potencial energético do vento offshore e das ondas, e se identificaram e abordaram alguns dos principais condicionantes técnicos, económicos e sociais do desenvolvimento e disseminação das respetivas tecnologias. Na segunda fase avaliou-se o impacto técnico-económico da produção energética offshore no sistema elétrico, através da construção e modelação de cenários, tendo em conta os diversos aspetos associados ao crescimento dos consumos energéticos e à gestão do sistema elétrico com integração deste tipo de fontes renováveis, numa perspetiva de desenvolvimento de um sistema tendencialmente 100% renovável.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: O CONVERTE permitirá desenvolver uma abordagem de mapeamento e caracterização uniforme, que combina várias variáveis num único sistema com bases comparáveis, permitindo reduzir a complexidade da avaliação de custos e respetiva tomada de decisão no processo de encaminhamento destas biomassas residuais para energia.

O H2_PT é um roteiro para a investigação, desenvolvimento e inovação para o hidrogénio como vetor energético”. Avaliação do potencial e impacto do hidrogénio como vetor energético emergente em Portugal com vista a potenciar a formulação das cadeias de valor mais adequadas para Portugal e definir um roteiro para a ID&I e para a sua implementação.

CIM Alto Minho

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise?

R: Eu diria 2. O POSEUR tem umas componentes de financiamento muito ligadas à sustentabilidade ambiental e à valorização de recursos ambientais. No contexto do Norte, há tipologias de investimento no Alto Minho que foram possíveis alavancar, por exemplo na prestação de serviços, no ciclo urbano da água, nos resíduos, bio resíduos, eficiência energética, projetos de conservação da natureza ou na prevenção e gestão de riscos. Quanto à gestão e prevenção de riscos, acho que há investimentos municipais e ao nível da proteção civil que creio que são essenciais para melhorar a prestação de serviços à população, bem como também para estarmos mais preparados para fazer face aos desafios mais ambientais.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Nós na CIM Alto Minho, no âmbito do pacto para a coesão territorial, podíamos negociar a gestão direta da comunidade intermunicipal de componentes que também estavam presentes no pacto do POSEUR. Havia várias hipóteses entre a proteção civil, a gestão de riscos, o reforço de meios, o combate a incêndios rurais e urbanos. Nós decidimos trabalhar uma componente de planeamento e gestão de riscos e criámos um projeto chamado PROTEC GeoRisk, que é um projeto relacionado com a gestão de riscos à escala da paisagem. Esta CIM em conjunto com os municípios e com outras entidades como a APA, a meteorologia, o mar e a atmosfera e também com o ICNR e o ministério do ambiente conseguimos fazer um trabalho para reforçar o conhecimento de fenómenos extremos, bem como da sensorização do território para a recolha de dados meteorológicos e ambientais. No fundo, alargando a rede de estações meteorológicas e de cartografia que utilizamos para fazer uma modelação de risco no Alto Minho. Parece-me que é um projeto inovador que está, neste momento, a surtir efeito positivo nos processos de tomada de decisão dos municípios e da própria CIM nesta área. A nossa CIM, neste momento, está com alguns desafios na área da floresta, nomeadamente, na luta contra incêndios e este projeto tem permitido equipar-nos com a informação que nos é necessária para combater os desafios que nos vão surgindo, até ao nível da descentralização de competências.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Foi importante, na altura tínhamos a estratégia Alto Minho 2020, na qual identificámos alguns desafios para o território, como a resiliência, a sustentabilidade, as paisagens, a segurança do território e a competitividade territorial da mesma, devemos sempre ver estes casos numa perspetiva holística. Não é só preocupar-nos com o investimento público e privado, há aqui uma componente de qualidade de vida que é fundamental e está intimamente relacionada com a qualidade ambiental, com a capacidade do território se ajustar a desafios. Se não fosse esta oportunidade de investimento de quase 1 milhão de euros, não seria possível, ou seria muito difícil implementar projetos desta natureza, com toda a dificuldade que os municípios têm refletida também no orçamento de estado.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Penso que é sempre possível fazer mais e melhor, mas é um programa que é interessante e que faz sentido ter continuidade, seja em mecanismos mais regionalizáveis ou com mais proximidade com as

CIM. Este exemplo do POSEUR ter uma tipologia semelhante à da CIM, faz com que sejam dados caminhos interessantes para algumas temáticas, nos quais as CIM ou os próprios PO regionais poderão ter maior autonomia na gestão e alinhamento de tipologias. De forma geral, acho que os desafios que foram lançados para o programa foram cumpridos, embora haja muitas necessidades, principalmente no ciclo urbano da água ou nos resíduos onde acho que há um longo trabalho para se fazer. Provavelmente seriam tipologias do próximo quadro, o PT 2030, apesar do acordo de parceria ainda não estar fechado.

O desafio era muito este, o de ajustar as tipologias às necessidades do território e fazer este alinhamento é importante e foi conseguido com sucesso.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Penso que é sempre possível obter melhores resultados com os mesmos recursos, se formos capazes de entender os órgãos da administração pública como parceiros. Se não criarmos estruturas paralelas de análise de candidaturas, quando o conhecimento está instalado no território e as entidades são reconhecidas. Creio que faz sentido existir esta relação dos PO's temáticos com organismos intermédios. Isso melhoraria os objetivos alcançados do programa. Para dar um exemplo, a primeira candidatura que submetemos para o POSEUR no âmbito do pacto, apesar da dotação ser do território Alto Minho (aquele milhão de euros que tínhamos no pacto) teve de ser candidatado ao POSEUR por uma questão formal. Nessa altura, programámos a candidatura para quatro ou cinco anos de intervenção e explicámos que não faria sentido de outra forma porque era um processo estruturantes para o território. Investir 1 milhão de euros num projeto imaterial leva o seu tempo, as coisas têm de ser consolidadas e articuladas para atingir os objetivos que pretendíamos. Da parte da autoridade de gestão do POSEUR diziam-nos que o processo tinha de ser concluído em 2 anos porque as regras das candidaturas eram a 2 anos. Na realidade foi possível reprogramar o projeto e executá-lo no prazo que dizíamos que era necessário. Se essa flexibilidade fosse assumida desde início, não teríamos gasto recursos em justificações, reclamações ou a aguardar respostas para poder dar continuidade ao projeto. Isso cria inseguranças na própria execução do projeto, que são desnecessárias.

Nesse sentido, podemos aprender algumas lições para implementação do próprio PO temático numa tentativa de sermos mais ajustados à cabeça e não tanto durante o percurso. Já sabemos que essa articulação vai ser necessário para implementarmos o próximo programa e é fundamental para criarmos sinergias. Nós temos estruturas implantadas no território que podem dar esse apoio e contributo.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: O facto de termos uma única plataforma no caso do POSEUR, apesar de alguns temáticos como o PO do mar estarem fora da plataforma que acho que é uma coisa que deve ser revista, faz todo o sentido. Principalmente, para as autoridades gestoras de candidaturas e financiamentos. Foi bem implementado termos um acompanhamento de todos os projetos num único repositório de informação, e ser possível extrair informação da mesma forma, para alimentar os nossos sistemas internos de acompanhamento das candidaturas. Eu creio que no caso do POSEUR, esses mecanismos foram devidamente implementados, tanto no POSEUR como nos PO temáticos. A questão do lançamento de um roadmap de avisos que daria para nos prepararmos para os desafios e saber quais os momentos de candidatura e de execução, também foi bem pensado.

A própria forma do POSEUR ter implementado uma metodologia de sistema de informação geográfico, no qual o dinheiro era regionalizável ou estaria associado aos municípios também permitia um boletim

de report da execução física e financeira. Isto para perceber um bocadinho como é que os investimentos estavam a acontecer nos territórios e creio que aí as coisas funcionaram bem. Há sempre coisas a melhorar, que são próprias de quem põe a mão na massa, por exemplo temos um pedido de reprogramação pendente e enquanto isso não é possível apresentar um pedido de pagamento. Há coisas que precisam de ser alinhadas ou melhoradas. No caso do POSEUR salientava o facto de serem bastante rápidos na análise das reprogramações, com um interlocutor para cada um dos projetos. A CIM enquanto entidade promotora de projetos tinha sempre um gestor de conta associado a cada projeto, que é fundamental para colocar as questões que são necessárias. Por mais sistemas de informação que tenhamos, o facto de ser possível ter uma figura que representa o PO perante os promotores e faz a ponte com a implementação dos projetos é muito importante.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Eu diria que este programa está muito alinhado com os requisitos da política europeia, com um conjunto de papers que existem nesta temática. Até com o cumprimento de algumas diretivas/metastas que são muito ambiciosas e difíceis de cumprir face às condições externas que vivemos e que põe em causa o cumprimento dessas metas. Do que eu conheço do programa, é importante que se mantenha porque está muito alinhado com os desafios da Europa na área da eficiência dos recursos, ambiente e recursos naturais. É um sistema que faz sentido que se mantenha e que, eventualmente, evolua para uma dimensão de coesão territorial. Não tem tanto essa perspetiva de coesão, mas é importante que possa ter pois é um fundo de coesão.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Nalgumas áreas chave sim, creio que o POSEUR está bastante alinhado nas diversas áreas com os documentos e estratégias nacionais aprovadas seja no domínio das alterações climáticas, na eficiência dos recursos, da água, da defesa do ambiente e da natureza, com a estratégia da conversão da natureza e biodiversidade e mesmo com a rede Natura2000. Está bastante alinhado com isso. O facto de os projetos terem um parecer prévio pela tutela do meio ambiente ou da proteção civil facilita esse alinhamento. No entanto, existem outros projetos fora da área do POSEUR que poderiam estar mais interligados, como por exemplo: o fundo ambiental, o fundo florestal, os fundos dos transportes.

Águas do Norte

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: 4. Impacto muito significativo.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R(1): Destaco, principalmente, o aumento da população atendida tanto ao nível do abastecimento de água como ao nível do saneamento.

R(2): Sim, até seria mais ao nível do saneamento. Um aumento significativo na taxa de acessibilidade física. Refiro os 8 municípios que beneficiaram com esta parceria: Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa. Na componente de abastecimento de água, apenas estão abrangidos os 5 primeiros. Em termos de fundos comunitários, diria que a maior percentagem de aumento significativo é na vertente do saneamento.

R(1): No caso da alta, também ao nível do saneamento, são bastantes menos municípios: Lousada, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Caminha e Terras do Bouro.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R(1): Há uma grande relação de causalidade. Ainda não temos os dados contabilizados porque estamos agora a fechar o processo de encerramento das candidaturas, o que nos levará a contabilizar os resultados, nomeadamente ao nível da população servida. Não conseguimos quantificar, mas o aumento da taxa de cobertura foi exponencial. Quer ao nível da cobertura por redes de saneamento, quer ao nível do tratamento das águas residuais.

R(2): Na parte ambiental teve um contributo grande. Diminuímos os pontos de poluição, isso é uma mais-valia.

R(1): Exatamente, isso permitiu cumprir as diretivas comunitárias ao nível das águas residuais. Tínhamos uma região que em vários pontos não cumpria com a diretiva das águas residuais.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R(1): Sim, talvez mais tarde que o previsto, não na meta que está definida, pois é uma condição imposta pelo POSEUR, ainda por mais agravada pelo impacto da pandemia. No entanto, penso que tem condições de ser atingido.

R(2): Provavelmente teremos um desvio de dois anos. Mas penso que serão atingidos.

R(1): Penso que este desvio de dois anos pode ser em parte explicada pela pandemia e, também, porque a parte comercial passou a ficar um bocadinho pendente. As visitas no terreno, o bater porta-a-porta, dar a conhecer o serviço às populações. Mesmo quando batíamos à porta, as pessoas não abriam por medo.

R(2): Estamos a falar de zonas não urbanas, em que esse problema da divulgação se coloca. Nas grandes cidades, as pessoas ligam diretamente ao saneamento, mas em zonas rurais é necessário fazer todo um trabalho de sensibilização porque as pessoas normalmente têm soluções próprias. Toda a adesão das pessoas às redes de saneamento exige um trabalho de sensibilização, que ficou pendente nestes últimos dois anos de pandemia porque as pessoas não abriam a porta, não saíam de casa. Estamos a falar de uma zona predominantemente rural, porque os grandes centros urbanos já estão servidos.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R(1): Eu diria que sim. Com as candidaturas que temos em curso o problema da pandemia já não se coloca, no entanto, surgiu um novo problema com a crise que se avizinha. Ao nível da construção, todas as obras acabam por ser bastante afetadas com esta nova crise. Acaba uma e começa outra.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R(1): Sem dúvida que esses mecanismos contribuíram para a implementação do POSEUR. Nós já temos trabalhado com outros programas e a evolução foi bastante significativa.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R(1): Sim, porque no fundo estes programas são para responder a situações mais específicas, por exemplo: extensões de rede para determinadas zonas que ainda não estão servidas, incumprimentos das diretivas. Não se prendeu tanto como outros programas às grandes obras. Os outros programas, normalmente, são mais macro, este é mais micro. Permite chegar a sítios onde os outros não chegariam.

R(2): Também houve necessidade de se criar um incentivo ao investimento. Agora é importante é ramificar esse investimento para chegarmos mais longe. Este programa deu um grande contributo para isso.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R(1): Achamos que sim, sem dúvida. A mudança já se tem vindo a fazer sentir. O que é muito importante porque é uma região que não tem muitos recursos. Os municípios têm de sempre recorrer a este tipo de apoios que são essenciais para a evolução desta zona.

R(2): As pessoas estão a começar a ter consciência da importância das questões ambientais, mas o fator mais importante há de ser sempre a economia.

CIM Ave

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Tendo em conta as nossas operações, posso dizer que a nível local e regional eu daria um 4.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Nós temos a gestão integrada da floresta, que surgiu no âmbito da gestão e prevenção de fogos florestais e teve um impacto no território. A intervenção incidiu em zonas de alto risco e verificou-se mesmo uma diminuição da incidência dos fogos nas zonas intervencionadas. Num dos municípios intervencionámos ao nível da rede viária e ajudou imenso na fase do combate. Outro com grande impacto foi a IDE, a infraestrutura de dados espaciais aplicados à proteção civil é uma ferramenta de trabalho quanto à gestão e prevenção dos trabalhos da proteção civil. Adquirimos também tablets de terreno, de apoio aos vários municípios (8). Também temos uma estação meteorológica que não abrange todos os municípios, mas é muito útil para perceber as dinâmicas a nível climatérico, está localizada em Famalicão.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Sem dúvida que essa causalidade existe. Tendo em conta os projetos executados pela CIM do Ave, nós podemos afirmar que os mesmos têm um contributo relevante no domínio da sustentabilidade ambiental. Todos eles estão integrados, o objetivo principal é comum a todos eles. Todos valorizam a conservação do meio ambiente, sempre numa lógica de sustentabilidade ambiental

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Todas as nossas operações já terminaram e todos os objetivos foram atingidos. Os objetivos a que nos propusemos foram atingidos e com um grande contributo para os objetivos do PO. Eu gosto muito de trabalhar com os projetos do POSEUR, a nível técnico a clareza dos objetivos e tipologias permite-nos aplicar no terreno operações que nós vamos ver o resultado nos próximos anos. O objetivo é esse, é implementar projetos com grande impacto. Os projetos que estive a coordenar tiveram um grande impacto no terreno e gostei muito de trabalhar com a estratégia definida pelo POSEUR, principalmente pela sua clareza.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Não. A CIM do Ave não podia fazer melhor, porque já o fez com base no que nos foi dado. Conseguimos implementar o que queríamos e satisfazer as nossas necessidades. Fomos por prioridades.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Sim, ajudaram imenso. A comunicação própria tanto a nível técnico, via plataforma, ajudou imenso na articulação e resolução dos problemas. A comunicação próxima com eles foi muito útil para a implementação no terreno.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Existe um valor acrescentado. Se não tivéssemos este apoio nós não conseguiríamos implementar. Existe este valor acrescentado na implementação dos projetos, pois é devido a esses fundos que nós conseguimos implementar a política de forma eficiente. É importante que o impacto seja positivo também a nível populacional e nós vimos isso com os projetos que implementámos. Foram muito práticos e palpáveis.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Do meu ponto de vista, está a responder de forma adequada. Os nossos projetos a nível local contribuem para as políticas regionais, nacionais e europeias. Dado que a temática dos nossos objetivos é transversal a estas políticas todas. Sinto que podemos promover uma mudança efetiva na região, nós tivemos o plano das alterações climáticas em que tivemos mesmo o apoio da população. Esta articulação a nível local, estas ações, vão contribuir não só a nível local, mas tem uma abrangência maior, uma abrangência comunitária.

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Tendo em conta que em Santa Maria da Feira só houve uma única candidatura e tendo em conta o teor dessa mesma candidatura, eu diria que tivemos um impacto positivo mediano na região. Vai ser sempre um acréscimo ao que tem vindo a ser feito no território.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: O projeto de Santa Maria da Feira está relacionado com a recolha seletiva de resíduos. Tem a ver com a aquisição de um camião e de alguns equipamentos que expandam a recolha seletiva no território. É a única candidatura que temos aprovada.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: O impacto é sempre positivo. Qualquer ajuda que venha do POSEUR é sempre positiva. Qualquer medida de apoio que ajude nesta área é sempre um contributo. No entanto, não lhe consigo dizer que impacto real é que tem no território.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Neste projeto tem todas as condições de ser atingido, apesar de ser um projeto muito embrionário, muito no início, mas as metas são para se cumprirem. Sei que a SULDOURO se tem candidatado a outros projetos e sei também que alguns projetos, como a recolha porta-a-porta, sem o POSEUR não teriam sido possíveis de realizar. Sim, o impacto foi grande porque não acredito que fosse possível fazer o que existe hoje na maior parte das freguesias. A possibilidade de não ter de sair de casa para levar o meu lixo e irem à minha porta buscar, é um grande contributo para a recolha seletiva, permite-nos ter taxas quase de 100%. O objetivo, neste caso, foi altamente alcançado, não só por nós, mas pelas candidaturas da SULDOURO neste quadro comunitário específico. Tivemos experiências com o programa que lhe antecedeu na área das águas e saneamento, mas neste caso estou-me a focar na recolha de resíduos.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Nós temos-nos candidatado a tudo que tem sido possível candidatar. Se poderia ser melhor, creio que sim, qualquer que seja a temática em discussão pode ser sempre melhorada. No entanto, nós estamos muito no início, o camião foi comprado há pouco tempo por isso ainda não temos resultados práticos. Nesta fase é difícil dizer se poderíamos fazer melhor ou não. Poderíamos fazer melhor na parte administrativa, provavelmente o camião podia ter sido comprado um bocadinho há mais tempo. Isso é uma questão mais do âmbito burocrático, quanto à implementação ainda é cedo para dizer.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Pouco ajudou à implementação, mas facilitou o processo. Por exemplo, o meu trabalho passa muito por investigação no âmbito dos vários quadros comunitários, fazer pesquisa sobre o que está no mercado, é obvio que a centralização me facilitou o trabalho. Poder aceder a uma plataforma única para obter informação e ter acesso às candidaturas, sem dúvida que é uma mais-valia tremenda. Com uma ressalva, isto acontece no FEDER e Fundo de Coesão, porque se entrarmos no Fundo Social Europeu a coisa já descalabra. Agora, se isso tem impacto na concretização das medidas, diria que não. Nós candidatamo-nos ao que é possível, se tivesse distribuído por várias plataformas acredito que teríamos agido da mesma forma quanto às candidaturas. Na parte da implementação concreta dos fundos, diria que não. Agora, sem dúvida que facilitou o processo.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: A sensação com que fiquei é que, neste quadro comunitário, as medidas eram muito focadas em áreas. Mais do que noutros anos, havia medidas específicas para zonas específicas. Havia avisos concretos para situações concretas. Se isso significa que chegou a zonas que não chegou anteriormente devido a essa grande dimensão do POSEUR, talvez. Eles têm muitos avisos para zonas de baixa densidade populacional e aí sim, ao dar prioridade a essas áreas chegou lá com sucesso. Se todos concorremos de igual forma, é obvio que um município com mais capacidade pode ir à frente dos outros, no entanto, ao abrir avisos para esses territórios de baixa densidade o POSEUR consegue chegar a esses territórios que outros programas se calhar não conseguiam. Obrigatoriamente tem de ir ao encontro das diretivas europeias, se não fosse os projetos não poderiam ser aprovados. Claro que tudo o que é feito tem de cumprir com as diretivas, agora se isso melhorou a implementação – aí já não consigo encontrar uma causa-efeito.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Acredito que esteja alinhado e a responder de forma adequada às prioridades da política pública nacional. Relativamente a Santa Maria da Feira seguramente que não. Os avisos foram muito direcionados, só tivemos oportunidade de nos candidatar duas ou três vezes, e por isso só tivemos um projeto aprovado no concelho. Nós temos uma grande necessidade de otimizar a nossa rede de ciclo urbano da água, tudo o que é saneamento e água, só que os avisos ligados a essa parte foram sempre muito específicos o que não nos permitiu candidatar porque não cumpríamos os requisitos. Para nós, foi muito difícil entrar no POSEUR em termos de candidaturas porque os fundos que eles tinham eram muito direcionados para áreas de baixa densidade, o que não é o nosso caso de todo. Por exemplo, quando abrem uma candidatura específica para um passivo ambiental qualquer, é obvio que não nos podíamos candidatar. Muitos dos outros avisos tinham regras tão específicas que no nosso caso, o POSEUR pouco contribui para o cumprimento destas metas. Nós temos nos candidatado para mais projetos do fundo ambiental, pequenos projetos do fundo ambiental, do que medidas do POSEUR. Por isso, para nós, não tem contribuído de todo.

CIM Cávado

Nota prévia: A CIM Cávado tem uma contratualização pequena com o POSEUR. Á semelhança do que aconteceu com a maioria das CIM do Norte. Em questões de saneamento, resíduos, círculo urbano da água está fora da contratualização connosco. Nós temos um pequeno bolo que contratualizamos com o POSEUR, o que significa que fica no pacto. O dinheiro é nosso a priori, nós não vamos concorrer para o adquirir. Tivemos um projeto que não estava contratualizado, para o qual nos foi disponibilizado 15000 euros e, apesar de ser pouco, foi muito útil para os municípios comprarem equipamentos para combater a invasão da vespa asiática.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R(1): De um modo geral, o impacto é positivo, mas baixo (1). Não é negativo, é bastante positivo, mas pequeno.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R(1): Realço dois projetos em Esposende: um, de proteção contra a erosão costeira e outro relacionado com a construção de um canal de mitigação de cheias na cidade. Esses dois projetos foram grandes e muito positivos no território. São os maiores projetos na região fora do âmbito do círculo da água e dos resíduos. Foi um projeto com verdadeiro impacto.

R(1): Houve o enchimento de algumas praias, como por exemplo, a praia de São Bartolomeu, algumas intervenções para reposição da costa. Há um impacto baixo de círculo urbano da água em zonas de baixa densidade populacional. No município de Terras de Bouro, há algumas queixas quanto aos critérios dos avisos, pois valorizam muito o número de beneficiários, ou seja, com esse modelo dificilmente se “desencrava” um território com pouca população. É um discurso recorrente da parte das Terras de Bouro, que defende que os anúncios do círculo urbano da água dificultam o processo para fechar o ciclo da água às populações de territórios isolados, exatamente porque não têm população suficiente. Eles pedem que em próximos programas que sejam analisadas as necessidades de aldeias com pouca população que nunca conseguirão ver as suas candidaturas aceites caso continue a ser esse o critério.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R(1): O POSEUR toca em pontos essenciais da sustentabilidade. Quer no âmbito dos resíduos, quer no ciclo urbano da água, quer na proteção do litoral. Coisas bastante importantes. No nosso território, temos espaços que beneficiam pouco por escassez de população. Diria que Braga e Barcelos também não beneficiaram muito, se bem que Braga tem agora a ETAR de Frossos que traz benefícios à região. No ciclo urbano da água, os territórios urbanos já tinham estas infraestruturas fechadas mesmo antes do programa. Temos um grande beneficiário para mim que é Esposende. A questão das alterações climáticas teve lá uns projetos interessantes. Em Vila Verde também há uma ETAR.

R(1): Para além disso, a beneficiação ambiental aqui no Norte deve-se mais ao PO Norte do que ao POSEUR. Temos uma ecovia em construção, mas já não está englobado no POSEUR. A valorização ambiental não circunscreve ao POSEUR. Também confesso que há atividades do POSEUR em que o beneficiário é o ICENF ou a APA, na zona do Gerês por exemplo, dos quais não tenho conhecimento detalhado dos resultados. Seguramente, no Parque Natural do Gerês tem muita coisa.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R(1): Parcialmente sim. Terras de Bouro não foi resolvido ainda. Eu entendo que o POSEUR tem de fazer programas onde eles têm mais impacto, mas a métrica de análise de número de população tem de ser atualizada. No ciclo urbano da água, o feedback que temos dos municípios é que a satisfação não é total. Sei que em Braga a questão foi diferente, tinham um problema numa ETAR que o POSEUR cobriu. Existem coisas ainda não totalmente resolvidas.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R (1): A nossa relação com o POSEUR não é suficientemente grande para conseguir responder a esta questão com total conhecimento e sinceridade.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R(1): O sistema de informação funciona. Desde o início do programa, que o programa teve toda a informação digitalizada.

R(2): Comparando com outros programas anteriores, está um passo á frente.

R(1): Comparado com o POVT anterior, a digitalização aconteceu. Toda a gestão da candidatura é feita em sistema de informação.

R(1): Há uma questão que é da desburocratização. Claro que quando somos beneficiários queremos menos, quando somos uma autoridade intermédia às vezes custa-nos aprovar sem ver os papelinhos todos. Há um equilíbrio entre os requisitos da comissão europeia e a nossa ideia de desburocratização. Esse equilíbrio ainda não está solido. Vou-lhe dar um exemplo: No Norte 2020 só agora nos dizem que não é necessária uma declaração de não dívida à segurança social, ou seja, a administração não deve pedir isso, porque a administração tem isso. Mas isso não é líquido em todos os programas, porque nos estão sempre a pedir isso noutros programas. Estamos ainda a tentar encontrar um balanço a nível nacional entre a desburocratização e os requisitos da união europeia. Sente-se que ainda estamos instáveis entre programas e entre avisos.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R(1): Parcialmente houve um valor acrescentado europeu. As metas e yearmarks europeias depois refletem-se nos programas. Ou seja, se eles colocam metas mínimas nas prioridades de investimento em objetivos temáticos depois resultam nisto. Uma prioridade clara é a da energia e da tentativa de descarbonização. A EU impõe valores e depois nós vemo-los aqui. Há claramente uma perspetiva europeia de atingir metas que, felizmente, nos são impostas. Às vezes o discurso em Portugal não é exatamente o mesmo. Vou-lhe dar um exemplo: Todos os dias ouvimos falar de reduzir as rodovias e sustentabilidade ambiental. Acaba por não fazer sentido porque se não existissem metas europeias, o nosso país era pouco ambicioso em matéria de sustentabilidade.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R(1): Na minha opinião, a política pública nacional é que se orienta pelos programas e os respetivos objetivos temáticos. Claramente, o discurso político vai por onde houver dinheiro. Há uma coincidência nos objetivos, mas quem a define é mais Bruxelas. Quando se fala de digitalização, por exemplo, é porque alguém nos obrigou a tomar medidas. Portanto, sim o discurso político está alinhado com o programa porque há o dinheiro dos programas. Se não fossem os fundos europeus não havia dinheiro. O discurso vai à procura donde está o dinheiro, ao invés de ser o programa a adaptar-se ao discurso nacional.

R(1): O POSEUR não tem uma presença grande na CIM Cávado. São pouco mais de 1 milhão de euros contratualizados. Depois tivemos uns projetos no âmbito do POSEUR, mas de baixo valor. Se nos fala de impacto para mudar de forma substancial, eu diria que foi positivo, mas não de forma substancial. Nos municípios teve maior presença.

R(2): Sim, contribuiu, mas não de forma totalmente autonomizada. É sempre um passo, mas não deixa de ser uma migalha num processo de mudança. Exige valores e escalas diferentes.

R(1): No POSEUR, se nós retirássemos os resíduos, o círculo urbano da água e a proteção do litoral ficávamos com pouco, muito pouco. A questão da sustentabilidade precisa de muito mais. Há outros programas que tocaram neste ponto e no património natural, mas a nível municipal não houve muito a promoção ambiental, houve mais investimento a nível das infraestruturas municipais, muito ligado às grandes obras. O que se calhar é bom porque ainda faltam infraestruturas, mas está muito orientado para isso. A intervenção do POSEUR é positiva, no entanto, não tem o valor de investimento que nós gostaríamos.

R(2): A conclusão é que o investimento do POSEUR tanto no Cávado como na região norte, tem que ser diferente, tem que ser reforçada para que os impactos sejam diferentes. Por vezes, a escala de intervenção das operações faz a diferença. Nem sempre têm de ser os municípios ou as CIM a fazer, podem ser também os agentes no terreno a melhorar estas questões ambientais.

CIM REGIÃO DE COIMBRA

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Para não ser demasiado otimista daria no mínimo 3. Basta ter em conta que os FEI representam mais de 90% do investimento público em Portugal para perceber o impacto que os fundos têm. Se não houvesse fundos não dá para imaginar qual era o resultado. O conjunto das intervenções são altamente benéficas para o desenvolvimento da região.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Não gerimos propriamente os projetos. Temos alguns projetos com o POSEUR, como por exemplo o projeto de videovigilância em Viseu Dão Lafões, conservação de espécies exóticas, planos de risco, plano intermunicipal de adaptações às alterações climáticas, a prevenção da vespa velutina, demonstrações na área das alterações climáticas, mas não gerimos intervenções municipais. Com intervenções municipais quero dizer o ciclo urbano da água, intervenções muito significativas na regularização das margens do Mondego, as intervenções todas na costa litoral quer pelo município quer pela APA. As situações que falei são as mais significativas.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Naturalmente que existe uma causalidade. Basta olhar para os relatórios de cobertura do círculo urbano da água na região para perceber que o POSEUR, o POVT e o QCA foram indispensáveis para fazer esta melhoria ambiental e o desenvolvimento da região e do país. Podia dar mais exemplos como a questão dos passivos ambientais, a proteção costeira ou o investimento massivo na área da prevenção de incêndios são todos exemplos muito significativos apesar de ainda haver caminho para percorrer.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: A resposta é sim. No entanto, não vamos ignorar as alterações climáticas por isso os objetivos são um trabalho inacabado. Assim como contribuir para a melhoria da qualidade da água, contribuir para a melhoria dos passivos ambientais, esse tipo de questões nunca acaba. Há vários fatores explicativos para o sucesso da região centro, o principal é o alinhamento das políticas e investimentos promovidos pelo POSEUR com as necessidades do território.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: É sempre possível fazer melhor, há sempre espaço para melhoria, no entanto globalmente o resultado é satisfatório.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Contribuíram sim, no entanto houve um aspeto que ficou aquém do esperado. No início do quadro as CIM's contratualizaram com os POs regionais pactos para o desenvolvimento e coesão. No fundo são projetos alinhados com as medidas do fundo de coesão europeu para concretização dos investimentos prioritários. Neste pacote contratualizado também entraram alguns projetos financiados pelo POSEUR numa tentativa de contratualizar projetos no PO centro e nos restantes PO nacionais. Esse foi um processo que começou bem e depois foi interrompido. Houve apenas uma contratualização de alguns projetos iniciais, na ordem das poucas centenas de milhares de euros, que devia ter sido aprofundado e não foi. Depois entrámos numa lógica clássica de competitividade, não tenho nada contra a competitividade, o que nos levou a ter menos previsibilidade e a planear pior os investimentos. Muito deste atraso do POSEUR podia ter sido evitado se tivesse havido um reforço da contratualização inicial dos projetos POSEUR. Dou um exemplo do projeto de videovigilância em Viseu Dão Lafões que está neste momento na fase final, mas estamos em 2022. Se isto tivesse sido contratualizado com a CIM em 2015, atualmente já estaria concluído. Já tinha provido efeitos, já tinha contado para a execução do POSEUR e já estava ao serviço das populações e da prevenção de incêndios. Para os próximos quadros era importante reforçar estes mecanismos contratuais com os PO's nacionais.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: É inequívoco. Temos de reforçar a comunicação e divulgação desses fatores. Aliás, nós até fizemos uma candidatura agora para agência de desenvolvimento e coesão, que teve um aviso aberto para projetos financiados, e a nossa candidatura baseou-se nessa premissa da necessidade de reforço da comunicação. O cidadão comum não tem noção que no dia-a-dia tem contacto com projetos que foram financiados e os fundos europeus impactam o seu dia-a-dia, seja pela água que bebe em casa, pelo tratamento das águas residuais na sua habitação, quando leva os filhos à escola, quando vai ao centro de saúde, quando consome cultura, quanto à prevenção de incêndios, ao apoio às pequenas e médias empresas, etc. Cria-se um ecossistema de valor que é proveniente de apoios comunitários e o cidadão comum não tem essa noção.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Tem respondido de forma positiva e tem contribuído para uma mudança efetiva, com algumas ressalvas. Tem contribuído, tal como o POVT, para responder a muitos desafios que a região enfrenta, mas há campo para a otimização de processos, nomeadamente na área da contratualização inicial que é a que melhor pode responder a uma utilização mais eficiente de recursos.

Nota final: Reforçar a importância deste tipo de trabalhos para sublinhar o papel dos fundos comunitários no nosso país. Quando digo divulgar, temos de ter precaução na divulgação porque não pode ficar a imagem que somos subsídio-dependentes e que estamos de mão estendida à Europa para nos ajudar. Temos de conseguir comunicar que todos os cidadãos são parte da Europa e essa integração, para além do sentimento de pertença, tem a vertente de coesão e desenvolvimento essencial para o nosso futuro.

APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior

Nota prévia: A APIN é uma empresa que tem como objetivos principais o abastecimento, o saneamento e a recolha de resíduos urbanos. É uma empresa constituída em julho de 2019 por onze municípios, parte da CIM de Leiria, parte da CIM de Coimbra. Esses municípios decidiram face às vicissitudes legais e por serem municípios de pequena dimensão (exceto a Lousã), portanto não conseguiam sozinhos fazer candidaturas ao POSEUR. Não conseguiam suportar parte dos custos das faturas de água e saneamento junto dos seus munícipes. O próprio ERSAR predispõe que o custo destes serviços seja refletido na fatura do consumidor. Havia várias razões para constituírem e delegarem estes serviços numa empresa. É constituída unicamente por capitais públicos. A contribuição também é diferente dependendo das particularidades de cada município.

Começámos a trabalhar no terreno em janeiro de 2020 com extremo apoio por parte dos municípios, a nível de funcionários, meios e viaturas. O município de Penela era o representante dos 11 municípios antes da constituição da APIN. Desde 2017, que a APIN está a ser pensada. Mesmo antes disso já tinha servido o aviso 12-2017 do POSEUR que possibilitava entidades aglomeradas a concorrerem ao aviso. O acelerar da constituição da empresa deu-se exatamente para podermos elaborar candidaturas a este aviso. As candidaturas que temos são empreitadas muito volumosas a nível de execução e dotação. Portanto, foram 50 e tal candidaturas ainda com Penela como o coordenador destas candidaturas. Das 50 e tal candidaturas conseguimos aprovar 22, abrangendo todos os municípios. Temos execuções muito diversas na APIN, porque 11 municípios são muito dispares entre eles. Não estão a ser executadas como gostaríamos, mas isso vem muito da pandemia. Nós temos candidaturas que já lançámos 3 e 4 vezes e nunca conseguimos concorrentes. Com estas vicissitudes todas teve de haver umas adaptações de projetos e montantes. Continua a ser difícilimo de lançar empreitadas no terreno porque não está fácil para ninguém. A matéria-prima está caríssima, eles não conseguem obedecer aos preços que propomos. Não tem sido fácil para ninguém, nem para os engenheiros, nem para os empreiteiros.

O POSEUR tem sido sensível a estas questões porque são transversais ao país. Mas temos de compreender que eles também têm objetivos a cumprir e não podem abrir demasiado o jogo. Temos feito readaptações das nossas candidaturas e vamos caminhando.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Na alínea A, B e C colocava zero porque todas as nossas candidaturas estão dentro da alínea D e E. Na alínea D colocaria 3 e na eficiência dos recursos colocava 4.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: A candidatura da eficiência hídrica. Nós estamos a falar no âmbito das 37 candidaturas de um investimento total de cerca de 35 milhões (POSEUR, APIN e municípios). Do qual o investimento máximo elegível ultrapassou os 25 milhões. Exceto esta candidatura de que vou falar que está a ser financiada pelo POSEUR na casa dos 53%, todas as outras têm uma comparticipação de 85%. Ou seja, do fundo de coesão nós temos cerca de 20 milhões. Desses 20 milhões, 1 milhão e 700 mil é de eficiência hídrica. Até porque as outras candidaturas estão muito dispersas por cada um dos municípios. Este da eficiência hídrica é a que mais impacto tem, é a mais significativa, porque esta é transversal a todos os 11 municípios. Isto tem a ver com a monitorização de perdas de água. Estes 5 milhões de investimento que a APIN está a fazer levará a uma redução das perdas de águas e, consequentemente, também baixará a fatura de cada cliente. Isto é um impacto social enorme.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: No caso da APIN é bastante significativa. Os municípios não têm capacidade de fazer o investimento qualquer que seja. Eles já suportavam parte da fatura e, portanto, não há hipótese, mesmo para os que têm mais algum dinheiro. Isso só é possível através do investimento do POSEUR e dos apoios comunitários é que se pode fazer esta melhoria dos serviços à população. A responsabilidade do PO é enorme porque sem ele não seríamos capazes de fazer este tipo de investimento.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Estão a tentar ser alcançados. Nós somos muito recentes, temos equipas que, apesar da experiência, têm de aprender a trabalhar em conjunto. Não é fácil pegar numa empresa desta dimensão e metê-la a funcionar. Eu estou na área financeira, desde programas informáticos, métodos de trabalho e tudo o resto, estavam aqui só meia dúzia de pessoas, o que para 11 municípios era impossível. Tivemos um aumento exponencial do número de funcionários, o crescimento num ano. A empresa absorver tudo deste a infraestrutura até ao know-how de cada município, foi um ano difícil em todas as vertentes. Agora queremos cumprir tanto os objetivos do POSEUR como os nossos próprios. Não estamos onde gostaríamos de estar, mas agora estamos mais preparados. Sabemos onde queremos estar. Acho que têm condições de ser atingidos.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Vou lhe dar um exemplo, nós temos uma frota herdada pelos municípios, com tudo o que isso acarreta. Saiu agora um aviso para os limpas fossas, foi impecável, mas devia haver mais. Por exemplo, os carros do lixo estão um pouco degradados, é um serviço imprescindível à população. Se houvesse um ou outro que não fosse tão demorado a executar, nomeadamente a aquisição de bens, se nos permitissem usufruir mais do quadro comunitário em projetos que fossem fáceis de executar tanto para nós como para a auditoria do POSEUR. Permitir-nos-ia usufruir de alguns equipamentos que nós na APIN sentimos falta.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Esta pergunta faz uma comparação com períodos anteriores e não me sinto à vontade para responder porque como sou da área financeira não tenho bases sólidas para poder responder.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Eu não posso comparar com outros quadros comunitários porque nós somos recentes e não usufruímos deles. Nós temos o valor acrescentado, tal como disse há bocadinho, porque sem os apoios do POSEUR não conseguiríamos implementar nada do que estamos a implementar no terreno. Consequentemente, beneficiamos as populações.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: A política pública nacional e internacional estão alinhadas na questão ambiental e na maximização dos recursos. Há sempre possibilidade de fazer mais, há sempre alguma coisa que desvia um bocadinho. Esta questão ambiental virou moda e os decisores políticos perceberam que o caminho é por aí nas várias vertentes que falei. Depois claro que há coisas que os decisores políticos não conseguem controlar, mas, de modo geral, acho que está tudo alinhado. Umas coisas levam a outras, acho que é natural.

INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede (NUT 2 - Centro)

Nota prévia: Poderei dar o contributo principalmente sobre a questão da água – água para consumo humano e águas residuais. Também posso falar sobre a questão dos resíduos e sobre a energia, que está intimamente ligada também com a produção de água e com o tratamento dos esgotos.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: O POSEUR tem alguns objetivos temáticos e nós quando tentamos fazer o enquadramento das nossas atividades nestes objetivos é, principalmente, para a proteção do ambiente e para a utilização eficiente dos recursos. Há uma série de questões que nos ultrapassam, de ordem ambiental, como empresa municipal as questões dos incêndios ultrapassam-nos, por isso não consigo dizer o que estão a fazer nessa área e com que apoios para atacar este problema. Agora para falar do que sei, na questão do círculo urbano da água e na questão dos resíduos que são as áreas que esta empresa municipal tem sob a sua competência, diria que o POSEUR tem sido uma ferramenta importante. Portanto, diria que tem impactos positivos muito significativos (4) ou positivos significativos (3).

1.2 Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

Digo isto porque, apesar de estarem definidas metas muito exigentes e ambiciosas, tenho notado que a nossa empresa municipal e outras empresas municipais têm recorrido em grande escala aos apoios do POSEUR para resolver os seus problemas. Isto porque na questão da taxa de atendimento de água, que não está só relacionado com o POSEUR, tem também a ver com os programas operacionais anteriores, neste momento temos taxas de abastecimento à população que se aproximam dos 100% no abastecimento de água. Isto foi possível devido a este tipo de programas. Quem não tinha esta possibilidade, teve-a agora com o POSEUR. Quem já tinha esta possibilidade teve com o POSEUR a possibilidade de fazer reabilitação dos seus sistemas de água, contribuindo para a eficiência de recursos, reduzindo as perdas de água. Estes são objetivos, não só as taxas de abastecimento de água como a redução das perdas. Nós temos a nível nacional cerca de 40% de perdas de água, o que é muito significativo. Em Cantanhede estamos agora em cerca de 29%, porque fizemos uma série de investimentos apoiados pelo POSEUR que permitiu chegar a este patamar, ou seja, isto tem sido possível devido a este tipo de financiamentos. Agora, há muita coisa por fazer porque 29% ainda é muito.

Na questão dos resíduos, há uma série de medidas no POSEUR para nós reduzirmos a quantidade de resíduos que colocamos em aterro, ou invertermos a produção de resíduos que vão para aterro, tendo menos desse tipo de resíduos indiferenciados e tendo mais resíduos para valorização e reciclagem. O que tem sido possível com base nestes financiamentos tipo POSEUR. O POSEUR tem avançado de forma muito positiva nos últimos anos e julgo que nos próximos anos os programas continuarão a seguir esta linha. Face ao estado em que o país, a região e este município se apresenta neste tipo de matérias, diria que o impacto é muito significativo.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: É colocar o serviço à população num patamar elevado. Continuo a centrar-me nestas três áreas: água, saneamento e resíduos, no contexto do serviço e da qualidade do serviço. Também na relação entre a qualidade e o preço que é muito importante. Nós estamos a tratar de bens essenciais e estamos a fornecê-los a um custo baixo comparado com outro tipo de serviços, seja energia, comunicações, etc... Portanto, esta questão da causalidade é precisamente isso, termos proporcionado à população

um serviço de abastecimento entre os 95 e os 100% dependendo das áreas, com qualidade, é tudo água segura. O saneamento é tratado com descargas e a água depois de tratada cumpre todos os parâmetros que são exigidos. A questão dos resíduos temos os espaços urbanos sempre isentos de qualquer tipo de resíduo, seja através de recolha porta-a-porta seja através de contentores. Este nível de serviço evoluiu bastante com base nesses apoios. Se não fossem esses apoios estaríamos a pagar um valor bastante superior àquele que estamos a pagar. Estamos agora a entrar numa fase que é associar a este tipo de cobertura, que já está efetuada, as infraestruturas de forma mais segura, resiliente e com menos perdas. Isto quer dizer que temos de perder menos água, reduzir nos resíduos e gastar menos energia na realização destes serviços. Tudo isto é um conjunto muito complexo de iniciativas que são apoiadas com base no POSEUR e que têm um efeito muito significativo junto da população.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Estão a ser atingidos, nalguns casos não estão com a rapidez que era desejável. Nós também pretendemos que a população nos acompanhe a uma velocidade que o tecido social não consegue por vezes. Posso lhe dar o exemplo, se há 20 anos não tínhamos sistemas de distribuição de água ou não tínhamos tratamento de esgotos, vamos pôr a hipótese de que tínhamos cerca de 50% de ambos, estamos a falar de uma geração da população que está viva e que tinha meios de resposta às suas necessidades diferentes. Ou seja, não tinha águas de redes públicas, tinha águas dos furos e dos poços. Não tinha redes de saneamento, tinha fossas e outros sistemas. Isso leva algum tempo, quer a moldar a mentalidade das pessoas quer depois a que elas se liguem aos nossos sistemas. Quando avançamos para a questão dos resíduos é a mesma coisa. Nós dizemos que queremos que as pessoas reciclem cada vez mais, mas isso às vezes leva uma geração a adaptar-se a estas novas realidades. Essa é uma das primeiras dificuldades, as coisas levam tempo porque o tecido social tem de responder e às vezes não responde na velocidade que pretendemos.

Atualmente, alguns objetivos não estão a ser conseguidos porque a estrutura empresarial não responde. Isto é outra matéria, muito mais recente. Espero que seja pontual, mas nós temos candidaturas feitas, obras por fazer e o mercado não dá resposta. Temos aqui um investimento que está candidatado, que está financiado pelo POSEUR, tem um prazo de execução de dois anos e nós andamos a tentar implementá-lo no terreno há dois anos, mas as empresas não têm capacidade de resposta, o que se está a agravar muito agora. Há falta de mão de obra, preços continuamente a subir, contratos que não são ultimados ou iniciados porque os preços foram dados e agora as empresas não conseguem cumprir. Isto tem sido uma cadência de problemas, há alguns anos foi a crise que fazia com que as empresas não se agentassem financeiramente e depois não respondiam em termos de contractos. São aquelas dificuldades ao nosso sistema de empresas que não responde. Podemos querer investir os 25 mil milhões de euros do programa, mas o mercado tem de dar resposta para investirmos. Se o mercado não der resposta, pode haver muito boas intenções de investir todo este volume financeiro e não conseguimos fazê-lo nos prazos que estão anunciados.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Há sempre a possibilidade de obter melhores resultados e de forma mais rápida. Sendo mais rápida, já são melhores. Haveria sempre essa possibilidade se o mercado desse resposta porque estruturalmente e tecnicamente as empresas municipais prepararam-se. Isto não vem dum quadro comunitário que começou ontem. Vem de vários quadros comunitários que exigiram esta preparação técnica, as estruturas estão preparadas para lançar os investimentos, acompanhá-los e fiscalizá-los no terreno. Nesse ponto de vista não há muitas dúvidas. As empresas, como resultado de tudo aquilo que têm vindo a acontecer, devido à crise financeira de 2011-2014 e outros problemas tais como a escassez

de mão de obra, esse tipo de problemas é que não permite atingir os objetivos. É sempre possível fazer melhor, mas isso às vezes não depende nem duma nem doutra parte, depende do momento do país ou da sociedade que não permite responder nos timings que estão previstos. Por isso é que nós temos assistido sempre no âmbito dos quadros de apoio a uma coisa que é o overbooking no final do quadro comunitário, ou seja, vamos agora redistribuir as verbas e ver o que se consegue fazer porque houve coisas que não se conseguiram resolver. O resultado é que não houve uma capacidade de resposta eficaz para aquilo que estava previsto. Evidentemente que isso atrasa os programas e, respondendo à pergunta, há sempre a possibilidade de fazer melhor.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Eu sinceramente não sinto que a execução do POSEUR tenha tido algum problema. Eles são muito rápidos, muito ágeis, muito bem geridos, têm uma estrutura muito competente tecnicamente, muito consolidada. Sob esse ponto de vista, se há mecanismos inovadores que vêm agilizar ainda mais os procedimentos, ainda bem que assim seja. Estou a falar por abstrato, mas quero salientar que o POSEUR tem sido muito bem gerido e tem tido uma capacidade de resposta que nós, deste lado, é que não conseguimos acompanhar.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Isto quando é traçado numa lógica europeia de aproximação dos países aos níveis mais evoluídos, é natural que isso traga um nível mais exigente para os países com menos desenvolvimento como é o nosso caso. Quando estamos a ser confrontados com programas operacionais que tendem a aproximar-nos com os níveis de desenvolvimento da Europa central, é evidente que isto traz níveis de exigências maiores. Isto para dizer que este valor europeu é uma mais valia e é uma forma exigente de chegarmos a metas que não seriam possíveis doutra forma. Para a nossa estrutura económica, para o poder de compra e para a evolução social que tivemos nesse aspeto, não seria possível ter níveis de serviços que o POSEUR e os programas operacionais apontam. Para lhe dar um exemplo, na questão dos resíduos nós não teríamos possibilidade de ter um serviço como temos, neste momento temos aterros sanitários e estações de tratamento biológico que estão ao nível do melhor que se faz na Europa. Ao preço que nós, cidadãos comuns, pagamos na nossa fatura não seria possível se não fossem os programas operacionais. Portanto, sim sem dúvida nenhuma. Só lá chegamos devido ao alto nível de exigente que a comunidade europeia coloca nos seus fundos comunitários.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Com toda a certeza. Quem está a elaborar estes programas sabe o que está a fazer. O nível de exigência colocado nos programas é alto e com toda a certeza que a perspetiva é promover uma mudança efetiva. A nível nacional, regional e local temos, com estes programas, todas as condições para melhorarmos em termos de desenvolvimento e adaptação. O que está neste caso em causa é a sustentabilidade ambiental e quando falamos da eficiência na utilização dos recursos, que é o que nos toca mais, não tenho dúvida que se conseguirmos cumprir os objetivos poderemos ficar bem colocados a nível regional e nacional.

O reflexo destas medidas podemos ver na avaliação que a entidade avaliadora faz. Nós prestamos serviços que são regulados. Foi agora publicado um ranking nacional de como as coisas estão a funcionar, e nesse ranking pode ver que a INOVA está nos primeiros lugares na relação qualidade-serviço-preço, está na página da ERSAR. Por aí podemos verificar que a evolução deste tipo de serviços tem sido bem sucedida e tem muito a ver com os fundos comunitários que são aplicados nesta matéria.

CIM Beira Baixa

Nota prévia: A CIM da Beira Baixa no âmbito do POSEUR tinha uma dotação de 255 mil euros de FEDER e apenas uma medida prevista no pacto. Eu penso que para um programa com uma abrangência tão grande em termos de intervenções na vertente ambiental, esta dotação foi muito pouco distribuída pelas comunidades intermunicipais do país. Foi claramente insuficiente ao nível do pacto. Ao longo dos anos, ao nível do POSEUR temos apenas três projetos, 1 pertence ao pacto que foi a instalação do sistema de apoio à decisão, que resultou na instalação das câmaras de videovigilância de apoio aos fogos florestais. Temos agora, mais recentemente o apoio para a produção do plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas e também o combate à vespa velutina que está no início. De resto, a nossa experiência com o POSEUR é, infelizmente, muito reduzida. Talvez nós pudéssemos ter outra experiência, tem muito a ver com o funcionamento da comunidade intermunicipal também, mas a verdade é que sobretudo ao nível do pacto o POSEUR ficou muito aquém das expectativas. O projeto do pacto ficou mais caro do que aquilo que estávamos a prever e também aproveitámos a oportunidade para em vez de instalarmos apenas 7 câmaras de videovigilância, fizemos uma alteração para cobrir cerca de 80% do território com videovigilância. Isto fez com que o projeto fosse maior e o POSEUR sempre se mostrou muito pouco recetivo para reforçar essa verba. Estamos a falar de um reforço de verba FEDER de 100 e poucos mil euros. Quando depois foi abrir avisos específicos para CIMs que mais tarde verificaram isso e quando temos problemas de execução, não recuperar pedidos anteriores parece-me pouco justo.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Eu só posso falar na perspetiva da CIM, os municípios têm as suas experiências com o POSEUR e sei que têm dado resposta a necessidades muito específicas dos municípios. Eu não posso classificar a intervenção do POSEUR de forma negativa. Independentemente do que disse há pouco, parece-me um 3. Nós tínhamos uma percentagem de 41% de cobertura porque já tínhamos algumas câmaras instaladas e conseguimos fazer a cobertura agora de 785 do território. Mesmo assim estamos só a ir buscar as zonas de mais difícil visualização, por isso é que a cobertura é só perto de 80% porque nos preocupámos com as zonas de maior risco de incêndio e com uma orografia mais difícil. Por isso mesmo as taxas de visualização das câmaras não são maiores. Só não digo que foram impactos positivos muito significativos (4) porque teríamos de ter maior experiência com o POSEUR para dizer que era muito significativo.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Do ponto de vista do projeto quero destacar o plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas que é um instrumento fundamental para os territórios. O procedimento de candidatura é muito simples, é elaborar o plano, a importância está em ter este documento e na oportunidade de trabalharmos com o apoio comunitário e, nesse caso, o POSEUR deu-nos a disponibilidade de podermos ter este instrumento já com este incentivo. Quanto à vespa velutina parece-me que o apoio é fundamental, veio foi tarde. Infelizmente, o avanço da vespa velutina tem sido grande e acho que já o deveríamos ter combatido há dois anos, pelo menos para servir de tampão ao impacto da vespa nalgumas regiões da Beira Baixa. Eu destacaria pela importância da nossa experiência o projeto da videovigilância, o da vespa velutina e a adaptação às alterações climáticas.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Sim houve uma causalidade. Todos estes três projetos que falámos no âmbito do POSEUR, todos eles têm uma forte ligação à questão ambiental. Estamos a falar da proteção da floresta, da proteção das populações, é a proteção de um conjunto de elementos que tem uma influência ambiental muito grande em termos territoriais. Quando falamos da construção de um instrumento fundamental para o futuro, como é o plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, obviamente que estamos a incidir maioritariamente na nossa atuação futura sobre os elementos ambientais. Estamos também a falar de elementos sociais e económicos, a videovigilância ajuda muito na segurança das populações de baixa densidade, como é o caso da Beira Baixa. Mas, novamente, no caso da vespa velutina o primeiro impacto é a proteção das espécies que são abrangidas pelo nosso projeto. Neste caso, estamos a falar da proteção da abelha europeia, mas isso tem uma outra consequência que é no benefício económico para as populações locais, uma vez que a apicultura é um dos elementos que tem maior impacto económico aqui na região, há muitos produtores de mel. Claro que há uma causalidade, o POSEUR tem uma causalidade direta e esperemos que fundamental.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Claramente os objetivos estão a ser alcançados, exemplar disso é o caso da videovigilância. Acho que há uma articulação entre os diferentes organismos que atuam mais diretamente nestas áreas. A CIM da Beira Baixa em todos os projetos tem procurado ter parceiros locais para o desenvolvimento dos projetos. O de apoio à videovigilância envolveu os comandos territoriais da GNR, o plano distrital de operações de socorro, são eles que operam com o sistema. São os principais beneficiários a nível da operação. A CIM permitiu disponibilizar esses meios com o apoio do POSEUR. Sem o POSEUR podíamos não ter uma cobertura como a que temos de momento, mas como já disse tínhamos 7 câmaras antes da atuação do POSEUR. Já tínhamos identificado que este sistema das câmaras podia ser importante para apoiar a decisão de quem atua nesta área. O que o território fez foi decidir continuar a expandir este sistema e a oportunidade de apoio do POSEUR fez com que o investimento fosse maior, mais forte e permitiu ampliar os resultados que temos com este projeto. No caso do plano de adaptação às alterações climáticas que estávamos já a elaborar, já tínhamos um primeiro draft elaborado e estamos em discussão deste tema com outros parceiros.

No caso da vespa velutina, é um problema da região, também partilhado pelo país, e fez com que reuníssemos com as associações de apicultores e foram elas que nos ajudaram a fazer o plano intermunicipal de combate à vespa velutina. Quero dizer que o POSEUR só limitou um bocadinho devido ao parecer muito fechado quer do INIAV, quer do ICNF, que são as entidades que combatem a vespa velutina a nível nacional. Nós ficámos muito cingidos, como plano intermunicipal, aos planos elaborados pelas instituições nacionais. Temos de programar com as orientações nacionais claro, mas por vezes ficamos muito presos, porque eles têm aquela metodologia e quem não seguir aquela metodologia não está bem. No entanto, penso que a importância não está em causa.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Temos de fazer um exercício de reflexão. Depois de termos a casa feita, nós podemos defender que já não faríamos como fizemos, que faríamos de outra forma. Ora bem, em 2022 estar a refletir sobre um projeto de 2017, tal como o da videovigilância, diria que com os mesmos recursos não tinha

comprado 11 câmaras, mas sim 16 ou 17 e agora tinha uma cobertura a 100%. Primeiro, porque a rede está mais abrangente, segundo porque o país já tem outro nível de cobertura através de sistemas semelhantes e, depois, porque já surgiram no mercado outros equipamentos mais em conta que se calhar cumprem a mesma função. Eu diria que se estivéssemos a fazer hoje este projeto tal como alguns territórios que fizeram o ano passado ou estão agora em fase de implementação, talvez tivéssemos conseguido alcançar maior sucesso. No entanto, não me parece que na altura se tivessem conseguido outros resultados. Nós atingimos aquilo que pretendíamos e penso que não havia outra forma de o fazer.

No que diz respeito à questão da implementação do combate à vespa, é difícil dizer porque estamos a começar agora, com a pressão de em 2023 termos de ter isto terminado no âmbito do quadro comunitário. Isto sim pode ter um impacto negativo porque nós somos medidos pela execução física e financeira, é assim que é feita a nossa avaliação, e a verdade é que muitas das vezes tentamos executar o mais rápido possível e descoramos aquilo que são as nossas soluções de mercado. Isso às vezes é prejudicial. De resto, essa pressão de 2023 pode não ser muito boa.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: A questão da plataforma comum estava prevista num acordo de parceria e por isso é que temos só um balcão para a apresentação das candidaturas. Nesse capítulo parece-me que isso facilita, eu sou um defensor de termos poucos caminhos para atingir os objetivos que é executar a candidatura. Para os beneficiários, sejam eles privados ou públicos, ter um portal como o balcão 2020 em que sabemos que o caminho é por ali torna-se importante. Sei que não estamos a avaliar o balcão 2020, mas há questões de interesse e fundamentais, por exemplo os contactos de apoio, o facto de não termos um interlocutor é um erro grave e um fator muito negativo. Há também questões de criação e gestão de utilizadores que são aspetos negativos e que podiam ser mais flexíveis e intuitivos. Ao nível da monitorização e controlo dos contratos também é muito pouco flexível, a questão dos módulos dos contratos para os utilizadores acaba por ser complexa, para entidades públicas como nós acabamos por perceber mais ou menos bem e responder à contratação pública. No caso dos agentes privadas não acontece o mesmo, tudo é muito difícil porque se me enganei, como beneficiário, num cêntimo que seja tenho de enviar um novo email, esperar que me atualizem o contrato e isto às vezes demora tempo. Isto acaba por não ser responsabilidade direta do POSEUR.

O POSEUR é provavelmente dos programas mais exigentes do ponto de vista do cumprimento da legislação, nomeadamente, em matéria de contratação pública. Tem uma comunicação muito ativa, tem as coisas muito organizadas do ponto de vista do trabalho e isso é bom. Num cômputo geral, parece-me que tem tido uma boa comunicação, gosto do funcionamento do POSEUR, cortam-nos muita coisa, mas acho que isso tem muito a ver com o facto da nossa legislação na base não ser clara. Como somos organismo intermédio, as orientações que nos dão como técnicos analistas de projetos é que na dúvida devemos cortar. Eu sou muito reticente quanto a isso, na dúvida não se devia cortar, mas sim perceber o porquê. Nem que existissem avisos para correção e, depois, aí assim podiam cortar. Eu ao nível do que é a forma de comunicar do POSEUR acho que funciona muito bem.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Tenho algumas dificuldades porque não temos grande experiência com outro tipo de programas, mas há áreas novas neste POSEUR. Nós não usufruímos de algumas dessas áreas porque a dotação era muito pequena, quando é assim tão pequena às vezes não vale a pena investir, por exemplo na área da sensibilização ambiental para a gestão dos resíduos. Era ridículo a dotação para isso, mesmo a nível nacional, 10 ou 15 mil euros não é nada. A dotação que lá estava para a AML já era pouca, agora imagine as outras regiões.

A questão da vespa também surge tarde porque não estava lá prevista. Houve um problema identificado e é assim que deve de ser. Os problemas são identificados em 2020, 2021, 2022 para entrarem em funcionamento em 2025 e o que acontece é que as coisas mudam. Neste momento estamos no quadro 20-27, já ninguém fala nesse quadro porque já se está a prever o quadro 23-30. O enquadramento temporal para o 20-27, com o contexto dos últimos 3 anos de pandemia e guerra, tudo o que estava planeado teve de ser adaptado. Quando nos foi pedido para visitar a nossa estratégia territorial para este quadro 20-27, não estando em 2022 iniciado e sem acordo de parceria, não podemos atingir os critérios porque devido à pandemia os critérios estão completamente desatualizados. Tem de ser repensado.

O problema da vespa é um bom exemplo de que o POSEUR permitiu chegar a temas que não tínhamos previsto e não eram habituais e creio que podiam ter combatido ainda mais problemas do passado e que no presente, se não fosse o fundo ambiental, continuaria a ter. Sei que o futuro do POSEUR passa pelas grandes obras, o que acho que é uma pena. O POSEUR ao entrar por aí está a especializar-se nas grandes obras e vai ser um programa só para entidades da administração central. Passa a ser um programa nacional sem intervenção local. Vai perder essa característica que me parece muito importante para a estratégia nacional.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Respeitou muito as orientações e as políticas nacionais em muitas matérias. Não conheço o POSEUR na sua globalidade, mas nós temos muitas matérias ao nível das intervenções das florestas em que o POSEUR apoiou, por exemplo as atividades do ICNF na aquisição de novos equipamentos para limpezas, na área da proteção civil e segurança nacional ou videovigilância, são muitos milhões investidos nesta matéria no programa 14-20. Penso que claramente esteve alinhado com as políticas nacionais, a questão das águas, deu um apoio importante no abastecimento e distribuição. Talvez tivéssemos algumas questões em que o POSEUR podia ter entrado, uma vez que os beneficiários foram entidades públicas ou parcialmente públicas, normalmente há nesses casos um plano de renovação de equipamentos nos programas de apoio às empresas e podia haver algo nesses moldes. Apesar disso, a resposta é claramente sim está alinhado com as principais políticas nacionais.

É muito importante para promover essa mudança porque termos o POSEUR a substituir os contadores de água para sistemas mais modernos e digitais, para a poupança de recursos físicos e financeiros, é muito importante. Quando temos o apoio do POSEUR no sistema de apoio à videovigilância estamos a criar um mecanismo para que as entidades que atuam com estes sistemas possam decidir melhor e de forma mais rápida e, assim, contribuir para a mudança. Podia dar muitos mais exemplos. Claramente contribui.

Nota final: Tenho pena que o POSEUR perca a sua intervenção local como sempre teve que é o que vai acontecer se se cingir aos grandes projetos nacionais de intervenção. Era preferível o POSEUR reforçar o pacto com as comunidades intermunicipais e promover a gestão dos fundos comunitários com as CIM, mas manter-se responsável por questões como a água. Não vejo vantagem nenhuma em passar isto para a escala regional. Acho que o POSEUR vai perder e o país também.

CCDR Centro

Nota prévia: O relacionamento entre os diferentes programas não é fácil, existe formalmente uma ligação porque o POSEUR está na nossa comissão de acompanhamento e nós estamos na comissão de acompanhamento do POSEUR. Apesar de tudo há um relacionamento com alguma relevância. Há certas áreas em que a divisão de tarefas nos obriga a articular com o POSEUR. Para além disso, há também o cruzamento de projetos, ou seja, eles financiam projetos que se cruzam com outros que nós também financiamos. Também existe algumas conversas informais de articulação. Isto para dar conta que o meu conhecimento não é profundo e minucioso.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Na economia de baixas emissões e na eficiência dos recursos é um impacto muito significativo. (4) Há domínios relativamente aos quais o meu conhecimento não é tão profundo, como por exemplo na adaptação às alterações climáticas, não sou capaz de lhe dizer. Na proteção ambiental também não lhe consigo dizer grande coisa. Na gestão e prevenção de riscos dou um 3.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Há duas áreas onde o POSEUR tem trabalhado bastante bem. Na economia de baixas emissões, onde tem os transportes e a eficiência energética. Também na questão da eficiência dos recursos, como é exemplo o círculo urbano da água ou a gestão dos resíduos e o saneamento. Nestes aspetos tem um impacto muito significativo. Na gestão e prevenção de riscos, houve um trabalho muito significativo, mas talvez como reação aos incêndios de 2017. Não era um problema tão significativo antes, mas reagiram muito bem e em articulação connosco.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: No âmbito das baixas emissões, têm tido um trabalho notável, de projetos que eu conheço tem sido um trabalho muito significativo. Com resultados magníficos. Recordo-me de um projeto de eficiência energética no IPO, recordo-me de outro que têm no politécnico de Coimbra que são coisas extraordinárias com resultados e impactos significativos. Na questão do círculo urbano da água, acho que se não fosse o POSEUR, a situação da região e do país seria bem mais negativa. Acho que apesar de tudo tem sido um excelente trabalho. Eles têm trabalhado bem nas questões das baixas emissões e eficiência dos recursos.

Apesar de não conhecer tão bem, sei que têm tido projetos relativamente às questões ambientais, por exemplo a recuperação das minas, mas não lhe consigo dizer mais sobre isso.

Há relações de causalidade bastante positivas nas emissões e talvez um pouco menos na gestão dos recursos, porque é menos visível, encaramos como normal abrir a torneira. Daquilo que me apercebo são intervenções significativas por toda a região e com impactos importantes na qualidade de vida das pessoas.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Só se fará avaliação depois deste período. Os objetivos que tinham de redução de CO2 e eficiência energética acho que vão conseguir, sem dúvida nenhuma. Por exemplo, um dos objetivos que me recordo era a questão da água e dos esgotos, para abranger uma maior parte da população, até agora, do que tenho falado com presidentes de câmara, parece-me que vão atingir esses objetivos claramente. Na questão da gestão dos riscos, os municípios ao terem os seus próprios planos fizeram com que o POSEUR tenha conseguido também atingir os objetivos de forma satisfatória. Conseguiram ter um desidrato do plano de gestão dos riscos e penso que conseguiram com sucesso na região.

No caso da região centro, o sucesso explica-se por terem lidado com um número mais reduzido de atores, as CIM, em vez de terem de falar com cada um dos municípios. Há uma simplificação que resulta da existência das CIM. Se fosse tratado com cada um dos municípios era muito complicado, tratando dos assuntos só com 8 CIM torna as coisas mais fáceis. Para além disso, o sucesso aqui na região também se deve à presença do problema, quer a situação dos incêndios de 2017, bem como as tempestades e ventos dos anos seguintes, criou uma pressão para que os municípios tentassem fazer alguma coisa do ponto de vista do planeamento. A pressão dos problemas também ajudou a que os municípios ficassem munidos de um instrumento para poderem atuar, parece-me bem.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: É uma pergunta difícil. Segundo o que ouvimos dizer, os recursos nunca são suficientes. Mas sem estes recursos nada teria sido feito e estaríamos bem pior. Com menos recursos estaríamos numa situação bem pior do que a que estamos. Do ponto de vista da eficiência, tenho de dizer que visto deste prisma, existe eficiência. Talvez tivéssemos razões para obter resultados diferentes ou melhores resultados, de qualquer das formas, os que se obtiveram são interessantes.

Há um benefício óbvio na existência deste programa. Tenho dúvidas que fizéssemos melhor com os recursos que temos. Não estamos só a falar dos recursos, também há todo um contexto envolvente que condiciona a aplicação dos mesmos. Nós temos vivido situações muito complicadas de 2017 que têm criado uma envolvente para a aplicação de recursos e investimentos que não é muito simpática. Desde 2017 foram os incêndios, outros fenómenos climatéricos e a covid, não tem sido muito interessante no que diz respeito à aplicação dos recursos, não podemos esquecer esse ambiente pouco favorável. Apesar de tudo, as coisas têm andado bem.

É capaz de ser mais fácil adquirir autocarros elétricos do que fazer o sistema de metro do Mondego, não é a mesma coisa. É mais fácil a aquisição do autocarro do que a linha do Mondego. A questão do contexto envolvente tem tornado muito solicitado o curto-prazo, estamos focados no imediato, o que pode ser inimigo da obtenção de resultados a longo prazo. No entanto, acho que conseguimos coisas interessantes.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Não sei se a centralização do processo trouxe, por exemplo, mais agilização. O princípio de centralizar num balcão único pode ser interessante, mas também causa entropias. Temos como garantido que um sistema deste estilo permite abrir um aviso de concurso para todo o país (municípios, entidades supramunicipais), e que esta centralização aguentará a carga a que é exposto? Um sistema centralizado obriga a que o modo de alimentação seja, relativamente, semelhante. Embora o princípio seja interessante, é necessário acautelar respostas de suporte para quando ele entope. Nós tivemos de nos assegurar disso.

Houve outras coisas que podem ser interessantes como a agilização de processos que podem dar resultados no imediato, mas a longo tem consequências nefastas. Lembro-me que, em 2016, veio para cima da mesa a possibilidade das iniciativas avançarem sem todos os pareceres acautelados, mas e

depois? Se alguém, a certo ponto, diz que do ponto de vista do ordenamento do território está tudo a ser mal feito? Por vezes as condições de agilização, não agilizam necessariamente.

Temos de estar atentos porque sistemas centralizados podem ter falhas e quanto à agilização do processo pode causar-nos, involuntariamente, mais problemas. Quando me falam de simplificação administrativa eu “saco da pistola” porque sei que nos passos seguintes vai ser pior, vai ser mais complicado nalgum dos passos, porque estamos apoiados num princípio da desconfiança. É o chamado princípio da auditoria.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Não fora os recursos provenientes daquilo que é a nossa participação na EU e eu diria que estaríamos em piores lençóis. De forma muito importante, uma parte do investimento público e privado é realizado por isto. A existência dos recursos significativos e em crescendo para o país foi importante para o desenvolvimento e sem eles regrediríamos. Nós olhamos para os recursos europeus não da forma que eles efetivamente são. Passámos a vê-los como recursos do ponto de vista orçamental, em vez de os vermos como recursos para preparar o nosso futuro. Nós olhamos para os recursos numa lógica de contribuírem para regras orçamentais estritas. Desta forma, eles estão a diminuir o seu impacto. Faz sentido realizar sucessivos investimentos na mesma infraestrutura durante décadas? Se algo é feito em território nacional, temos de ter condições para manter a infraestrutura a seguir, sem estarmos dependentes do que são os impostos dos cidadãos europeus.

Há de facto um valor acrescentado importantíssimo, mas também acho que temos olhado para os fundos de um ponto de vista orçamental, o que não é interessante. Nós vamos pagar por isso no futuro. No caso português há uma inversão no papel dos fundos, deixam de ser estruturais para ser orçamentais. Temos que ter atenção a isso.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: A construção dos programas foi muito partilhada e, portanto, do que me recorde, isto é um ponto obrigatório. Os programas têm de responder ao que é a política pública nacional e comunitária. O alinhamento do POSEUR aos vários planos estava todo nos documentos de preparação, se o formalismo lá está, acredito que os resultados também sejam coerentes com isso. Os objetivos das alterações climáticas, da redução das emissões acabam por acontecer. Na preparação do POSEUR a eficiência energética na habitação estava em cima da mesa, no entanto, nunca aconteceu de forma direta, aconteceu sim por via indireta através do IFRRU. Na habitação, ao contrário da administração pública, não houve um excelente desempenho. Agora não lhe sei dizer se é culpa do PO ou da política pública nacional. Os impactos que estavam previstos no programa para a eficiência energética na habitação, provavelmente não vão acontecer, porque eles tiveram uma intervenção muito reduzida.

É muito interessante a parceria entre programas. Por exemplo, a universidade de Aveiro teve um projeto financiado pelo POSEUR para as bicicletas, e a câmara municipal, através do programa regional, está a construir uma série de ciclovias a ligar os pontos de chegada dos estudantes à cidade até à universidade. Tanto a Universidade e o POSEUR, como o próprio município, juntaram-se para contribuir para a mobilidade suave de Aveiro, é uma junção interessante de articulação entre as intervenções do POSEUR e as nossas intervenções. Estamos a dialogar e a fazer uma trajetória otimista entre as nossas competências e as competências do POSEUR. O POSEUR também financiou parte de um projeto de eficiência energética no hospital, que permitiu que doentes não fossem enviados para Itália para ser tratados. São articulações que se fazem entre programas e que trazem um acréscimo ao nosso bem-estar. Ajudamo-nos mutuamente.

CCDR-LVT

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Não consigo responder, enviarei quadros com a informação estatística e penso que será mais útil para vocês tirarem as conclusões.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: //

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Na AML somos região desenvolvida. Em termos de fundo temos 5 regiões, o Norte, o Centro e o Alentejo são regiões de convergência, nas quais o PIB per capita está abaixo dos 90 (da média europeia), depois o Algarve está numa situação que se denomina “zona de transição”, ou seja, está numa situação intermédia, seguido de Lisboa que tem o título de “região desenvolvida”. Como região desenvolvida tem uma taxa de cofinanciamento mais reduzida (40%) e tem uma dotação muitíssimo inferior. Normalmente é 5 vezes inferior, desta vez é 10 vezes inferior ao Norte que tem (85% de taxa de cofinanciamento). Em breve, enviaremos a infodata e o boletim trimestral que tem os valores por categoria do nosso PO e dos outros PO. Farei isto para perceberem que somos o parente pobre ao nível do investimento na globalidade. Por outro lado, temos aqui a maior concentração de atividade do país, temos 27% da população do país, temos 30% do PIB, temos 42% das exportações e 44% das importações do país. Em termos de despesa andamos à volta dos 49%. Isso faz com que a intensidade do investimento seja sempre muito baixa. Quer divida o investimento por fatores de atividade, quer divida por população, a intensidade é sempre menor. O que justifica isso não é nós executarmos menos ou não querermos o dinheiro, porque também temos problemas sérios de erosão costeira, de proteção ambiental ou de emissões. Riscos na AML são muito maiores do que no resto do país, ao nível da proteção ambiental, o estuário do Sado, a erosão na Costa da Caparica ou a qualidade da água no Tejo, são problemas muito maiores quando comparados com as restantes regiões.

Em termos da eficiência de recursos, a AML é onde pode existir maior eficiência porque há uma maior concentração. Os alimentos que consumimos na AML 56% vem de fora do país e 34% de outras regiões de Portugal, portanto mesmo que quiséssemos ter uma pegada mais baixa investir na Agricultura teria um impacto muito maior. Na economia de baixas emissões, nós temos o maior porto para o abastecimento territorial (Porto de Lisboa), o consumo energético e logístico é muito maior que no resto do país. Se quiséssemos investir, era muita mais fácil ter resultados na economia de baixas emissões aqui do que no resto do país. Isto não está relacionado com a execução do POSEUR, é devido às execuções territoriais e ao modo como a política de fundos, de acordo com os critérios europeus, é distribuída ao longo do país. Pois o investimento é muito mais acentuado e com taxas de financiamento maiores nas regiões menos desenvolvidas. Nós temos muitas grandes empresas que criam sucursais noutros territórios, para que os mesmos projetos que querem fazer, possam fazê-lo numa zona onde terão cofinanciamento de 85% em vez de fazer com 40%. Por exemplo, se quiser construir uma central fotovoltaica, se fizer em Mafra tem 40%, se fizer abaixo da fronteira entre Mafra e Torres Vedras recebe 85% e isso é impactante. Nós sabemos que a maior parte das Universidades da zona de Lisboa fazem consórcios com os politécnicos (Leiria ou Santarém) para fazerem os processos sediados por essas entidades de investigação justamente para terem uma taxa de cofinanciamento mais apetecível.

Dito isto, na região o contributo do POSEUR é muito pouco face ao peso da região, em todas as componentes. Repare que 70 milhões no sistema metropolitano de transportes e logística não é nada, uma carruagem de metro são 10 milhões. Uma estação são 15 ou 20 milhões. Não tem impacto. O que pode ser dado como mais impactante são as ciclovias, no entanto, por muito que se tenha começado a andar de bicicleta, não tem impacto de, por exemplo, mais uma carruagem de metro ou estação na Amadora. O contributo do nosso PO não é forte nem na região, nem em Portugal. Pode ser interessante ir ao relatório da FCT ou DGES e compreender a repartição da despesa de investigação no ensino superior. Nós aqui na AML temos 40% da despesa com investigação pública, pois temos aqui a maior parte dos laboratórios do estado que depois põe o seu saber ao serviço de empresas fora da região. Portanto, o maior contributo do PO é indireto.

O último relatório do POSEUR diz que o investimento na AML está acima dos 95 milhões. De facto, é um investimento significativo se olharmos para o contexto atual, mas está muito relacionado com a componente universitária estar aqui. Estou também muito desconfiado que a maior parte desta verba vai para mobilidade e transportes.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Vou falar do PO Lisboa, quase todo o investimento da componente energética estava centrado em construção sustentável e eficiência energética em parque nacional do estado, portanto habitação social. Foi uma medida de execução péssima. A grande empresa que tem interesse nessas matérias é a GEBALIS, no entanto eles não tiveram grande interesse nessa matéria porque nós só financiamos a 40, enquanto o POSEUR financia a 85.

Agora, para compreender se tem condições de ser atingido é consultar a informação de execução do POSEUR. Do nosso lado, quanto ao PO Lisboa nós acabámos por fazer uma reprogramação das verbas que iam para a eficiência energética para outras áreas igualmente importantes, como é o caso da remoção do amianto nas escolas. Não estava mapeado no início do processo e depois devido também à atenção que recebeu por parte da comunicação social, em 2018 reprogramámos o programa para isso mesmo, foi feito na totalidade das escolas, mas ficam a sobrar alguns edifícios públicos.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Eu não sei que metas numéricas eles tinham de atingir. Portanto, não sei se eles estão a atingir essas métricas. Parece-me óbvio que se aumentássemos o investimento teríamos melhores resultados, a questão é se são proporcionais ou não. A certa altura, não é por despejar mais dinheiro que atinjo maior eficiência. Por vezes acontece o oposto, é preciso um investimento significativo para podermos começar a mudar as coisas, isto acontece por exemplo nos transportes. Se trocar meia dúzia de autocarros, não mudo nada. Mas, se executar uma nova central de camionagem já sou mais eficaz. Claro que uma nova central de camionagem não custa o mesmo do que trocar 100 autocarros. A escala também é interessante para catapultar o resultado.

Todos os programas operacionais tiveram médias intercalares, provavelmente em 2018, o que significa que os PO's tiveram de nos anos seguintes fazer uma comparação para perceberem se com a evolução estavam mais próximos de concluir os objetivos. Por exemplo, a eficiência energética e a reciclagem foram 2 metas globais do PT2020 e têm diretamente a ver com o POSEUR. Já não sei quais eram as metas de cabeça, mas julgo que era 55% de taxa de reciclagem de resíduos e creio que ainda não conseguimos. São objetivos e metas específicas do POSEUR que foram trazidas para o Portugal2020 e para as suas metas globais.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: À semelhança do nosso PO há dois ou três aspetos fundamentais de inovação. O primeiro é o conselho regional de inovação, tem dez representantes da inovação e da investigação na região, eles discutem as grandes tendências, ameaças e opções ao nível do investimento. Para além disso, há passos de descoberta empreendedora, ou seja, é uma nomenclatura para grupos de trabalho relativamente informais (workshops, grupos de reflexão e taskforces, etc) que estão focados em acelerar a inovação numa determinada área. Em Lisboa, começámos a trabalhar a eficiência na área dos transportes em 2013, em 2014 começámos a perceber quais seriam os avisos para a AML. Não tivemos na génese da CCDRLVT, mas este processo de discussão tinha muito a ver com o passe Navegante, depois o governo viu potencial e quis o Navegante integrado com o PART (Plano para a redução tarifária) que sustenta financeiramente o navegante. Foi uma conjugação de saberes técnicos que resultou no navegante. Houve todo um trabalho de organização entre a CARRIS, o Metropolitano de Lisboa, etc.. o que permitiu que esteja agora firmada a TML (Transportes Urbanos de Lisboa). Por vezes, também é preciso ter sorte para agregar os atores certos, os organismos públicos e privados para fazer acontecer em termos operativos.

Onde sinto que estamos a ter mais alterações ao nível da eficácia operativa é na economia de baixas emissões e eficiência dos recursos. A economia com baixas emissões por causa da componente dos transportes que falei agora. Quanto à eficiência dos recursos, a base é a que tem vindo a ser feita ao nível da economia circular. Há uma pressão na indústria com o aumento do preço dos recursos, então a maior parte dos grupos industriais está a tentar criar lógicas de circularidade mesmo com outros setores. O objetivo é haver um maior aproveitamento dos recursos, maior eficiência. Há outro fator que tem agravado isto. Há uma agenda europeia para a pegada carbónica que deu origem ao fundo para a transição justa, que tem sido absolutamente leonino em cima das empresas que mais poluem. Nomeadamente, nas cimenteiras na AML e depois há 5 ou 6 empresas que também poluem um pouco menos. Estas empresas perceberam que iam ter fortes condicionantes ambientais face ao seu modelo e, portanto, começaram a contratar universidades e investigação para apostar em soluções integradas e modelos inovadores, numa lógica circular. Julgo que as duas maiores evoluções são na área da economia de baixas emissões e na eficiência dos recursos. O próprio porto de Lisboa teve investimentos recentes para aumentar a sua eficácia operacional.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Há 5 ou 6 agendas que estão a pressionar esta eficiência. O portal do ambiente tem esta informação discriminada nos três gráficos da componente económica. Asseguro que toda a política europeia, as restrições e as exigências de certificação levarão sempre a melhorar os diferentes gráficos. A agenda dos resíduos é talvez a mais impactante, principalmente pela tentativa de redução dos plásticos. Também temos a pegada carbónica. No Relatório de Estado do Ambiente estão uma série de indicadores onde podem ver os resultados globais do país nos últimos 20 anos, aí conseguem compreender qual é o “boost” que o POSEUR 2014-2020 faz.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Sim. Este tipo de dinheiro não é nosso, é dinheiro que os países no conjunto europeu juntaram. Nós fomos mais beneficiários do que patrocinadores. Para termos acesso a estes fundos precisamos de elaborar uma série de documentos estratégicos, face às características da região. Têm de estar plenamente alinhados. Por exemplo, o dinheiro que o POSEUR gasta na secção dos resíduos, não é necessariamente dinheiro do POSEUR, há percentagens do PO que têm de ser cumpridas para garantir que o PO está de acordo com a estratégia europeia. Ao nível micro, se investimos na central de lixo ou nos camiões já depende de nós. No entanto, as grandes prioridades é uma obediência “cega” às imposições da comissão europeia para aprovar as nossas estratégias, para depois fundamentar a parte da programação. Se não fosse assim, eles não mandavam o dinheiro, porque o POSEUR foi elaborado pelo governo português, mas depois foi aprovado pela comissão europeia. Para viabilizar o investimento, tem de haver uma concordância europeia.

Posso garantir que qualquer PO está sempre alinhado de forma adequada e suficiente com as prioridades da política pública nacional, na medida em que é feito por nós e aprovado pela comissão europeia. Se não estiver alinhado é um problema do estado português. Um governo quando vai fazer uma política pública, tem de respeitar todo o contexto legislativo e estratégico, e depois é validado pela comissão europeia que também faz essa aferição. Isto são processos longos, em que há variadíssimas reuniões e interações até a comissão europeia aprovar o POSEUR.

Eu tenho acompanhado o próximo PO e é sempre tudo muito espremido ou negociado à cabeça, nomeadamente nestas temáticas. Depois o que pode acontecer é a materialização ter alguns desvios, mas não é na configuração nem na coerência. Uma vez que este foi um processo que começou a ser elaborado em 2013 e depois começou efetivamente em 2014, dado isso podemos ter desvios. Podemos ter uma crise a meio. Por exemplo, o plano europeu para a economia circular é de 2015, já existia POSEUR, portanto, nacionalmente fizemos um plano para a economia circular (Plano de Ação para acelerar a transição para a economia circular) que é de 2017. São exigências que surgem ao longo do processo. Na perspetiva de avaliar a política pública, seria interessante compreender se as reprogramações foram mais ajustadas pela execução, pelas exigências do território ou pela nova política europeia, em termos de economia circular e resíduos. No início, está desenhada de forma adequada e suficiente, ao longo do processo isso não se consegue saber. Em 7 anos acontece muita coisa. Era importante terem acesso aos documentos da reprogramação do POSEUR, de certeza que a autoridade de gestão fez o justificativo para reprogramar com base nas exigências europeias e no contexto nacional.

SMAS Sintra

Nota prévia: Os SMAS de Sintra trabalham essencialmente em três áreas: no abastecimento e fornecimento de água, nas águas residuais domésticas e na recolha e transporte de resíduos urbanos. É esse o core dos SMAS de Sintra, por isso outros tópicos apenas conseguimos tocar com pouco pormenor. Isto só para contextualizar.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Acho que no abastecimento de água é um 1.

Na parte do saneamento diria 2.

Na parte dos resíduos diria 3.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Nós sentimo-nos sempre um bocadinho prejudicados relativamente às questões do POSEUR. Nomeadamente, porque por vezes abrem uma série de avisos para os quais não nos podemos candidatar. Muitas vezes por motivos que fazem pouco sentido, dou um exemplo: a questão da cobertura de custos associada à gestão dos resíduos obriga a que a cobertura de custos seja sempre superior a 90%. Neste momento, nós já temos isso assegurado através do novo tarifário, mas efetivamente nos resíduos (que tiveram uma transição grande entre 2014 e 2015) estavam integrados numa empresa municipal e foram transferidos para o SMAS de Sintra em 2014. Portanto, essa transição levou a um período de adaptação que foi necessário ir consolidando ao longo do tempo. Isso fez com que determinados avisos cobrissem custos acima dos 90%, mas isto não pode ser olhado só ao nível dos resíduos. Por exemplo, se eu olhar só para os SMAS de Sintra, eu tenho coberturas de custos acima dos 100% considerando água, saneamento e resíduos. Claro que se olhasse de uma forma mais departamental isso significava que eu estou com a água a financiar parte dos resíduos, mas aqui estamos a entrar um pouco na lógica do poder local. Até que ponto podemos ou não podemos fazer isso. Ficámos de fora de algumas candidaturas por causa desta questão dos 90%. No entanto, já resolvemos a situação ao longo do tempo. Baixamos a cobertura de custos do saneamento e da água e aumentamos ao nível dos resíduos de forma que este não tenha grande impacto no município. Acho que entidades grandes na área de Lisboa, com boas capacidades de investimento, acabam por ter dificuldade em candidatar-se a alguns destes avisos porque são muito pequenos.

No âmbito da água, nós fazemos reabilitação das redes mais antigas, algumas em fibrocimento, em 2014 tínhamos perdas de água de cerca de 31%, em 2019 ou 20 fechámos abaixo dos 20% e este ano estamos nos 18,3%, o que para uma região de Sintra com 1800 km de rede é uma percentagem muito interessante. Aliás, o limiar positivo da ESAR é abaixo dos 20%. Temos mantido e temos continuado a fazer esta trajetória descendente da água não faturada. Mas também sabe que há entidades e regiões no país que têm percentagens de água não faturada à volta dos 50, 60 ou 70%, que me parece impensável. O volume de investimento que fazemos na manutenção da rede de águas deveria ser mais financiado porque entidades como as nossas, às vezes, são prejudicadas por terem capacidade para investir. Muitas vezes temos a tendência de ajudar só quem não cumpre, mas quem cumpre e faz bem não tem que ser deixado de fora. Têm que nos ajudar a tentar ir um bocadinho mais além, quando digo isto falo de investirmos mais em processos de investigação e desenvolvimento que nos permitam chegar a valores de água não faturada à volta dos 10 ou 15%. Achamos isso, achamos que deveríamos ter maior capacidade para nos poder candidatar a outro tipo de avisos. O próprio PRR disponibilizou quase todo o investimento em termos de água para a zona do Alentejo e do Algarve. Nós temos noção que há uma problemática muito grande nessa zona, mas deixou-nos completamente de fora deste tipo de soluções. Faz todo o sentido no Alentejo e no Algarve, mas também faz todo o sentido em regiões litorais como é o caso de Sintra para que possamos desenvolver alguns projetos na área da

dessalinização para que possamos ter mecanismos de compensação relativamente ao nosso fornecimento.

Em termos de saneamento, o POSEUR tem sido mais interessante, ali na época de 2015,16 e 17 fizemos a reabilitação de algumas ETAR's e da rede de saneamento, financiado pelo POSEUR. Nós temos cerca de 95% de taxa de cobertura no concelho, mas ainda temos áreas rurais com alguma dimensão populacional, que necessitam de ter a rede de saneamento fixa ao invés das fossas sépticas que ainda existem em muitos sítios. Essa expansão foi um bocadinho financiada, mas, entretanto, deixou de existir e já não temos tido qualquer tipo de apoio para essa expansão. Temos tido a capacidade de fazer esses investimentos por meios próprios. Na questão do abastecimento e saneamento sim, o POSEUR ajudou.

Na questão dos resíduos, sublinho que no último programa sobre bio resíduos essa questão dos 90% de cobertura financeira já não existiu o que nos permitiu candidatar, e os bios resíduos são o grande tema do futuro para 2024. Portanto, o que nós fizemos foi antecipar um projeto piloto para a recolha de bio resíduos que deixa toda a região coberta com a disponibilidade do serviço de recolha seletiva, o que não quer dizer que toda a gente adira, mas têm a disponibilidade do serviço. A nossa recolha de bio resíduos é também financiada pelo POSEUR, mas é diferente da recolha de bio resíduos na maior parte dos outros concelhos do país. Nós temos um projeto em parceria com a tratolixo, que é a nossa entidade em alta que faz o tratamento dos resíduos, isto engloba os concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras e Mafra. Nós fazemos a recolha de bio resíduos recorrendo a uma forma ligeiramente diferente, nós entregamos um saco com uma cor específica a cada habitação, as pessoas colocam todo o lixo orgânico dentro desse saco e depois é colocado dentro do contentor indiferenciado. A tratolixo depois faz uma leitura ótica desses sacos verdes, que depois são separados e valorizados para composto ou produção de energia. Este é o nosso projeto de tratamento de bio resíduos financiados. Muito importante neste financiamento, relativamente à tratolixo, o processo de adaptação da linha para receber estes bios resíduos foi financiado a 85%, cerca de 6 milhões de euros, nesse aspeto é muito relevante o financiamento do POSEUR para as entidades em alta.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Acho que existe uma causalidade, mas o que é que para nós também é relevante, são os mecanismos que temos nas diferentes faturas. Por exemplo, na fatura do ambiente, ou na fatura da água que se divide em três áreas, para além disso também tem a TRH que é a taxa de recursos hídricos e a TGR que é a taxa de gestão de resíduos. O que é que é importante é que essas taxas que são cobradas ao munícipe depois sejam convertidas, na prática, a apoios ou avisos a que nos possamos candidatar, isso é o mais relevante. Parte desse valor, que infelizmente serve para financiar os próprios serviços, devia estar única e exclusivamente destinado a promover a eficiência das várias instituições, isto inclui permitir que existissem candidaturas para o melhor funcionamento das mesmas. Portanto, acho que sim, que é importante, mas efetivamente devemos conseguir uma maior canalização de fundos para esses investimentos.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Os objetivos do POSEUR normalmente são sempre atingidos, por exemplo, nós temos em termos de taxa de cobertura de saneamento, que passa por aumentar a taxa de cobertura e ter não sei quantos fogos familiares que sejam abrangidos por esta candidatura. O que fazemos é tentar cumprir ao máximo estes critérios e, por norma, isto não foge muito e por isso os objetivos são cumpridos.

Quando nós definimos uma candidatura, nós conseguimos balizá-la, sabemos perfeitamente o que é que queremos e isso é feito com grande pormenor porque o POSEUR também não deixa que seja de forma diferente. O POSEUR controla, e bem, aquilo que é feito, portanto essa parte entre a definição dos objetivos, a sua monitorização e a sua concretização, por norma, corre sempre bem. Por vezes pode haver um lapso no projeto ou ter havido construção entre a candidatura e a sua implementação, há sempre situações que precisam de ser retificadas ao longo do tempo.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Na AML tem a ver com, objetivamente, termos capacidade de investimento porque somos entidades grandes. No caso do SMAS de Sintra, nós temos 190 mil clientes, temos um orçamento anual de cerca de 80 milhões isto permite-nos alavancar investimento. Se o investimento que faço todos os anos de cerca de 15 milhões de euros pudesse ser financiado em parte pelo POSEUR permitia que em vez de ter uma percentagem de água não faturada nos 18%, rapidamente conseguiria chegar ao patamar que nos interessa dos 15%. Portanto, permitia muito rapidamente reabilitar as infraestruturas e colocá-las em funcionamento. Nesse aspeto sentimo-nos um pouco prejudicados, pois por termos alguma capacidade de investimento somos preteridos por outros sítios. Entendemos que há entidades gestoras que têm 10 mil clientes que têm muita dificuldade em investir, mas aí entramos numa temática um pouco diferente, a questão que se impõe é porque é que existem entidades gestoras com 10 mil clientes. A questão que se devia colocar é que não faz sentido uma entidade gestora com 5 mil ou 10 mil clientes não faz sentido que possa existir por si. Acaba por não ter nem conhecimento interno, nem capacidade para fazer investimento. Por isso, a questão das agregações devia ser pensada com mais acutilância e permitir que essas entidades ao agregarem-se conseguiriam ter economias de escala muito interessantes e conseguiam fazer esse investimento. Sem isso acaba por ser muito difícil e depois andamos sempre a pensar nas entidades pequenas que não têm capacidade para fazer investimento, e o investimento que nós canalizamos para lá não é aplicado da melhor forma, porque muitas vezes nem sequer têm a capacidade técnica para fazer a gestão desse financiamento.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: A facilitação do processo, ou seja, apenas um canal de comunicação é muito importante. A questão do gestor do projeto que o POSEUR implementou também é muito relevante, pois sabemos sempre com quem falar. Nesse aspeto não temos qualquer tipo de questão. Acharmos que, às vezes, o processo de análise não pode ser apenas na cadeira, porque por vezes é preciso ir ao terreno e perceber o que está a acontecer e o porquê da entidade estar a tentar mudar determinada coisa. Por vezes, a realidade é muito mais rápida do que aquilo que nós achamos, um processo de candidatura pode ter alterações durante esses dois anos. É importante ir ao terreno ver e perceber quais são as nossas dificuldades.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Na questão da água, sim existe, Portugal depois do investimento que fez nas redes de abastecimento de água, que foi um investimento fabuloso, ninguém questiona consumir água da torneira, é um avanço fantástico e um exemplo a nível europeu. No entanto, não é admissível que haja entidades gestoras com 30, 40 ou 70% de água não faturada. Estamos a desperdiçar um bem escasso e essencial, é preciso muita premência nesta questão. O combate à água não faturada, as perdas de água e a reabilitação do sistema deve ser muito fomentada e controlada nos próximos anos.

No saneamento há um valor acrescentado enorme, tendo em conta aquilo que precisamos de fazer em termos das redes de saneamento, pois existem muitos sítios onde elas não estão presentes. Tendo em

conta, também, a capacidade de tratar a água residual doméstica que chega a essas ETARs e o nível de tratamento dessas ETARs. E tendo também em conta algo muito relevante que tem a ver com a questão da água para reutilização. A questão da APR ou água para reutilização é importante, surgiram agora alguns projetos interessantes em Lisboa através das águas do Tejo Atlântico. Portanto, quanto mais água podermos aproveitar melhor. Não faz sentido estar a regar espaços públicos com água tratada para consumo humano. Não faz qualquer sentido e é o que acontece na maioria dos casos. Esta água reaproveitada deve servir para esse tipo de fins e também para a questão agrícola e estão já a ser desenvolvidos alguns projetos. 70% da água que consumimos em Portugal vai para a agricultura, tudo o que podermos canalizar para reutilização, sejam regas de espaços verdes urbanos, seja para regas na agricultura faz todo o sentido.

Por último, a questão dos resíduos, sim há um valor acrescentado, mas com uma nuance. Portugal tem um problema, com o qual se vai deparar ou se vai deparando aos poucos, mas as pessoas não têm bem noção daquilo que pode acontecer. Em Portugal, temos 2 incineradoras, estamos a falar da Valorsul e da Lipor, no Porto, que tem incineração. Se formos a um país como a Holanda há 20 ou 30 incineradoras. O caminho não tem sido dotar o país com mais incineradoras, mas isso pode trazer-nos um problema tipo pescadinha de rabo na boca. Se nós não temos forma de tratar os resíduos temos, por um lado, de aumentar a recolha seletiva que faz todo o sentido, mas claro que ninguém pode imaginar que vamos ter 80% das pessoas a fazer recolha seletiva porque isso é utópico. Temos de arranjar formas de aumentar a recolha seletiva, o que significa que chegaremos ao final do dia com cerca de 50% de recolha indiferenciada. Se tivermos 50% de recolha indiferenciada estes resíduos só podem ir para dois sítios, ou incineração ou aterro. Para ter uma ideia, Sintra, Cascais, Oeiras e Mafra (1 milhão de habitantes) não têm uma incineradora, a Valorsul não tem capacidade de tratar os nossos resíduos indiferenciados e por isso estão a ir para aterro. O que significa que nos próximos anos os nossos aterros vão crescer e vamos andar sempre a construir novos aterros. Temos de ter uma solução de fundo que passa por ter a capacidade de incinerar mais, alguns podem não concordar, mas se não concordam que encontrem uma solução para tratar os resíduos. Se não podemos criar mais incineradoras, vamos andar a construir aterros nos próximos 20 anos. Também não podemos acreditar que toda a gente vai reciclar.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Na área da água temos de trabalhar em duas vertentes, na oferta e na procura. Temos de trabalhar na reabilitação das redes de água e na dessalinização, isso é fundamental e é a única solução de futuro que temos. Podemos inventar outras soluções como a água para reutilização, as águas fluviais, mas efetivamente 97% da água do planeta está no mar. Hoje em dia o processo de dessalinização já não é de uma complexidade tão acentuada como foi há uns anos atrás. Nós neste momento compramos água tratada à EPAL a cerca de 50 centimos o m3 e estamos a falar de uma capacidade de produção por uma dessalinizadora de cerca de 1 euro por m3. É verdade que é um valor superior, mas é uma fonte inesgotável e podemos por aí fazer algum trabalho.

Na área do saneamento, é importante a água para reutilização e devemos continuar a apostar.

Na área dos resíduos, em termos de coerência da solução que queremos implementar no país para a questão dos resíduos. Não é uma questão de Sintra, é uma questão do país. Precisamos de encontrar soluções para fazer o tratamento dos resíduos. Aumentar a recolha seletiva está certo e é verdade, mas eu iria mais pela fiscalização e pelo impacto na carteira do munícipe. Isto pode ser mal interpretado, mas acho que as pessoas só valorizam aquilo que pagam. Portanto, os processos de recolha seletiva têm de estar cada vez mais indexados à produção própria da pessoa, ou seja, podem não fazer a recolha seletiva, mas vão pagar mais do que quem a faz, é fundamental. No tratamento em alta dos resíduos, é muito importante tratar os resíduos sem achar que toda a gente vai fazer recolha seletiva.

Águas do Tejo Atlântico (AML)

Nota prévia: Eu (Dra. Ana Mata) acompanhei o POSEUR nas Águas do Tejo Atlântico desde 2017, mas antes já acompanhava o programa na Cimtejo. As Águas do Tejo Atlântico resultaram de uma candidatura aceite para tomar conta de parte das operações da antiga organização Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Acho que teve um impacto muito significativo (4).

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Foram comparticipadas com este programa as obras na frente ribeirinha de Lisboa, portanto nas águas residuais da zona do terreiro do paço, no subsistema de Alcântara. Numa primeira fase o POSEUR não abrangia grande parte da região de Lisboa, mas, entretanto, realizámos em Lisboa obras de grande envergadura, então abriu um aviso especial em que nos foi aberto um concurso para a alocação de 10 milhões de euros e, posteriormente, abriu outro aviso à volta dos 6 milhões. Estes fundos foram essencialmente para as obras do subsistema de Alcântara para transporte de águas, essencialmente estações elevatórias e intercetores. Grande parte dessas obras estava numa fase adiantada e houve a possibilidade de nesse concurso do POSEUR incluir e aceitar candidaturas de obras a decorrer, o que foi bastante positivo para este caso em questão e para a região da Lisboa.

Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: É uma causalidade muito elevada. Basta pensar em toda a bacia central de Lisboa, no terreiro do paço, na avenida da liberdade, na Almirante Reis, numa zona bastante significativa e populada que antes descarregava as águas residuais não tratadas no cais das colunas. Agora, passamos lá e já podemos ver as pessoas com os pés na água, portanto diria que foi bastante significativa.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Foram alcançados com sucesso. As soluções encontradas para Lisboa foram muito complexas, principalmente da estação elevatória do Terreiro de Paço, que depois ainda tem mais estações até Alcântara porque havia antes muitos problemas de inundações. Diria que esse problema foi resolvido com sucesso.

Estes resultados foram alcançados devido a uma boa solução técnica e ao apoio financeiro do POSEUR também muito importante.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Acho que não. Tendo em conta que, a maioria, eram soluções de grande complexidade técnica. No caso da estação elevatória, particularmente, não me parece que fosse possível obter melhores resultados com os mesmos recursos.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: A grande diferença que senti entre o POSEUR e o quadro anterior. Passámos a ter uma só plataforma, é certo que no início com algumas dificuldades, mas a verdade é que é uma melhoria porque no quadro anterior ainda era tudo em papel. Outra grande diferença é o conceito do próprio programa comunitário, enquanto os anteriores eram aprovados em Portugal e depois tinham de ir para Bruxelas e tornavam-se muito burocráticos e pesados, em termos administrativos. Com o POSEUR isso não acontecia, como era uma candidatura focada na nossa empresa (Cimtejo) e no nosso conhecimento, todo o processo era mais simples. Depois, o próprio funcionamento dos gestores de projeto do POSEUR também era muito próximo, se tinha alguma dúvida podia ligar ou mandar email ao gestor de projeto. Mesmo em casos mais complexos, lembro-me que não houve dificuldade em reunir com a administração do POSEUR. É um processo mais simples e mais perto dos beneficiários. Também temos de ter em conta que esta equipa do POSEUR tinha transitado do último quadro, portanto já havia um bom relacionamento. A Tejo Atlântico também tem uma relação com o POSEUR de acompanhamento bastante boa. Por isso é que fomos convidados para desenvolver aquela candidatura.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Eu só tenho experiência de programas europeus. Tenho pouco conhecimento doutro tipo de programas. Nós estamos muito mais vocacionados para obras de grande dimensão e por isso tendemos sempre a candidatar-mo-nos a programas europeus.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Mantém-se o eixo 2, relacionado com as questões da água. Vi que também houve uma série de projetos sobre eficiência energética. Estive durante anos ligada a uma organização de bombeiros e sei que também há desenvolvimentos nessa vertente. Ou seja, dá-me ideia que sim, que está alinhado. Se bem que no caso das águas residuais, estes projetos não são tanto para a criação de infraestruturas, mas sim para olharmos de forma diferentes para as infraestruturas, por exemplo a digitalização ou a descarbonização. Em termos nacionais, é necessário fazer algum trabalho no âmbito da renovação de infraestruturas. Para além disso, temos casos sérios de perdas de água. No entanto, se olharmos para as estações de tratamento de águas e com os aspetos relacionados com o consumo energético ou adaptação às alterações climáticas acho que ainda vai ser bem-sucedido. Gostava de salientar que sentia no quadro anterior mais divulgação do POSEUR, o que agora não sinto tanto, mas pode ser por não estar tão atenta à informação.

Nota final: Estes estudos são muito importantes e é importante produzir materiais de informação para a população compreender as vantagens destes programas de apoio. O que aconteceu no último quadro foi um apoio a projetos pequenos que depois se acabam por diluir no momento de transmissão de informação ao público. É importante olhar para estes quadros de apoio de forma agregada, mesmo para que os municípios compreendam que é necessário pensar em conjunto para resolver as situações e, no âmbito do POSEUR, é muito importante passar esta mensagem.

CM Palmela

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: A nível das encostas do Castelo o impacto é tremendo. Estamos a falar do ponto mais alto do concelho onde está localizado o castelo, que também é património nacional. Uma derrocada ou catástrofe natural teria um impacto enorme nas povoações à volta. Mesmo a nível económico, do turismo, seria danoso. Nós estamos na zona sensível das placas tectónicas e é uma zona frágil, por isso este projeto é absolutamente fundamental para nós. Não podemos escamotear as dimensões a termos económicos, sociais e até culturais, o castelo é parte da identidade do território. Daria a nota máxima. Quanto ao nosso projeto das perdas de água, é quase cirúrgica. Porque nós temos no município de Palmela um povoamento muito disperso, temos localidades com quase 30 mil habitantes como o Pinhal Novo, mas depois a maior parte tem 2 mil ou 3 mil habitantes. Isto quer do ponto de vista do abastecimento como do ponto de vista do saneamento é muito complexo. Este não é um sistema nada linear. O circuito não é fácil de fazer, tem de haver um sistema com vários pontos para se ligarem uns aos outros. Ao nível da água, nós ainda temos o sistema vertical, portanto ainda somos donos quer a jusante quer a montante, ao nível do abastecimento, do saneamento é que já não acontece. Isto faz com que haja operações cirúrgicas em determinados lugares. As perdas de água, quando nos candidatámos, verificavam-se em vários pontos do território do município de Palmela, entretanto parecia que iria apoiar grandes infraestruturas, mas teve esta vicissitude que foi ficar destinado aos equipamentos que contribuem para o controlo da água, foi pouco destinado às condutas. Quer a nível de substituição, quer as novas. O nosso projeto que era muito maior e tinha intervenções em vários locais, acabou por ser apoiado só em 2 ou 3 atividades. Diria que o impacto pode ser significativo para as pessoas afetadas por isto, que são os habitantes da vila de Palmela, no entanto, num computo geral é um impacto reduzido. Apesar disso, fica o aviso que é uma coisa importante e que pode ser alargada a outras zonas do município, principalmente quando se fala tanto das perdas de água e alterações climáticas. Projeto extremamente importante, mesmo para disseminar para o resto do território, mas em termos de impacto é reduzido. Todas as outras ações que tínhamos realizado neste âmbito, acabámos por não conseguir recuperar as despesas.

Quanto aos bio resíduos, estamos a falar do envolvimento de várias entidades, desde escolas, restaurantes e particulares. A ideia é ter um sistema montado que permita a recolha de bio resíduos, estamos a falar sempre de biodegradáveis, que através deste projeto teremos a capacidade de recolher várias toneladas. É muito importante, para além de resolver a situação dos detritos verdes que são colocados em contentores ad hoc, sobretudo em zonas industriais. Neste caso, temos uma viatura equipada com uma grua que serve só a esses molhos de verdes colocados ad hoc e vai recolhendo. Esses bio resíduos vão ser entregues à CIBERSul que fará os tratamentos dos mesmos, por isso considero que terá um impacto muito positivo.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: No caso da CM, nós temos 3 operações cofinanciadas pelo POSEUR. 2 estão praticamente terminadas, que têm a ver com a requalificação das encostas do castelo que se enquadra na tipologia da prevenção de riscos. Essa, fisicamente, está terminada desde o final do ano passado, faltam acertar alguns pormenores relacionados com as obras e com a empreitada. O gabinete está, de facto, a encerrar a operação com o POSEUR.

Eu respondo à entrevista na qualidade de chefe de equipa dos fundos europeus da CM Palmela. Temos uma outra operação que tem a ver com as perdas de água que está praticamente terminado. Foi uma operação que não foi assim tão interessante como pensávamos inicialmente porque é muito pontual e, do ponto de vista da elegibilidade da despesa, apoiava coisas muito específicas. Por exemplo:

Equipamentos relacionados diretamente com as perdas de água, para nós a substituição de manilhas, que eles não apoiaram, acabava por ser mais importante para os municípios. Há de facto muita despesa nessa matéria.

Temos também um projeto muito interessante, que estamos com alguma dificuldade em arrancar, o POSEUR tem sido flexível e permitiu que houvesse uma extensão do prazo para 2023. Ela está atrasada, principalmente, pela questão da pandemia. Está relacionado com a gestão de bio resíduos, uma matéria extremamente importante porque os municípios vão ser obrigados a tomar essa responsabilidade até ao ano de 2023. Efetivamente, quer os contentores, quer os veículos adaptados para a recolha dos bio resíduos tem demorado bastante tempo. Temos de ter a noção que os contentores, por exemplo, vieram da Sérvia. Ainda por mais saímos da pandemia e agora temos a guerra, o que torna todo este transporte mais complicado.

Portanto, nos 3 projetos: falamos das encostas do castelo no caso da prevenção e gestão de riscos, temos também ciclo da água e o sistema de bio resíduos que está a arrancar agora, a contratação pública está feita e os contentores já chegaram, as viaturas estamos á espera que cheguem.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Sobretudo este projeto dos resíduos vai ter uma causalidade porque vai responder às expetativas mais gerais do POSEUR. Ao nível da sustentabilidade, vamos entrar quase numa economia circular, através de uma entidade supramunicipal que fará o tratamento dos resíduos e irá valorizá-los, sem dúvida.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: A nível dos dois primeiros projetos que estão já concretizados, sim foram atingidos. Não podemos ignorar que tivemos de rever as metas e reduzir os objetivos. Quanto às encostas do castelo foram totalmente atingidos. No caso da água, tínhamos uma meta muito maior e tivemos de reduzir o número de população atingida e de perdas recuperadas, por uma questão de elegibilidade. Ou seja, temos 100% de execução, mas os projetos foram adaptados. Não era isso que pretendíamos.

No caso dos bio resíduos, é a nossa grande expetativa. É um sistema muito interessante e, do ponto de vista da câmara, obriga a uma reestruturação da orgânica do próprio funcionamento do departamento de recolha de resíduos. Estamos a falar de duas viaturas, mais 1 ou 2 técnicos na gestão, mais os funcionários que apoiam. O objetivo é também criar um sistema de valorização de quem faz a seleção dos resíduos. Vamos ver, só no final conseguiremos dizer, mas os objetivos são altos e os beneficiários são muitos, na ordem das muitas toneladas.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Não seria possível fazer melhor. Os recursos quanto às encostas do castelo foram os adequados, nunca poderíamos fazer melhor. Aliás, com os preços de hoje sempre a subir era incomportável.

O das perdas de água era impossível fazer melhor.

Este último dos resíduos é financiado a 75%, sendo que as viaturas são financiadas a 40%. O esforço do município é muito grande, enquanto nos outros projetos é 85% e o município só entra com 15%. No entanto, sem este apoio fariamos pior, sem dúvida.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: No passado houve algumas relações que se estabeleceram entre a autoridade de gestão e os beneficiários. No caso do POSEUR, houve um esforço para que essas relações fossem mais protocoladas, não digo que seja bom nem mau, de facto usamos mais o email. A partir do momento em que é encontrado o gestor do projeto, consegue-se estabelecer uma relação e ter maior facilidade de comunicação. Se compararmos com o LISBOA2020, eles tentam desburocratizar ao máximo e há relações informais entre os beneficiários e a autoridade de gestão, tudo se passa de forma mais rápida e eficaz. É mais eficiente nos seus canais de comunicação.

Agora, o POSEUR realmente faz um trabalho de casa e prepara tudo de forma muito profissional. Não deixam ninguém sem aviso prévio, é atento às situações de cumprimento ou não cumprimento. Houve esta alteração que agora é a partir do balcão, já não é pelo email. O POSEUR faz avaliações constantemente, envia técnicos, pedem logo informação sobre os projetos mais interessantes, fazem avaliações intermédias, etc. De facto, há uma tentativa de uma boa governança. A dificuldade é até conseguirmos essa relação com o técnico/gestor de projeto. É tudo muito via email, dificilmente conseguimos falar com o técnico. No PO Lisboa, temos uma relação como se fossemos todos parte da mesma equipa, claro que formalizamos o que tem de ser formalizado. Nós temos tido sorte com os nossos gestores de projetos, temos conseguido ter uma ótima relação. O município de Palmela é muito ativo, estamos sempre do lado da solução e nunca do problema. Temos encontrado respostas do lado do POSEUR e nós também fazemos a nossa parte. Diria que tem a ver com a própria estrutura.

Diria que dentro dos programas temáticos, o POSEUR é aquele que está mais próximo dos beneficiários e é aquele que consegue dentro da sua governação compreender a posição dos municípios.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Sim, sem dúvida. Ficamos todos muito mais próximos da Europa. Percebemos as angústias das próprias auditorias europeias, porque nós também temos as nossas auditorias municipais, que são mais vistorias, e que servem para se certificarem que tudo está a ser cumprido. Desta forma, nós também nos sentimos parte dos programas, parte da Europa.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Não vi grande diferença entre o POVT e o POSEUR. Parece-me que só as áreas é que mudaram um pouco e foram bem negociadas. Inclusivamente, parece-me extremamente importante a abertura que o programa tem para negociar algumas medidas muito específicas que quase sempre são prementes. O caso das encostas nem sequer estava prevista inicialmente no POSEUR, estava previsto acho que Santarém, e depois de negociação com os presidentes de câmara houve uma abertura de um aviso para mais três municípios. Que resultou nas encostas de Palmela, nas encostas de São Felipe (Setúbal) e as encostas de Vila Nova de Gaia (Serra do Pilar). Isto teve a ver com situações que tinham sido identificadas há muito tempo, e o POSEUR não teve pejo para enquadrá-las, aceitando até o contributo para o desenho dos avisos. Há uma materialização fantástica destes programas. Os próprios fundos comunitários têm regulamentos muito específicos, às vezes é uma luta entre a legislação nacional e a legislação europeia. Depois também temos os planos de ordenamento do território e outras questões. Acho que as matérias são aquelas que servem a requalificação do território nacional, não só na boa gestão dos recursos e nas questões de sustentabilidade. Desde a questão dos riscos, a mobilidade e

transportes, o ciclo da água, a eficiência energética, bem como a tipologia dos próprios projetos que apoia grandes projetos através do fundo de coesão. Aqui falamos da barragem do alqueva, tgv, a barragem de foz côa, etc, aos poucos o programa tem se vindo a adaptar e acaba por não descorar outros projetos que têm menos investimento, mas que são essenciais para o município. Estamos a falar de 2 milhões para as encostas do castelo, 700 mil euros para os resíduos, as perdas de água tínhamo-nos candidatado para aprox. 700 mil, mas pelas questões de elegibilidade acabámos com cerca de 200 mil euros. Portanto, com esta lógica de pensar a sustentabilidade também apoia pequenos projetos, o que é extremamente importante.

CM Coruche

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Obviamente que prejudicial não foi. Acho que gerou impactos medianos a significativos. Portanto, entre o 2 e o 3.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Os sistemas de água, no qual o POSEUR teve um papel fundamental nas margens do tejo. O abastecimento de água potável às populações. O que tem sido a adaptação às alterações climáticas, em Coruche, tem contribuído para a sensibilização da população. Não teve um impacto muito significativo, também era um projeto pequenino, mas contribuiu para a sensibilização da comunidade educativa. Obviamente, que no âmbito do POSEUR, o que me vem mais à memória são os projetos de infraestruturação na região ao nível da água e saneamento.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Sim, ao nível dos programas operacionais, o POSEUR foi o que mais contribuiu para a sustentabilidade ambiental.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Diria que sim, os objetivos foram atingidos. Obviamente, gostaríamos que fossem ainda mais positivos, mas no geral foram atingidos. O que contribuiu para esse sucesso foi a capacidade das entidades de executarem esses investimentos.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Não me parece.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Acho que sim. O balcão 2020 foi em termos de governação muito importante. O facto de existir um interlocutor para falar diretamente com a autoridade de gestão facilita o processo. É importante termos alguém que nos oiça do outro lado. A plataforma única de candidaturas permite-nos fazer a gestão de todos os projetos, o que não acontece noutros programas.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Sinto que grande parte da população não entende esse valor acrescentado. Aham sempre que é uma obrigação das entidades, no nosso caso das Câmaras municipais, de fazer esse investimento. Eu julgo que só é possível fazer este nível de investimento por via destes apoios comunitários. Apesar disso, parece-me que a perceção desse valor acrescentado tem vindo a aumentar.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Na temática do POSEUR acabou por dar resposta às prioridades da política nacional. Adaptação às alterações climáticas, economia de baixas emissões, etc. Claro que ainda há caminho a fazer. O programa é adequado à temática que visa alcançar.

CIM BAIXO ALENTEJO

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território

1.1. Classificação dos principais impactos do POSEUR na região em análise

A. Economia com baixas emissões

3 = Impactos positivos significativos

B. Adaptação às Alterações Climáticas

4 = Impactos positivos muito significativos

C. Prevenção e Gestão de Riscos

4 = Impactos positivos muito significativos

D. Proteção Ambiental

3 = Impactos positivos significativos

E. Eficiência dos Recursos

4 = Impactos positivos muito significativos

1.2. Concretização de alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

Tendo em consideração a vulnerabilidade do território do Baixo Alentejo aos impactos das alterações climáticas na sociedade, na economia e nos ecossistemas, a CIMBAL promoveu em 2018 a elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo, enquadrado no Programa POSEUR. Com a elaboração deste Plano criaram-se as condições para que o território e os seus agentes estejam mais preparados para os efeitos decorrentes das alterações climáticas. A elaboração deste Plano teve impactos muito positivos nas dimensões em análise no ponto 1.1., tal como explicado de seguida.

Algumas das medidas propostas no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo têm impacto direto na criação de uma economia com baixas emissões, nomeadamente as seguintes ações de adaptação:

OA1. Renaturalização Urbana e Introdução de Soluções com Base na Natureza;

OA3. Promoção de Medidas de Design bioclimático de edifícios.

No que concerne à adaptação às alterações climáticas, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo constitui um Plano que, tendo em consideração as vulnerabilidades atuais e futuras do território na temática das alterações climáticas, identificou e selecionou 26 ações de adaptação às alterações climáticas que se consideram prioritárias para promover a resiliência do território e da sociedade ao fenómeno das alterações climáticas.

Na temática da prevenção e gestão de riscos, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo aprofundou o conhecimento existente sobre as vulnerabilidades do Baixo Alentejo em relação às alterações climáticas, incluindo eventos climáticos extremos, respetivos impactos adicionais e riscos naturais e tecnológicos. Adicionalmente, no âmbito deste Plano foram propostas várias medidas de adaptação que têm impacto direto na prevenção e gestão de riscos, nomeadamente as seguintes ações de adaptação:

OA13. Elaboração de Plano Intermunicipal de Contingência para períodos prolongados de seca;

OA20. Identificação e intervenção de contenção e estabilização de taludes em zonas críticas para movimentos de vertentes;

OA21. Elaboração de Plano Intermunicipal para Gestão de Risco de Inundações.

No que concerne à eficiência dos recursos, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo propôs um conjunto de medidas com impactos diretos na melhoria da eficiência dos recursos (nomeadamente hídricos):

- OA11. Racionalização e gestão do sistema de abastecimento de água;
- OA12. Promoção de Medidas de poupança hídrica e uso eficiente de água;
- OA14. Aproveitamento de água pluvial e residual;
- OA16. Operacionalização de Projetos de Aproveitamento Hidráulico da Barragem do Alqueva;
- OA17. Uso de Sistemas de Rega Eficiente;
- OA18. Criação de bacias de retenção e infiltração hídrica;
- OA25. Realização de campanhas de sensibilização e educação.

2. Causalidade

A implementação do POSEUR no território do Baixo Alentejo tem sido responsável por várias alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região, nomeadamente no que diz respeito à mitigação e adaptação às alterações climáticas. Neste âmbito, a melhoria do conhecimento sobre as alterações climáticas no Baixo Alentejo, a implementação de medidas de adaptação e a promoção da integração da adaptação em políticas setoriais e nos Instrumentos de Gestão Territorial tem desempenhado um papel fundamental para a prossecução destes objetivos. Salienta-se, particularmente, as seguintes alterações em algumas das dimensões de análise:

- Economia com Baixas Emissões: implementação de diversas iniciativas que promovem a descarbonização, nomeadamente a melhoria da eficiência energética em edifícios municipais e a promoção de meios de mobilidade suave;
- Adaptação às alterações climáticas: o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo identificou e selecionou 26 ações de adaptação às alterações climáticas que se consideram prioritárias para promover a resiliência do território e da sociedade ao fenómeno das alterações climáticas;
- Prevenção e gestão de riscos: o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo gerou novo conhecimento sobre as vulnerabilidades climáticas que existem na atualidade neste território e que se preveem até ao final do século, possibilitando uma melhor prevenção e gestão de riscos.

3. Eficácia

Parte dos objetivos previstos no concurso foram atingidos, nomeadamente na implementação de algumas das ações de adaptação às alterações climáticas previstas no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo.

Verifica-se, porém, que existem algumas lacunas na implementação de algumas ações de adaptação, nomeadamente devido à fraca integração nos Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal das ações de adaptação às alterações climáticas previstas no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo, bem como devido à falta de abertura de concursos específicos para financiamento destas ações de adaptação.

4. Eficiência

Considera-se que teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis, essencialmente nas seguintes dimensões de análise:

- Economia com Baixas Emissões: verifica-se a inexistência de uma estratégia integrada, de carácter intermunicipal, no processo de descarbonização do território do Baixo Alentejo, podendo algumas medidas de mitigação das alterações climáticas não produzir o efeito desejado;

- Prevenção e gestão de riscos: verifica-se a necessidade de desenvolver vários instrumentos de carácter intermunicipal, nomeadamente cartografia de risco, um Plano Intermunicipal de Contingência para períodos prolongados de seca, um Plano Intermunicipal para a Gestão de Risco de Inundações, entre outros;
- Eficiência dos recursos: ainda se verifica no Baixo Alentejo o desenvolvimento de escassas intervenções para racionalização e gestão do sistema de abastecimento hídrico, de projetos de aproveitamento de água pluvial e residual e de campanhas de sensibilização e educação para a poupança hídrica.

5. Eficácia Operativa

Está associada aos mecanismos e modelo de governação da CIMBAL.

6. Valor acrescentado

A implementação do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo contribui de forma significativa para incrementar o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados. Neste âmbito, salienta-se o forte alinhamento deste Plano com diversos referenciais estratégicos, designadamente com a Nova Política de Coesão 2021-2027, com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o Pacto Ecológico Europeu.

Particularmente no que diz respeito à Nova Política de Coesão 2021-2027, salienta-se o forte contributo do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo para contribuir para o objetivo desta Nova Política “Uma Europa mas verde e hipocarbónica”. É também de salientar o contributo do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13: “Ação climática”. Por fim, destaca-se o contributo do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alente com para a consecução dos objetivos do Domínio de Intervenção “Alterações Climáticas” do Pacto Ecológico Europeu.

7. Relevância / Coerência

De um modo geral, a configuração do PO está a responder de forma adequada às prioridades da política pública nacional, permitindo alcançar os resultados previstos, nomeadamente em matéria de adaptação às alterações climáticas. De facto, o desenvolvimento do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo contribui para a o reforço das capacidades de adaptação do país às alterações climáticas, tendo como referência a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020), que tem como visão contribuir para um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.

CIM Alentejo Litoral

Nota prévia: O CIM Alentejo Litoral trabalha apenas com dois projetos no âmbito do POSEUR, as entidades que têm mais contacto com o PO no Alentejo são os municípios.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Tendo em conta a comunicação dos canais do POSEUR, eu diria entre o nível 3 e o 4.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: No Alentejo Litoral, estamos a fazer 5 planos de resiliência, um para cada município, e a rever alguns planos que estavam desatualizados na área de conservação da floresta. Para além disso, temos também um plano de adaptação às alterações climáticas. Eu acompanhei principalmente durante a execução das candidaturas no balcão 2020.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Os projetos estão a ser acompanhados pelos municípios e estão a ser feitos os levantamentos todos no terreno e darão lugar depois a projetos direcionados para as necessidades da região. Neste caso, os municípios, a proteção civil e os técnicos de ordenamento do território é que estão a executar esse trabalho. Nós somos apenas um “chapéu” para os municípios acederem ao financiamento.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Os objetivos têm sido cumpridos porque o POSEUR tem sido impecável no acompanhamento dos projetos, vê-se que é um programa que está bem organizado, tanto nos lembretes como no acompanhamento que dão aos beneficiários e nos timings de resposta. Nota-se que é um programa que funciona.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Da experiência que tenho, não tenho qualquer crítica negativa a fazer porque efetivamente dão nas respostas céleres, são claros nos avisos e respostas. Nós não tivemos qualquer entrave ao avanço dos trabalhos da parte do POSEUR.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Nós temos um balcão único onde submetemos as candidaturas e faz depois a ligação ao POSEUR e Feder. Eu pessoalmente não tive problemas durante os processos de candidatura. É burocrático, tem exigências de assinaturas, no entanto, isso são coisas inerentes à própria gestão dos fundos.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Não tenho experiência suficiente para avaliar o progresso na perspetiva europeia.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Tendo em conta a alocação dos fundos penso que está bem alinhado e estruturado. Estamos a falar do Alentejo, uma região muito verde quando comparada com outras regiões, onde a natureza ainda tem algum território sem intervenção e acho que o POSEUR tem vários eixos e várias medidas que podem garantir a boa utilização dos fundos. O Alentejo ainda é uma região muito rural e precisa do POSEUR para se desenvolver.

CM Odemira

Nota prévia: A minha experiência com o POSEUR não é muito grande. O colega que trabalhava nesta área das candidaturas saiu. Nós não temos muitas candidaturas POSEUR. A nossa experiência e contacto com o POSEUR não é muito grande.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Na dimensão A – Impactos positivos pouco significativos.

Na B – Impactos positivos pouco significativos.

Na C – Há outros fundos mais indicados para combater esta temática, por isso também diria 1 (Impactos positivos pouco significativos).

Na D – Já passaria para o 2, impacto positivo mediano.

Na E – Diria 4. (Impacto positivo muito significativo).

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Nós temos candidaturas aprovadas no âmbito da eficiência dos recursos, que são as ETARs – Estações de Tratamento de Águas Residuais e as estações elevatórias de águas. Estas acabam por ter um impacto muito significativo por uma questão de saúde pública e ambiental. Evitam que as pessoas tirem água dos poços e fazem a ligação à casa das pessoas. O concelho de Odemira é relativamente grande, temos uma área de 1700 km², por isso há muitas casas com furos. Devido a isso apostámos mais na eficiência dos recursos no POSEUR.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Acho que qualquer um dos programas operacionais tem sempre impactos positivos nas medidas que foram implementadas nos domínios de sustentabilidade ambiental. Todos eles vão de encontro às baixas emissões, às alterações climáticas, à gestão de riscos ou à proteção ambiental, se realmente elas forem medidas implementadas com certeza que serão muito importantes para a região. Não sei se foi bem aproveitado a nível nacional e regional porque há outros programas como o fundo ambiental que acabam por ajudar muito a nível municipal na proteção ambiental e ao nível das alterações climáticas. Para além disso, o PDF ajuda-nos muito também na prevenção e gestão de riscos. Relativamente à economia com baixas emissões também temos o Alentejo 2020 que nos ajudou bastante. Há demasiados programas operacionais e o POSEUR pode não ter tido o impacto que se previa.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Sinto que os objetivos não foram alcançados porque eles são muito exigentes. Tenho algum receio que muitos dos objetivos não sejam cumpridos porque, segundo a minha experiência, são candidaturas muito complexas e é um programa muito exigente. Acho que muitos dos resultados nem sequer são atingíveis.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Acho que sim. Era importante minimizar a complexidade do programa e baixar um pouco os objetivos. Estamos a falar de regiões com infraestruturas muito débeis. Nós aqui ainda precisamos muito de melhorar infraestruturas e acho que o programa é demasiado exigente por ser feito, talvez, à escala nacional ou europeia. Nós para concorrermos para essas metas, achamos que não são atingíveis.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Creio que estes mecanismos não contribuíram. Os balcões são muitos, as próprias dimensões são geridas por várias entidades diferentes. Olho aqui para a proteção ambiental e lembro-me logo do fundo ambiental, do POSEUR, do Alentejo 2020 ou do Mar 2020. Por isso, mesmo que o POSEUR esteja centralizado numa só plataforma, o facto de existirem várias plataformas para cada um dos programas dificulta a nossa tarefa de acompanhar os avisos que estão abertos. Só o POSEUR é um mundo, não há eficácia operativa. Eu concordava que houvesse apenas um único balcão e um método de pesquisa acessível para os beneficiários poderem procurar. É preciso ser mais ágil, nós temos projetos que podíamos meter numa plataforma e alguém nos daria uma ajuda a explicar quais os avisos que estão abertos para esse determinado projeto, o que ajudaria os beneficiários a candidatar os seus projetos. Este modelo de governação de 2014-2020 não contribuiu para o processo de implementação de POSEUR. É uma panóplia muito grande de programas e plataformas. A própria entidade gestora é diferente da financiadora, cada um com as suas exigências, tornam tudo um bocadinho complexo.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Ele permitiu-nos a nós fazer investimentos que poderiam não ser financiados anteriormente. Com certeza que se obteve bons resultados com a implementação do POSEUR, mas continuo a afirmar que os objetivos europeus são muito exigentes. A dotação de facto é muita, mas não sei se foi atingido em termos de execução. Aquilo que oio é que não foi atingido.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Eu acho que ele responde às políticas públicas nacionais, apesar de estarmos numa fase de transição do quadro comunitário. Com certeza que estas dimensões que analisamos aqui continuarão espelhadas também no PT2030 e nas prioridades da política pública nacional nos próximos anos.

Agora como é que se pode executar mais deste PO de forma a ser mais acessível aos beneficiários regionais? Creio que teriam de fazer algumas adaptações.

Águas do Alentejo

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise.

R: Impacto positivo bastante significativo (4).

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Recentemente concluímos projetos no domínio do abastecimento da água, a nível de resiliência e fiabilidade, que tanto chegam aos grandes aglomerados de população como aos pequenos aglomerados e sempre com qualidade, por isso digo que é muito significativo. Acabámos de, no final do ano passado, adotar mais 29 pequenos aglomerados, grande parte deles implicavam o transporte de água por autotanque, portanto, se não fossem estes fundos tornar-se-ia mais difícil. É um projeto de décadas que os fundos permitiram acelerar.

Nomeio, também, ao nível do POSEUR, intervenções no saneamento, esta zona do território iniciou um processo de infraestruturação no desígnio das águas (abastecimento de águas para consumo humano e saneamento de águas residuais urbanas). A aposta no saneamento, primeiro pelo POVT e depois pelo POSEUR, permitiu eliminar um conjunto de trinta e três aglomerados que estavam num processo contencioso ambiental. No abastecimento de água, em particular nos sistemas de monte da rocha, e na generalidade do baixo Alentejo, que é uma zona de escassez histórica, vai permitir a alteração muito significativa, mesmo em pequenos aglomerados com 50 habitantes. Esta questão na qualidade de vida das pessoas é muito importante.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Eu diria que é também muito importante. Como sou de finanças, diria que o princípio do “utilizador pagador” já tem mais de um século, mas continua a tardar em termos de implementação e fonte de financiamento em Portugal, por isso é que esta alavanca do fundo comunitário é muito importante.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Grande parte das intervenções que foram feitas noutras zonas do território, foram feitas em áreas onde o assunto era mais premente. Aliás, já tinham começado no século passado ou início deste século. Esta parte do território (Alentejo) não só pelos antecedentes de infraestruturação, mas também por outros motivos políticos só se iniciou na segunda década deste século. Aqui temos andado atrasados a fazer intervenções que outras partes do território fizeram nas duas décadas anteriores, nomeadamente, no sentido de maior escala, maior fiabilidade das soluções. A questão aqui é fazer esse upgrade. No entanto, não estamos a falar da agenda de hoje, a agenda dos últimos anos aqui para a região já tem sido diferente. No caso do POSEUR, estas questões estão na sua agenda, mas não são o centro da sua prioridade de ação política, por isso é que o POSEUR talvez não tenha contribuído tanto neste aspeto, porque existe um desfasamento temporal entre o Alentejo e o resto do país. Embora, o POSEUR tenha como grande preocupação a qualidade do investimento.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Eu diria que não era possível no caso do Alentejo. Relativamente a outros casos, eu diria que era possível, pois até que ponto é que os incentivos a fundo perdido não passam a ser parte do problema.

Estes fundos pertencem à coesão, o que significa que existem para nós atingirmos um determinado patamar de desenvolvimento. Mas até que ponto é que nós às vezes nos acomodamos a esta situação confortável do fundo perdido e depois não damos os passos que são necessários noutras dimensões. Face à estruturação que estamos a seguir no Alentejo, claramente acho que foram atingidos grandes resultados. Noutro tipo de intervenções, mais ligadas à eficiência, tem de se seguir outra abordagem, talvez de maior incentivo que deve ser acompanhado de outras medidas. Nós aqui nas Águas do Alentejo já somos um projeto que maximiza essa abordagem, ou seja, que agrega vinte concelhos. No nosso caso, já há associada à lógica dos fundos comunitários uma estruturação das próprias entidades e como esta prestação de serviço é feita às populações. Como digo, quanto ao Alentejo claramente que os resultados estão alinhados com os recursos, noutros casos, permitam-me discordar, pois acho que existe a necessidade de criar um incentivo à estruturação, sob pena que após várias décadas de apoios comunitários estejamos no mesmo ponto de desenvolvimento.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Estes mecanismos contribuíram fortemente para a implementação do POSEUR. Dou um exemplo, estive num projeto no âmbito do quadro comunitário passado e posso dizer que, principalmente, em termos de agilização de pagamentos, tem sido uma coisa extraordinária. Nós temos sentido uma evolução extraordinária. A proximidade com os serviços já era boa e uma agilização de processos veio dar um salto muito importante.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Nós (portugueses), por vezes, se não somos incentivados pela política europeia comum, acabamos por ficar onde estávamos antes. Por vezes o diálogo não é fácil. Por exemplo, até há pouco tempo, a comissão europeia não tinha a perceção das nossas necessidades em termos de barragens ou albufeiras porque toda a gente estava habituada na Europa a ter uma dispersão da pluviosidade constante ao longo do ano. No entanto, nós aqui em Portugal temos uma questão temporal associada à pluviosidade que obriga a outro tipo de pluviosidade, até devido à ação das alterações climáticas. Portanto, acaba por ser um processo rico para ambas as partes. Do nosso lado, temos o incentivo para coisas como o “utilizador pagador” e outros princípios que temos vindo a acolher, do ponto de vista comunitário, há uma maior sensibilização para as diferentes partes geográficas de todo o território da União Europeia.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: O POSEUR procura responder de forma adequada às prioridades da política pública. Deram-se passos muito interessantes, nomeadamente nos ganhos de escala, numa maior especialização na área do ambiente (principalmente na distribuição da água) houve uma distribuição importante. Há sempre a tendência para resolver com fundos comunitários os problemas do passado, no entanto isso está relacionado com a agenda política e temos de respeitar essas decisões. Eu diria que há espaço para separar bem o que é muito estrutural, e que deve ser mais acompanhado pelo fundo, perdido e aquilo que não é tão estrutural e deve ser acompanhado por outras dimensões. O POSEUR é mais a “cenoura” para impulsionar os processos de estruturação, não é baseado naquela ideia de fazer investimento para resolver um simples problema de infraestrutura. De facto, há neste caso a dimensão do investimento financeiro e impacto económico que são muito importantes e devem ser utilizados em coisas “mais pesadas”. É importante incentivar outro tipo de medidas de estruturação.

Águas do Algarve

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Relativamente ao impacto do POSEUR, reportando às nossas intervenções, eu julgo que teve um impacto muito positivo. Conseguimos através destas ações dirimir alguns dos problemas que tínhamos ao nível do saneamento, ligações e conseguimos dar uma boa resposta enquanto entidade concessionária do tratamento do saneamento. Portanto, acho que foi muito bom.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Podemos destacar dois grandes projetos. A ETAR da Companheira que dá conta das águas residuais de Portimão e freguesias limítrofes. Era uma situação de passivo ambiental e que estávamos já a ser penalizados e com alertas da U.E por incumprimento dos parâmetros legais necessários e esta construção da nova ETAR veio culminar com essa situação. Idêntica a essa é a antiga ETAR de Faro-Olhão que com um grande investimento ficou solucionado o problema através da construção de uma nova ETAR e das novas soluções de tratamento que foram preconizadas com este projeto. São as duas mais emblemáticas em termos de saneamento.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: Muito relevante. No nosso caso a construção de ETARs tem um impacto direto nas nossas praias. Estamos localizados numa zona que é facilmente monitorizado esse impacto através das nossas bandeiras azuis, na qualidade da ria formosa que é um meio recetor da ETAR Faro-Olhão altamente sensível, portanto temos de ter todos os cuidados e cumprimentos. Foi um impacto significativo ao nível do tratamento dos resíduos.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Relativamente ao que nos propúnhamos e visto que estão quase todas na fase final, eu diria que sim, que os objetivos foram atingidos. Quando digo, isto é, com base no que foi previsto e no que foi executado na candidatura. Em termos mais amplos, nos objetivos mais genéricos não consigo avaliar. Os problemas que estavam identificados eram essencialmente ao nível das duas grandes ETARs que tinham uma descarga no meio recetor que não era compatível com os parâmetros. Tínhamos questões de incumprimento sinalizadas pela própria EU, por isso tínhamos mesmo de ir ao encontro das exigências da EU. Nós somos uma entidade multimunicipal e temos esta concessão do tratamento da água para consumo humano também dos afluentes para todos os 16 municípios. Por isso, temos de ter muito cuidado com a forma como tratamos a água porque depois vamos lá buscá-la outra vez para a tratarmos e devolvermos, porque nós fazemos o ciclo completo de água e saneamento. Estamos altamente visíveis, todo o nosso impacto é muito significativo.

As águas do algarve têm 20 anos, é relativamente recente, no entanto herdámos algumas infraestruturas municipais, por exemplo pequenas ETARs que foram integradas no nosso sistema e que estavam mais obsoletas e precisavam de intervenções. Algumas coisas foram construídas de raiz, outras precisavam de ser melhoradas. Havia alguma dificuldade de harmonização. Como conseguimos homogeneizar ao longo dos vários anos e municípios as questões do tratamento, isso teve um impacto

positivo porque o objetivo das empresas como a nossa é estabelecer um serviço de qualidade a todos de forma idêntica. Cobramos as mesmas tarifas, portanto temos de zelar para que o que oferecemos seja equiparado. Neste caso havia algumas discrepâncias porque algumas estruturas eram novas e outras não, por isso precisámos de as beneficiar. Por aí teve um grande impacto. Tivemos também projetos mais pequenos, como o último que tinha a ver com a reutilização da água para outros fins. Ao longo destes anos tivemos vários paradigmas. Começámos por obras mais pesadas a nível de infraestruturas para o tratamento do afluente, tivemos ligações de pequenas ETARs para serem ligadas às grandes. Agora estamos mais numa fase de afinação dos processos da escassez hídrica que é um fator determinante para nós. Temos, por isso, uma candidatura piloto com o POSEUR para a reutilização de águas tratadas na ETAR de VRSA que terá funções diversas, ao invés de ser devolvida ao meio recetor. Temos protocolos com os campos de golfe nas imediações para que sejam utilizadas essas águas residuais. Vamos melhorar a escassez nas nossas origens de água, é menos essa que vamos buscar, pois os campos de golf vão usar esses furos para utilizar uma água que tem condições para ser reutilizada. Estamos a ser mais eficientes nessa utilização dos recursos. É uma das prioridades também para o nosso PRR. A questão da reutilização da água e a dessalinização estão agora em foco por causa das alterações climáticas e da escassez, que é um dos nossos problemas aqui.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Isto são sempre projetos dinâmicos. Nós quando começamos uma obra vamos sempre buscar as melhores soluções existentes no mercado, mas a tecnologia está sempre a evoluir. Aquilo que são dimensionamentos e o horizonte do projeto que está relacionado com o nosso contrato de concessão que é a 25 anos. Há uma estimativa do que serão os números da população e do consumo, no entanto às vezes sofrem alterações inesperadas. Podia haver algumas afinações, mas no computo geral, o que existe está a dar cumprimento ao objetivo. Se pontualmente poderia ter sido mais eficiente em termos financeiros, eventualmente sim. Mas avaliar as coisas depois delas estarem feitas tem sempre destas coisas, por exemplo nos últimos dois anos tivemos uma redução significativa do tratamento de águas residuais. Tivemos muito menos turismo, por outro lado, também foram anos de seca em que tivemos de garantir que as nossas albufeiras fossem utilizadas até ao limite. Nós aqui no Algarve temos uma situação que é a de garantir que todas as infraestruturas têm de estar direcionadas para o pico, para o mês de máxima utilização. Temos de ter a capacidade de dar resposta ao máximo. Não podemos incorrer na situação de em pleno agosto não termos a capacidade de tratar a água necessária para todas as pessoas que cá estão. Portanto, as nossas infraestruturas são subutilizadas em grande parte dos meses do ano, para depois serem utilizadas ao máximo nos meses em que se verifica esse consumo. Portanto, em eficiência económica, se tivéssemos um comportamento idêntico todo o ano talvez pudéssemos ter uma estrutura menor que fosse capaz de satisfazer a população de todo o ano. No entanto, como nós temos de estar preparados para o pico, muitas delas funcionam com linhas autónomas. Em grande parte do ano funciona uma linha de tratamento e quando chega o verão, quando há uma maior procura, entramos com outras dimensões para que possamos dar outra resposta.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Eu julgo que sim. Eu trabalho com muitos fundos comunitários, de inovação e desenvolvimento, cooperação, etc, e devo dizer que a plataforma do POSEUR e o seu funcionamento é dos mais simples e ágeis com que trabalho. Há uma facilidade muito grande de contacto com os técnicos que estão responsáveis por cada operação e por isso acho que é bastante eficaz.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Não trabalhei com quadros comunitários anteriores, eu comecei com o POSEUR. Em todo o caso, eu julgo que tudo o que seja a possibilidade de replicar experiências e homogeneizar processos só traz vantagens, salvaguardando as especificidades de cada projeto e de cada país. Mas acho que havendo um fio condutor, uma linha de continuidade e integração é muito proveitoso porque isto facilita-nos para projetos seguintes e outras plataformas com as quais trabalhamos. Depois já sabemos que funcionam de forma mais ou menos idêntica, com as devidas adaptações.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Eu julgo que o POSEUR tem contribuído de uma forma muito direta. Não resolvemos todos os problemas das águas e dos resíduos com o POSEUR, já existiam outros programas anteriores que visavam os mesmos problemas. Mas este em concreto no qual estamos a ultimar infraestruturas e otimizar processos, eu julgo que sim. Que foi um impacto muito positivo.

É importante perceber que há muita coisa que damos por adquirida e que, felizmente, entraram de forma muito natural no nosso país. Tal e qual como é inconcebível atualmente abrir a torneira e não sair água de qualidade. No entanto, isso só foi possível porque houve coisas por trás que obrigaram a muito investimento e trabalho de diferentes entidades. Nós aqui já temos uma taxa de cobertura e de qualidade da água de 99.9% e ao nível de saneamento estamos perto disso. O investimento foi feito, a cobertura a todos os municípios está assegurada e a qualidade do serviço também. É daquelas coisas que dá para perceber ao olhar para os indicadores da ERSAR porque temos sempre de reportar a eles. Isto para perceber o que era o antes do investimento e a realidade atualmente, apesar de todos os constrangimentos que nos são alheios. A questão das alterações climáticas veio revolucionar o que era o paradigma inicial destes projetos.

CCDR Algarve

Nota prévia: É importante compreender a governança dos fundos no país. Nós temos competências muito distintas na região. Os apoios do POSEUR não são acompanhados na escala regional, a minha unidade que é o órgão de acompanhamento das dinâmicas regionais tem a competência de acompanhar todos os apoios independente da natureza dos programas. Tem de acompanhar todo o investimento feito na região, mas é um acompanhamento quantitativo e dividido por eixos. Há balizas muito claras entre as tipologias que cabem no PO nacional e aquelas que cabem no PO regional. Houve outros quadros financeiros em que havia tipologias que estavam no temático e também no programa operacional regional. O atual quadro de programação, o 14-20, é muito claro nessas fronteiras, mesmo tendo em conta uma região em transição como é o Algarve, há um conjunto de matérias que os programas não tocam. O POSEUR é uma exceção porque toca em quase todas as matérias.

Do que vamos conhecendo dos futuros programas de parceria, há um conjunto de dimensões que estava na esfera do POSEUR e vão passar para a esfera dos PO regionais, estamos a falar de proteção civil, riscos, ciclo urbano da água, resíduos, biodiversidade. No Algarve, há uma separação clara entre FEDER e fundos de coesão. Parte da perceção que lhe poderei passar é muito baseado em dados quantitativos, com uma expressão que conhecemos por via do acompanhamento que fazemos que é público.

Há fronteiras muito claras entre aquilo que o POSEUR toca e o que os PO regionais tocam. Há incidência territorial de apoio, mas não há qualquer nível de gestão dos projetos que são feitos na região do Algarve por parte das autoridades de gestão dos PO regionais. Isto deriva do poder de governança. Nós fazemos a monitorização, mas não temos responsabilidade na gestão. Não nos pronunciamos, não damos pareceres, não é da nossa competência.

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Impacto muito significativo. Porque cobre áreas que nos são muito caras e exigentes no domínio da sustentabilidade regional. Estamos a falar dos resíduos, da água, da proteção do litoral, nos transportes menos visível, mas já com caminho feito.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: Resolveram parcialmente um conjunto de questões. Há um desenvolvimento progressivo com impactos visíveis para a economia regional. Por exemplo, nós temos quase 100% de água de boa qualidade na região, o que deriva muito do esforço que foi feito noutros quadros financeiros, por isso é natural que seja menos visível no âmbito do POSEUR porque já tínhamos uma rede eficiente nesse aspeto. Temos valores que superam os 97% de população servida com água de muita qualidade. Ao nível dos resíduos, embora se tenha colocado como uma situação crítica na região, e temos um efeito muito significativo que é o efeito per capita dos consumos, muito associado aquilo que é o perfil de especialização regional. Ou seja, os nossos números são sempre relativos, porque o lixo que cada pessoa consome não é apenas dele, é dele e de vários turistas, no entanto no per capita aparece só associado aos habitantes do Algarve. Isto acontece na produção de resíduos, nos consumos de água e num conjunto de outras dimensões, até no acesso a serviços de interesse geral.

Devo salientar uma questão significativa, na percentagem de resíduos tratados o Algarve tem três vezes mais pontos percentuais de tratamento do que a média nacional. Ou seja, o Algarve fez caminho muito visível nesta ótica da sustentabilidade. Quanto ao tratamento de águas, o salto nos últimos 25 anos é tremendo. Não só a água que consumimos, mas também a que devolvemos após tratamento. A mudança é excecionalmente muito elevada. Tivemos investimentos muito significativos em Faro, Olhão e Portimão em ETARs, que penso serem talvez os mais significativos na região, no âmbito do POSEUR. Isto tem tradução prática na qualidade das nossas praias, que são muito relevantes para a economia regional. Neste contexto, temos a maior quantidade de bandeiras azuis no país, que não seria possível se não tivéssemos água de qualidade a ser devolvida. Num território que é relativamente

escasso no contexto nacional, aqui no Algarve temos quase 1/3 das bandeiras azuis do país, ou seja, são quase 100 praias na região. É um número muito expressivo que tem evoluído de forma positiva neste contexto.

A evolução é positiva, não é tão visível neste último quadro. Aliás, segundo dados de ontem temos menos de 100 milhões de euros de apoio em projetos para a região do Algarve. No contexto de um programa que tem uma dotação muito grande, é residual, mas na escala da região é muito significativo e que nos levam a ter um perfil de sustentabilidade feliz dado o contexto regional e a importância que estes investimentos têm na qualidade do ar, das águas, do ambiente urbano, na questão das emissões (que há caminho por fazer, aliás está todo quase por fazer na região). Mas são passos significativos com impacto direto na qualidade de vida da população e de quem nos visita, sendo um fator de atração. O Algarve é sempre criticado de forma pejorativa, no entanto eu defendi no contexto nacional uma ideia que é: se temos fluxo de turistas e as mesmas pessoas a voltarem ano após ano, é porque efetivamente se sentem bem, porque ninguém volta a um sítio onde se sente mal. A questão da sustentabilidade e qualidade do ambiente é importante para isso. Não podemos confundir isso com a ocupação do território, são fatores distintos. Mesmo com esta ocupação do território no Algarve, estamos a fazer caminho para reverter os nossos padrões de sustentabilidade de forma a torná-los cada vez mais sustentável e eficientes. O Algarve tem um contexto muito adverso à escala nacional, nós temos cerca de 70% do território com algum estatuto de proteção, temos um conjunto muito significativo de áreas protegidas e rede Natura, o que nos condiciona de certa forma, e o programa ajuda-nos a suportar esses locais, por isso só posso avaliar como impacto muito significativo.

Resolveram parcialmente um conjunto de questões. Há um desenvolvimento progressivo com impactos visíveis para a economia regional. Por exemplo, nós temos quase 100% de água de boa qualidade na região, o que deriva muito do esforço que foi feito noutros quadros financeiros, por isso é natural que seja menos visível no âmbito do POSEUR porque já tínhamos uma rede eficiente nesse aspeto. Temos valores que superam os 97% de população servida com água de muita qualidade. Ao nível dos resíduos, embora se tenha colocado como uma situação crítica na região, e temos um efeito muito significativo que é o efeito per capita dos consumos, muito associado aquilo que é o perfil de especialização regional. Ou seja, os nossos números são sempre relativos, porque o lixo que cada pessoa consome não é apenas dele, é dele e de vários turistas, no entanto no per capita aparece só associado aos habitantes do Algarve. Isto acontece na produção de resíduos, nos consumos de água e num conjunto de outras dimensões, até no acesso a serviços de interesse geral.

Devo salientar uma questão significativa, na percentagem de resíduos tratados o Algarve tem três vezes mais pontos percentuais de tratamento do que a média nacional. Ou seja, o Algarve fez caminho muito visível nesta ótica da sustentabilidade. Quanto ao tratamento de águas, o salto nos últimos 25 anos é tremendo. Não só a água que consumimos, mas também a que devolvemos após tratamento. A mudança é excecionalmente muito elevada. Tivemos investimentos muito significativos em Faro, Olhão e Portimão em ETARs, que penso serem talvez os mais significativos na região, no âmbito do POSEUR. Isto tem tradução prática na qualidade das nossas praias, que são muito relevantes para a economia regional. Neste contexto, temos a maior quantidade de bandeiras azuis no país, que não seria possível se não tivéssemos água de qualidade a ser devolvida. Num território que é relativamente escasso no contexto nacional, aqui no Algarve temos quase 1/3 das bandeiras azuis do país, ou seja, são quase 100 praias na região.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: O meu argumento na questão 1 acaba por ser transversal às restantes questões. É inequívoco o contributo que teve, não só o POSEUR, mas também os FEI. Os saltos tremendos que demos ao nível das estações de tratamento de águas residuais, nas estações de tratamento de águas residuais, nos centros de triagem e tratamento de resíduos são sinais muito significativos dessa aposta e desse

investimento realizado na região. Há uma causalidade direta do PO com as alterações verificadas. Quanto à emergência climática, o Algarve é um território de extremo risco, as subidas do nível médio das águas colocam-nos como uma das regiões em que o impacto será mais visível e célere. Neste contexto, creio que os programas e o POSEUR são escassos nesta matéria. Há caminho para fazer nas emissões e nas alterações climáticas. Nós vamos ter uma componente significativa no próximo período de programação no Algarve, em que vamos ter uma proposta de mobilidade pública mais limpa entre Faro, Loulé e Olhão que concentra quase metade da população da região do Algarve. Relativamente à dinâmica costeira, há uma componente significativa para a sobrevivência de algumas atividades da região. Quanto à disponibilidade hídrica, há uma componente complementar muito significativa que se prende com os apoios do programa de recuperação e resiliência que alocaram à região do algarve um pacote financeiro de 200 milhões de euros para fazer face à questão hídrica na região e vai ter impactos num conjunto diferenciado de setores. Isto não coloca a problemática unicamente na disponibilidade hídrica, mas coloca-a também na eficiência do recurso, sobretudo tentando que se façam consumos consentâneos com a disponibilidade que temos. E tentando minimizar as perdas que são muito relevantes no Algarve, acima da média nacional. Tudo o que pudermos reverter de perda para água disponível é caminho feito. Aliás, já fechou o primeiro aviso do PRR para aquilo que são as suas redes para minimizar os efeitos de perda de água.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Tendo em conta aquilo que estava previsto, e uma vez que depende um pouco da vontade dos atores, face ao que estava pensado, penso que foram atingidos e são visíveis no território. Não quero que entenda que foram suficientes, porque não é. O caminho que foi feito foi de forma adequada, os investimentos foram adequados e respondem a problemáticas que eram sentidas na região. A questão da ETAR que foi feita a Barlavento e a que foi feita no Algarve central vieram dotar a região de equipamentos modernos que melhoraram o desempenho da região nessas frentes. Agora, foi eficaz nesses investimentos, no entanto, outros investimentos são necessários. Aliás, há uma situação crítica com o esgotamento das estações de tratamento de resíduos, de aterros, e há trabalhos para fazer na minimização de resíduos que vão para aterro, mas a verdade é que os aterros estão a ficar com capacidade reduzida e a sua capacidade não é infundável. Temos dois processos a cumprir em simultâneo, minimizar a quantidade de resíduos que vão para o destino final, temos que acautelar que é preciso ter condições para aqueles que chegam ao destino final, ou seja, ao aterro. Espero que o PO continue a olhar para estas dimensões.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: Mentiria se dissesse que sim. No entanto, isto não depende apenas duma parte. Há situações que derivam de avisos de convite e há situações que derivam da dinâmica de procura. E há questões da dinâmica de procura, em que os atores da região, eventualmente, não se posicionaram atempadamente para aceder a um conjunto maior de financiamento. Aí assumo que haverá uma quota parte de partilha de responsabilidade da reduzida afetação de verba à região, também por falta de dinâmica dos atores da região.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: Não tenho a percepção dos beneficiários que podem ter sentido essa melhoria. Na partilha da nossa experiência enquanto autoridade de gestão e segundo a avaliação intercalar que temos em curso neste momento, não há por parte dos beneficiários a noção que a centralização numa única plataforma tenha tornado o processo menos burocrático. Facilitou sim o acesso. O processo é muito complexo, mesmo comparando com programas nacionais, as cargas burocráticas inerentes aos processos são muito superiores. Houve no discurso, os mecanismos de simplificação foram amplamente difundidos, principalmente na centralização da “porta de entrada”, mas quanto à carga burocrática, minimizou muito pouco os danos que já vinham do passado. Houve uma substituição de canal, não houve uma diminuição de carga.

Depois há outra dimensão significativa, para melhor desempenho dos programas de forma célere, algo que foi defendido no início do POSEUR, que estava relacionado com um calendário atempado de avisos. Uma previsão de abertura de avisos foi algo que se diluiu ao fim de ano e meio, isso deixou de ser visível quando era mais necessário. Isso condicionou os timings de candidatura, a preparação e capacitação dos atores para aceder, e a própria familiaridade que se pode ganhar com a plataforma ou balcão que foi instituído para o efeito. Há um processo de simplificação em curso, mas mesmo assim não vai resolver aquilo que tem sido apontado pelos beneficiários como as principais fragilidades no acesso aos apoios no âmbito dos programas operacionais.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: O valor acrescentado não vem do programa. Vem das tipologias que são apresentadas pelo programa. Neste contexto, o valor acrescentado europeu é visível e palpável em todas estas frentes. No Algarve traduz-se nos impactos positivos que partilhei consigo na primeira questão. Quando temos uma taxa de tratamento de resíduos muito superior à média nacional, quando temos água a ser devolvida e servida nas nossas torneiras, é muito resultante do valor acrescentado europeu. Sem este impulso, não se atingiria estes padrões de forma tão rápida e eficaz. O valor acrescentado europeu, no contexto do Algarve foi visível na eficiência dos recursos, não tão visível nas outras dimensões de análise. Por isso, seria errado não observar este valor acrescentado europeu nas nossas vidas, no nosso dia a dia. Ou seja, as escolas, os centros de saúde, as universidades, em todas elas é visível o valor acrescentado europeu. Está presente todos os dias, é indissociável. Aqui na zona, desde os apoios para o cineteatro, a restauração da fonte, a valorização da igreja ou a ETAR todos estes são promovidos pelos apoios europeus, e eu penso o que seria destas vilas sem esses apoios. Quem negar esse valor acrescentado não tem a noção de como seria vida sem estes apoios europeus, basta abrímos a torneira para perceber.

Se o apoio europeu foi aplicado de forma correta já são “outros 500”, mas não posso negar o impacto positivo que teve o investimento europeu, os transportes públicos, o acesso a uma série de serviços, etc. Há uns anos demorava quatro horas e meia para fazer Lisboa – Algarve, agora demoro duas horas e pouco a fazer essa viagem. A mesma coisa com o Alfa-pendular. Tudo isto é o aspeto visível de que os fundos europeus contribuíram para o desenvolvimento do país.

Posso ser crítico quanto á utilização de alguns fundos ao longo do tempo em setores estratégicos, no entanto, pesados os pratos da balança, pende para o lado do desenvolvimento fruto do valor acrescentado europeu. O próprio ISCTE tem muitas melhorias resultado do apoio comunitário. Não está tudo bem, mas há muita coisa que melhorou devido a esse valor acrescentado europeu.

A oportunidade que a Europa nos trouxe de trabalharmos em rede, permitiu-nos sermos melhores, ensinar e aprender. Toda esta lógica que está relacionada com a cadeia de produtividade e com os processos de internacionalização, não tenha dúvidas que o valor europeu que permitiu a internacionalização de empresas para os mercados onde estão a trabalhar atualmente. Sem essa ajuda

no arranque, não seria possível chegar a esses mercados. O escalar para mercados longínquos como a Ásia e as Américas é muito consequência desta questão. A mobilidade geográfica também é resultado de estarmos na Europa, inclusive a mobilidade de alunos, professores e investigadores. Apesar de haver coisas que não correram tão bem, o desenvolvimento é enorme. No que toca ao POSEUR, a qualidade da água servida no contexto nacional e regional é inegável. Há 30 anos abria uma torneira no Algarve e a água era salobra, a água em Albufeira era salgada e sempre com infiltrações. Atualmente, tenho água de qualidade em 100% dos utentes de Albufeira. A cobertura do país ao nível de infraestruturas, que se prendem com a qualidade ambiental do país, é tremenda. Isso é trabalho posterior aos anos 80 e alavancado nos apoios europeus. Consigo ver e sentir esse valor acrescentado europeu.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: Aqui serei um pouco mais crítico. Há duas frentes que no Algarve têm muito caminho a fazer e aos quais o programa não dá a atenção adequada. Na economia com baixas emissões, há muito caminho a fazer. Acabamos por estar mais alerta para um conjunto de indicadores ambientais após o programa do que durante o mesmo. Houve um crescendo durante este período de programação para que os atores regionais acordassem para estas matérias e começam agora a ter os seus planos de adaptação e alteração. Começam agora a identificar e adotar um conjunto de tipologias e intervenções que pode ser compatível com o financiamento. Ainda, não há maturidade no Algarve para se procurar o programa para dar resposta a essas situações.

Isto coloca-se também na vertente de adaptação aos riscos propagados pelas alterações climáticas, sobretudo nos riscos do litoral em que existe um problema de dimensão de investimento, não de maturidade. O orçamento está fortemente condicionado não só pela dotação do programa, mas também pela falta de orçamento para corresponder à contrapartida pública nacional por parte dos atores do estado que têm competência para responder nesta matéria. Aí os orçamentos são muito limitados, o que faz com que os trabalhos sejam faseados e que sejam segmentados em função daquilo que são as dotações orçamentais: Vamos muito em resposta a situações de remediação de soluções, intervimos quando ocorre a desgraça, mas de carácter preventivo (principalmente na costa) são claramente insuficientes face à subida do nível das águas do mar, o que é um ponto vulnerável no contexto das alterações climáticas.

Na perspetiva da eficiência dos recursos, e do recurso água, nós temos por forma de mecanismo de articulação algum financiamento através do programa de resiliência e, 200 milhões de euros, apesar de não ser suficiente é significativo para impulsionar o desenvolvimento na região e colmatar problemas nas infraestruturas. Aqui há condições para se sentir a mudança, mas vão ver impossíveis de resolver tudo. Podem ajudar a minimizar danos maiores. Parte dos fundos devem ser direccionados a colmatar de forma pronta danos maiores, impactos significativos, perdas maiores e um insuficiente uso dos recursos.

Acho que há um problema na dimensão das políticas públicas associadas a estas matérias. A política é tão ampla e tão significativa que nunca se esgota. Nem com todos os fundos alocados a esta matéria conseguiríamos resolver todos os problemas. Isto coloca a tónica naquilo que é o nosso papel na gestão dos recursos, o papel que cada um pode ter para tornar mais eficiente o seu uso, minimizando aquilo que será a necessidade de apoio posterior às vulnerabilidades que são geradas em cada um deles. Este é o papel que cada um pode ter para mitigar estas problemáticas.

ALGAR

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...?

R: Eu considero que o impacto foi significativo. Daria um 3 do ponto de vista da eficiência de recursos, pois foi esse o objetivo do projeto. Um 3 também na proteção ambiental, estamos a falar de incrementar a recolha seletiva no Algarve. Conseguiu-se aumentar significativamente a recolha com este projeto, mas também chegámos a mais pessoas. Ao aumentarmos os pontos de recolha, potenciámos novos utilizadores. Portanto, penso que teve um impacto positivo significativo. O mesmo quanto à proteção de riscos. Na adaptação às alterações climáticas, considero que foi positivo, mas mediano, mantivemos a tipologia de viaturas (com motores atualizados), portanto com menor impacto do ponto de vista das emissões, mas ainda utilizam o combustível diesel, por isso acho que o impacto foi positivo mediano. No ponto de vista das emissões, houve algum impacto, motores euro6 são menos poluentes e têm melhor desempenho ambiental, mas ainda assim não houve alteração do consumo de combustível.

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

R: No período da entrevista só tivemos uma candidatura aprovada. Foi uma candidatura para a recolha seletiva, por ecopontos e porta-a-porta na região do Algarve.

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos?

R: O POSEUR tem tido um papel muito importante na área dos resíduos. A nível nacional tem sido uma ferramenta importantíssima na gestão de resíduos no país. Têm vindo a ser implementados projetos estruturantes na área dos resíduos em Portugal, sem o apoio dos programas operacionais demorariam mais tempo a ser implementados. Permitem uma redução dos custos porque há uma participação a fundo perdido que facilita a rapidez da implementação e a gestão de recursos. As empresas conseguem mais facilmente desenvolver os projetos porque têm uma ferramenta financeira poderosa onde podem apoiar esses projetos. Tem sido absolutamente determinante. Acho que este período em análise talvez tenha sido aquele em que tivemos menos impacto do ponto de vista do POSEUR, porque não houve tantos projetos apoiados na área dos resíduos quando comparado com períodos anteriores, e como eu espero que haja em períodos subsequentes. Esta questão é fundamental porque estamos a falar de resíduos que são domésticos e, portanto, são de saneamento público. Se não houver este tipo de apoios, nós temos dificuldades económicas a nível nacional, mais difícil fica de implementar projetos. O POSEUR pode e deve ser uma ferramenta de gestão nos resíduos, saneamento, mobilidade, etc. É determinante para darmos o salto na redução dos impactos ambientais, para desligarmos das energias mais poluentes, neste momento por razões geoestratégicas está a ser difícil para a Europa conseguir arranjar esses recursos em países estáveis. Penso que tem um impacto brutal naquilo que conseguiremos fazer no futuro, tal como teve no passado. Portugal é um caso de estudo a nível mundial porque rapidamente conseguiu passar do nada para sistemas modernos de gestão de resíduos. Sem o POSEUR não seria possível.

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

R: Tendo em conta o objetivo inicial, conseguimos recolher muito mais quantidade do que aquilo que estava inicialmente previsto nos indicadores. Do ponto de vista da execução financeira, executámos tudo, creio que não houve nenhuma vertente que tenha ficado por executar. Conseguimos cumprir no custo, não houve derrapagens nesse aspeto. Houve derrapagens no prazo de execução, muito fruto do início da pandemia que nos fez interromper alguns projetos tais como a recolha porta-a-porta. Não podíamos distribuir os contentores à população. É um trabalho de grande proximidade, é diferente de colocar ecopontos no terreno. Isto atrasou a recolha porta-a-porta.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

R: É sempre possível, mas eu creio que otimizámos bastante os recursos que tínhamos disponíveis. Há sempre um ponto ou outro em que podemos melhorar, mas no computo geral acho que foram bastante bem otimizados.

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

R: A minha experiência passada com o POSEUR é que antes a comunicação era mais demorada, as respostas eram mais tardias. Neste momento, são muito rápidas. Tudo é mais rápido. Temos uma dúvida e rapidamente é esclarecida. Os períodos de pagamento, que são importantes para a execução, são muito mais fáceis. As plataformas eletrónicas também vieram facilitar muito esta questão. São rápidos no pagamento, são rápidos nas respostas, há uma boa articulação neste momento. Tem funcionado bem.

R(2): Existe uma proximidade bastante maior com os técnicos do POSEUR, estão sempre dispostos a ajudar. Isto não é o nosso dia-a-dia e poderá haver pormenores que desconhecemos. Eles estão sempre dispostos a esclarecer as dúvidas e a ajudar-nos em várias situações.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

R: Nós não temos muitos programas a que nos possamos candidatar para além do POSEUR. Cada vez que temos projetos, tentamos chegar mais longe. Tentamos chegar a sítios onde as nossas taxas de cobertura eram baixas ou têm instalações mais necessárias para atingir objetivos locais e nacionais. Tentamos também aumentar a acessibilidade, mas no geral todos os nossos projetos com o POSEUR visam cumprir metas comunitárias, são projetos mais estruturantes. São infraestruturas de grande dimensão para fazer tratamento de resíduos seja diferenciada ou não, triagens, valorizações orgânicas, não são projetos que se foquem a pessoas mais distantes, mas nós tentamos cobrir o Algarve inteiro em projetos que sejam mais eficientes do ponto de vista do tratamento de resíduos. Não passa tanto por chegar a populações. É um pouco diferente a nossa lógica porque nós trabalhamos em alta, não trabalhamos em baixa.

R(2): Se convertermos isto para números, nós atualmente na recolha seletiva andamos à volta das 40/50 mil toneladas ano, no total de resíduos que processamos andamos à volta das 400 mil toneladas. De facto, estes 10% são a parte mais visível da empresa para a população, que é a recolha. Quando a população em geral nos visita referem muito que não fazem ideia do que é feito. Nós também

deveríamos trabalhar mais para as pessoas perceber o que acontece após o levantamento dos contentores e relativamente ao custo que está associado ao tratamento dos resíduos. Por comparação, isto acontece mais facilmente na água. No dia em que as pessoas deixam de ter água na torneira, o custo da água passa a ser irrelevante. A água se custava 1 euro e passa a custar 5, as pessoas sentem, mas não têm outra alternativa. Nos resíduos ainda não é assim que funciona, mas lá chegaremos. Quem trabalha na área dos resíduos tem esta dicotomia interessante porque a parte mais visível não é a que mais gasta tempo e recursos. Ainda por cima, há uma parte que é partilhada pelos municípios e há sempre uma confusão porque toda a gente achava que quem era responsável pela recolha eram os municípios e não a ALGAR. O que a ALGAR faz não é interessante para campanhas políticas, é trabalho de back office com pouca visibilidade.

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

R: O POSEUR permite fazer as coisas mais rápido como referi no início, por isso faz uma mudança efetiva. Se o POSEUR chega a todas as áreas que nós gostávamos que chegassem, não chega. Tal como referi, estou expectante que o financiamento e dotações no novo quadro comunitário sejam maiores para a área dos resíduos para atingirmos as metas que nos propomos. Temos nesta fase em consulta pública, um documento estruturante para os resíduos que é o PERSU 2030 com metas ambiciosas e uma transição energética ambiciosa. Sem uma dotação e um POSEUR forte, não será possível fazer essa transição energética. Os resíduos são apenas uma pequena parte dessa transição, mas a verdade é que podem ser encarados como matéria-prima e que pode ser enquadrada na descarbonização e na eficiência energética que se pretende. Devemos utilizar mais os resíduos como recurso, são tecnologias caras que precisam de apoios financeiros para as concretizar. Espero que venha aí um quadro comunitário forte com dinheiro para se investir em tecnologias úteis para todos e mais eficientes.

CM Faro

1. Impactos do POSEUR (2014-2020) no território:

1.1. De acordo com a seguinte escala, identifique os principais impactos do POSEUR na região em análise ...? ... para as seguintes cinco dimensões de análise:

A: Economia com baixas emissões	Eficiência energética e incremento de ftes renováveis, em especial na RUrb	3
B: Adaptação às alterações climáticas	Instrumento orientador e apoio à decisão (PAACfaro: diagnóstico vulnerabilidades+projeções+medidas)	4
C: Prevenção e gestão de riscos	O PAAC impulsionou: a atualização dos planos de emergência; ações de informação e sensibilização; ações de capacitação dos agentes locais para situações de emergência; Criação de zonas de sombreamento na baixa comercial	3
D: Proteção ambiental	O PAAC impulsionou: incremento da arborização no espaço público; implementação da intermodalidade do transporte coletivo; implementação de rede de ciclovias; sensibilização para os modos suaves	4
E: Eficiência dos recursos	Redução das perdas e melhoria contínua dos sistemas de recolha; diminuição das necessidades de água nos espaços verdes; sensibilização para o uso eficiente da água	3

- 4 = Impactos positivos muito significativos
- 3 = Impactos positivos significativos
- 2 = impactos positivos medianos
- 1 = impactos positivos pouco significativos
- 0 = impactos nulos
- - 1 = impactos moderadamente prejudiciais
- - 2 = impactos mediantemente prejudiciais
- - 3 = impactos prejudiciais
- - 4 = impactos fortemente prejudiciais

1.2. Concretize alguns dos principais impactos do POSEUR na região em análise

Acompanhámos duas candidaturas ao POSEUR, uma submetida por nós, no âmbito do plano de combate às alterações climáticas de Faro. A outra é a do plano intermunicipal contra as alterações climáticas que abrangia todo o Algarve e foi promovida pela AMAL. A câmara faz junto das escolas ações de sensibilização para a correta utilização da água.

- Harmonização regional da tomada de decisão em matéria de sustentabilidade e eficiência na utilização dos recursos (costeiros, água, resíduos), PIAAC Alg
- Articulação regional e otimização das soluções e infraestruturas de abastecimento de água
- Resposta regional a fenómenos extremos

2. Causalidade

- Em que medida a implementação do PO tem sido responsável pelas alterações verificadas no domínio da sustentabilidade ambiental na região e em Portugal nos últimos anos? em geral, e nas

cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos.

No geral permitiu colocar o problema das alterações climáticas nas agendas locais, regionais e nacional;

Permitiu um estudo aprofundado das debilidades e vulnerabilidades dos territórios e ampliar a discussão em torno destas matérias;

Envolver stakeholders e comunidades na discussão, solução e implementação;

Permitiu identificar bolsas de risco e comunidades vulneráveis;

A: Economia com baixas emissões	Aumento da eficiência energética e incremento de ftes renováveis, em especial na RUrb
B: Adaptação às alterações climáticas	Instrumento orientador e apoio à decisão (PAACfaro: diagnóstico vulnerabilidades+projeções+medidas)
C: Prevenção e gestão de riscos	O PAAC impulsionou: a atualização dos planos de emergência; ações de informação e sensibilização; ações de capacitação dos agentes locais para situações de emergência; Criação de zonas de sombreamento na baixa comercial
D: Proteção ambiental	O PAAC impulsionou: incremento da arborização no espaço público; implementação da intermodalidade do transporte coletivo; implementação de rede de ciclovias; sensibilização para os modos suaves
E: Eficiência dos recursos	Redução das perdas e melhoria contínua dos sistemas de recolha; diminuição das necessidades de água nos espaços verdes; sensibilização para o uso eficiente da água

3. Eficácia

- Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos Região/Portugal? E qual o contributo do PO e como explicar o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

O nosso PAAC propunha 85 ações e nós já concluímos 27% dessas ações. Temos 5% em curso e 13% esperamos que se inicie a breve prazo. A pandemia veio atrasar um pouco a calendarização. De uma maneira geral, foi eficaz.

Sim. Já há uma maior sensibilização da opinião pública para estas temáticas.

4. Eficiência

- Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

Sim, se houvesse subprogramas de apoio financeiro à execução das ações preconizadas nos estudos e programas de ação de forma mais direta.

A: Economia com baixas emissões	Maior apoio financeiro ao transporte público com baixas emissões
--	--

B: Adaptação às alterações climáticas	Criação de subprograma de apoio financeiro para execução das ações previstas nos PAAC
C: Prevenção e gestão de riscos	Melhor integração das vulnerabilidades nos instrumentos de gestão territorial
D: Proteção ambiental	Melhor integração das vulnerabilidades nos instrumentos de gestão territorial
E: Eficiência dos recursos	Melhor articulação entre os Programas operacionais e os subprogramas temáticos

5. Eficácia Operativa

- De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR? ... em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

Era importante agilizar os tempos e a capacidade da plataforma.

A introdução de uma plataforma é muito positiva, contudo algumas vezes existe dificuldade em introduzir os documentos anexos, que pelo seu peso não se conseguem introduzir na plataforma. O gestor de projeto é importante e foi-nos muito útil, embora na parte final do projeto tenhamos tido alguma dificuldade, sobretudo pelo tempo decorrido entre a avaliação da execução física e financeira e o encerramento do projeto.

6. Valor acrescentado

- Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

Ao nível do PIAC foram envolvidos muitos mais especialistas, quando comparado com o POSEUR. Quem ganhou o concurso do PIAC foi a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa que tinha um consórcio com a Universidade do Algarve e envolveram os especialistas da Uni do Algarve que já tinham feito estudos profundos sobre a ria, sobre o nível do mar, sobre a salinização das águas territoriais. Tivemos sessões abertas à comunidade e essa reflexão passou para as escolas e para as várias instituições.

A sensibilização para as temáticas do POSEUR foi importante, motivou reflexões e debates entre stakeholders, especialista e técnicos. Trouxe estas temáticas para as agendas políticas nacionais e regionais

A: Economia com baixas emissões	Sensibilização e o despertar do interesse na opinião pública provocou uma maior adesão aos modos suaves e à mobilidade elétrica
B: Adaptação às alterações climáticas	Sensibilização e o despertar do interesse na opinião pública provocou um grande interesse pela descarbonização
C: Prevenção e gestão de riscos	Aumento do conhecimento da população e dos agentes de emergência, em matéria de riscos e vulnerabilidades, permite agir preventivamente e evitar desastres

D: Proteção ambiental	Sensibilização e o despertar do interesse na opinião pública provocou um grande interesse pela proteção do ambiente, designadamente em matéria de consumo e de produção de resíduos
E: Eficiência dos recursos	idem

7. Relevância/Coerência

- A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? em geral, e nas cinco dimensões de análise principais: Economia com baixas emissões; Adaptação às alterações climáticas; Prevenção e gestão de riscos; Proteção ambiental; Eficiência dos recursos. em Portugal Continental, e em cada NUT 2 de Portugal Continental:

Por exemplo, para a mobilidade suave recorremos ao IMT e ao fundo ambiental. Para a eficiência energética recorremos ao CresceAlgarve que vai buscar fundos ao POSEUR. É sempre muito enviesado, falta um subprograma do POSEUR que fosse responsável pela execução.

Ao nível dos estudos e planos de ação sim ... falta o apoio financeiro para a implementação das ações preconizadas nesses planos e estudos

A: Economia com baixas emissões	Ganhou-se uma maior consciência da necessidade de descarbonizar as atividades humanas
B: Adaptação às alterações climáticas	Abriu-se a possibilidade de disponibilizar estudos e planos orientadores de suporte à tomada de decisão nos diversos sectores de atividade
C: Prevenção e gestão de riscos	Permitiu-se a prevenção e facilitou-se a gestão de catástrofes, embora ainda faltem ferramentas
D: Proteção ambiental	Possibilitou a sensibilização e chamada de atenção para a problemática
E: Eficiência dos recursos	Sensibilização contrariou o desperdício de recursos

ANEXO 3

Estatísticas

	Norte 2013	Norte 2021	Centro 2013	Centro 2021	AML 2013	AML 2021	Alentejo 2013	Alentejo 2021	Algarve 2013	Algarve 2021	Portugal 2013	Portugal 2021	
Consumo energia primária total	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	21461	20791	*
Consumo energia primária (Carvão)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2659	566	*
Consumo energia primária (Petróleo)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	9381	8495	*
Consumo energia primária (Gás Natural)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	3769	5192	*
Consumo energia primária (Electricidade)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	239	125	*
Consumo energia primária (Resíduos Industriais)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	176	189	*
Consumo energia primária (Energias Renováveis)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	5238	6224	*
Produção energia eléctrica (Total)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	51673	53054	*
Produção energia eléctrica (Hídrica - 10MW)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	13701	12583	*
Produção energia eléctrica (Hídrica + 10 MW)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1167	1050	*
Produção energia eléctrica (Biomassa)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	3051	3790	*
Produção energia eléctrica (Eólica)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	12015	12299	*
Produção energia eléctrica (Geotérmica)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	197	217	*
Produção energia eléctrica (Fotovoltaica)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	479	1691	*
Energias Renováveis no balanço energético (Solar) tep	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	72,8	101	*
Energias Renováveis no balanço energético (Fotovoltaica)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	41,1	148	*

Energias Renováveis no balanço energético (Geotermia-baixa)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1,6	1 *
Energias Renováveis no balanço energético (Geotermia-alta)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	16,9	19 *
Energias Renováveis no balanço energético (Biomassa)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2352,3	2650 *
Energias Renováveis no balanço energético (Resíduos Sólidos Urbanos)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	97	113 *
Energias Renováveis no balanço energético (Biogás)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	66	83 *
Energias Renováveis no balanço energético (Eólica)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1032,8	1058 *
Energias Renováveis no balanço energético (Hídrica)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1278,7	1172 *
Energias Renováveis no balanço energético (Biocombustíveis)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	278,4	254 *
Intensidade Carbónica (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca)												
Rácio t CO2eq / milhões de euros	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2280,1	1905,4 **
Intensidade Carbónica (Indústrias Extractivas)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	448,2	536,1 **
Intensidade Carbónica (Indústrias Transformadoras)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	812,1	608,7 **
Intensidade Carbónica (Eletricidade, gás, vapor...)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	3692,4	2381,1 **
Intensidade Carbónica (Captação, tratamento e distribuição de água...)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	3705	3460,4 **
Intensidade Carbónica (Construção)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	172	166,9 **
Intensidade Carbónica (Comércio por grosso e retalho)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	74,2	79 **
Intensidade Carbónica (Transportes e Armazenagem)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1117	997 **

Intensidade Carbónica (Alojamento, restauração e similares)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	28,8	27,9	**	
Intensidade Carbónica (Actividades de informação e comunicação)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	12,8	9,7	**	
Intensidade Carbónica (Actividades financeiras e de seguros)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	14,4	6,5	**	
Intensidade Carbónica (Actividades imobiliárias)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,9	0,7	**	
Intensidade Carbónica (Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	24,3	20,2	**	
Intensidade Carbónica (Actividades Administrativas e dos serviços de apoio)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	67,6	53,6	**	
Intensidade Carbónica (Administração Pública e Defesa)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	50,1	47,8	**	
Intensidade Carbónica (Educação)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	9,4	7,3	**	
Intensidade Carbónica (Actividades de saúde humana e apoio social)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	50	37,6	**	
Intensidade Carbónica (Actividades artísticas)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	60,4	41,4	**	
Intensidade Carbónica (Outras Actividades de serviços)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	28,9	25,3	**	
Intensidade Carbónica a preços constantes	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	316,6	274,7	**	
Contribuição dos Recursos Renováveis na produção de energia elétrica (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	50,93	55,06	**	
Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,94	1,03	**	
Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (total) MW	98	119,2	439,3	3	485,4	166	183,2	3	13	3	16	709,33	816,8	**
Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (Biomassa) MW	96	119,2	439	485,4	166	183,2	3	4	3	9	707	800,8	**	

Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (Ondas, marés e oceanos) MW	/	/	0,33	/	/	/	/	/	/	/	0,33	/	**
Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (Geotérmica) MW	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	*
Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (Eólica offshore) MW	2	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2	/	**
Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (Solar fotovoltaica) MW	/	/	/	/	/	/	/	9	/	7	/	16	*
Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias (Solar Térmica) MW	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	**
Capacidade Suplementar de produção de energia renovável (MW)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	33	*
Redução das emissões de gases com efeito de estufa (Toneladas de CO2)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	18509	*
Produção de energia elétrica a partir de fontes de energias renováveis através de novas tecnologias (MW)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	709,33	947,62	**
Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	28,93	**
Número de Agregados familiares com consumo de energia melhorado	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	59	*
Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kHw/ano)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	6005800	*
Consumo de energia primária na habitação (tep)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	4606103,5	**
Consumo de energia primária nos edifícios da administração central (tep)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	188118	**

Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes (tep)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	427	*
Diminuição Anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa (tonCO2)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1147	*
Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1,03	**
Veículos eléctricos	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	37740	**
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Dióxido de Carbono de origem fóssil per capita)													
Ton/hab	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		4,9	4,9 **
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Dióxido de Carbono de origem biomassa per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		0,9	1 **
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Óxido nitroso per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		1	1,1 **
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Metano per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		36,6	35,7 **
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Amoníaco per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		5,3	5,7 **
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Compostos orgânicos voláteis não metânicos per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		1,5	1,7 **
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Monóxido de carbono per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		32,2	27,8 **
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Óxido de azoto per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		17,9	16,5 **

Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Óxido de enxofre per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	4,9	4,6	**
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Hidrofluorcarbonetos per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	242,3	327,9	**
Gases responsáveis pelo efeito de estufa emitidos, em média, por pessoa (Hexafluoreto de enxofre per capita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	3	2,3	**
Quantos compostos contaminadores do ambiente são emitidos pelas famílias e empresas (Total) TonCO2	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	288097,1	277757,1	**
Quantos compostos contaminadores do ambiente são emitidos pelas famílias e empresas (Das actividades económicas) TonCO2	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	264713,8	257522,4	**
Quantos compostos contaminadores do ambiente são emitidos pelas famílias e empresas (Das famílias) TonCO2	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	23383,3	20234,7	**
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Agricultura e afins) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	14,4	15,2	**
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Indústrias Extractivas) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,5	0,6	**
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Indústrias Transformadoras) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	28,3	27,7	**
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	22,1	18,9	**

causadores do aquecimento global (Eletricidade, gás, vapor) (%)														
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Captação, tratamento e distribuição de água) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	11,6	10,9	**	
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Construção) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2,1	2,4	**	
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Comércio por grosso e retalho) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2,9	3,4	**	
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Transporte e Armazenagem) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	14,2	16,7	**	
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Alojamento, Restauração..) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,4	0,6	**	
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Informação e Comunicação) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,1	0,1	**	
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases causadores do aquecimento global (Actividades financeiras e de seguros) (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,2	0,1	**	
Qual o contributo dos vários setores de atividade para a emissão de gases	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	0	**	

causadores do aquecimento global

(Actividades Imobiliárias) (%)

Qual o contributo dos vários setores de

atividade para a emissão de gases

causadores do aquecimento global

(Actividades de consultoria) (%)

/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,2	0,3	**
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----	----

Qual o contributo dos vários setores de

atividade para a emissão de gases

causadores do aquecimento global

(Actividades administrativas e dos serviços

de apoio) (%)

/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,6	0,7	**
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----	----

Qual o contributo dos vários setores de

atividade para a emissão de gases

causadores do aquecimento global (Admin.

Pública, Defesa e Seg. Social) (%)

/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1,1	1,1	**
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----	----

Qual o contributo dos vários setores de

atividade para a emissão de gases

causadores do aquecimento global

(Educação) (%)

/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,2	0,1	**
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----	----

Qual o contributo dos vários setores de

atividade para a emissão de gases

causadores do aquecimento global (Activ.

Saúde humana e apoio social) (%)

/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,8	0,8	**
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----	----

Qual o contributo dos vários setores de

atividade para a emissão de gases

causadores do aquecimento global (Activ.

Artísticas, espectáculos) (%)

/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,1	0,1	**
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----	----

Qual o contributo dos vários setores de

atividade para a emissão de gases

causadores do aquecimento global (Outras)

(%)

/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,1	0,1	**
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----	----

Área ardida %

4,9	1,3	1,7	1,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,6
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Incêndios Rurais com duração superior a 24 horas (Nº)	101	9	40	12	0	0	6	0	0	0	147	21	**
Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e risco Nº	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	228	*
Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens (Km)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	49	*
Nível de Implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos %	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	62	**
Linha de costa continental em situação crítica de erosão (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	18,4	*
Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações (Pessoas)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	1164078	*
Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais (Pessoas)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	8334001	*
Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas (Nº)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	191	**
Qualidade das águas balneares costeiras (Excelente) %	84,8	98,7	92,6	95,2	93,3	98,3	100	96,4	97,2	97,2	91,9	94,3	*
Qualidade das águas balneares costeiras (Boa)	8,9	1,3	2,5	3,6	1,7	1,7	0	3,6	1,9	1,8	4,8	3,1	*
Qualidade das águas balneares costeiras (Aceitável)	3,8	0	1,2	0	1,7	0	0	0	0,9	0,9	2	0,2	*
Qualidade das águas balneares costeiras (Má)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4	*
Qualidade das águas balneares costeiras (Interdita)	0 /		0 /		3,3 /		0 /		0 /	/	/		*
Qualidade de águas de lagos (Excelente) %	62,1	72,7	58,7	77,8	0	0	50	100	100	0	59,8	76,5	*
Qualidade de águas de lagos (Boa)	6,9	15,2	19	14,4	0	100	0	0	0	100	14,4	15,2	*
Qualidade de águas de lagos (Aceitável)	10,3	3	9,5	1,1	0	0	50	0	0	0	10,3	1,5	*
Qualidade de águas de lagos (Má)	6,9	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2,1	0,8	*

Qualidade de águas de lagos (Interdita)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	*
Percentagem de água canalizada controlada e de boa qualidade (Água segura)	97,5	98,8	98,2	98,8	99,6	99,6	98,7	98,9	99,4	99,2	98,2	98,9	*
Percentagem de água canalizada controlada e de boa qualidade (Análises Realizadas)	99,8	99,9	99,94	99,98	100	99,9	100	99,94	99,97	100	99,9	99,94	*
Percentagem de água canalizada controlada e de boa qualidade (Análises cumprimentos da qualidade)	97,71	98,9	98,23	98,83	99,6	99,5	98,74	98,93	99,4	99,21	98,27	98,91	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Total) Euro-Rácio	47,4	49	47,7	61,4	70,6	89,5	56,8	82,5	82,2	120,4	56,6	70,2	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Protecção da qualidade do ar e clima)	0	0,7	0	0,5	0,1	2,4	0,1	0,2	0	1,9	0,1	1,1	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Gestão de águas residuais)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Gestão de resíduos)	37,6	32,3	37	37,5	54,3	61,2	45,3	58,4	64,4	73,2	44,1	46,3	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Protecção e recuperação dos solos, águas subterrâneas e superficiais)	0,1	0,1	0,1	0,3	0	0,3	0,1	2,2	0	0	0,1	0,3	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Protecção contra o ruído e vibrações)	0,2	0,2	0	0	0,2	0,2	0	0	0,1	0,1	0,1	0,1	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Protecção da biodiversidade e paisagem)	8,8	14,9	10	21,6	13,9	23,4	10,9	21,2	14,5	43,7	11,2	21	*
Despesas dos municípios em ambiente per capita (Outros domínios)	0,7	1	0,5	1,3	2,1	2	0,4	0,4	3,2	1,6	1,1	1,3	*
Quanto investem as empresas em gestão e protecção ambiental (Total)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	89768	111508	*
Quanto investem as empresas em gestão e protecção ambiental (Protecção da qualidade do ar e clima)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	32999	39593	*

Quanto investem as empresas em gestão e protecção ambiental (Gestão de águas residuais)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	20989	27696	*
Quanto investem as empresas em gestão e protecção ambiental (Gestão de resíduos)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	15138	16811	*
Quanto investem as empresas em gestão e protecção ambiental (Outros domínios)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	20642	27407	*
Proporção de massas de água com bom estado/potencial ecológico (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	46,1	**
Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação (Hectares)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	124039	*
Espécies e Habitats protegidos, abrangidos por ações de melhoria do conhecimento (Nº)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	129	*
Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação de espécies e habitats (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	75,5	**
Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados (Hectares)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	0	*
Superfície total mineira reabilitada (Hectares)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	141	*
Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	17,85	*
Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	52,76	*
Quanta água é captada, tratada e distribuída pela rede pública? (Água captada para abastecimento) Milhares m3	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	805744	834302	**
Quanta água é captada, tratada e distribuída pela rede pública? (Água tratada para abastecimento) Milhares m3	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	**

Quanta água é captada, tratada e distribuída pela rede pública? (Água distribuída pela rede pública) Milhares m3	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		597137	625009	**
Alojamentos servidos por sistemas públicos de abastecimento de água (%)	91	94	97	98	100	100		90	92	89	91	95	96	**
Alojamentos servidos por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	75	82	74	80	97	98		75	82	79	84	81	86	**
Onde se recolhe de forma selectiva, em média, por pessoa, mais e menos lixo? Kg/hab - rácio	52,3	85,1	36,9	78,2	58,8	139,4	99,6	50,1	96,7	180,8	270,4	56,3	110,1	*
Água segura (%)	98,01	98,8	98,4	98,81	4	7		98,96	98,87	98,12	99,21	98,39	98,82	*
Índice de qualidade dos serviços de abastecimento de água em alta (%) por Localização geográfica	74	77	71	77	79	82		67	79	80	92	74	80	**
Índice de qualidade dos serviços de abastecimento de água em baixa (%) por Localização geográfica	63	72	59	68	74	76		56	67	60	64	64	71	**
Índice de qualidade dos serviços de saneamento de águas residuais em alta (%) por Localização geográfica	61	53	74	71	86	83		67	64	63	54	72	68	**
Índice de qualidade dos serviços de saneamento de águas residuais em baixa (%) por Localização geográfica	55	67	48	62	54	61		53	65	56	60	53	63	**
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		53	45	**
Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos (Toneladas/ano)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		195836	*
Preparação para reutilização e reciclagem de RU no total de RU recicláveis (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		41	**
Redução da quantidade total depositada em aterro, dos resíduos urbanos	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/		45	**

biodegradáveis, face aos resíduos
produzidos em 1995 (%)

Abastecimento de água: População

adicional servida pelas melhorias de

abastecimento de água (Pessoas)

/ / / / / / / / / /

0 415938 *

População adicional servida pelas melhorias

do sistema de saneamento de águas

residuais em baixa (pessoas)

/ / / / / / / / / /

0 920260 *

População adicional servida pelas melhorias

do sistema de saneamento de águas

residuais em alta (Pessoas)

/ / / / / / / / / /

0 200868 *

Índice das melhorias nos sistemas de

abastecimento de água (AA) Indicador

Global da Qualidade de Serviço - AA -

Entidades gestoras em baixa

/ / / / / / / / / /

71 **

Índice das melhorias nos sistemas de

Abastecimento de Água (AA) Indicador

Global da Qualidade de Serviço - AA -

Entidades gestoras em alta (%)

/ / / / / / / / / /

68 **

Índice das melhorias nos sistemas de

Saneamento de Águas Residuais (SAR)

Indicador Global de Qualidade de Serviço -

SAR - Entidades gestoras em baixa (%)

/ / / / / / / / / /

63 **

Índice das melhorias nos sistemas de

Saneamento de Águas Residuais (SAR)

Indicador Global de Qualidade de Serviço -

SAR - Entidades gestoras em alta (%)

/ / / / / / / / / /

68 **

Nível de desmaterialização de todos os

processos e comunicações (%)

/ / / / / / / / / /

0 91 *

Trabalhadores com salários cofinanciados

pela AT (ETI)

/ / / / / / / / / /

0 87 *

Trabalhadores que participam em ações de

capacitação institucional (%)

/ / / / / / / / / /

0 59 *

Taxa de erro verificada nas auditorias (%)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0,04 *
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--------

Notas: * dados 2020 // ** dados 2019 //
*** dados 2018

ANEXO 4

